

INTRODUÇÃO

A sexualidade sempre foi tema explorado, quer de forma artística, quer pelo viés científico, nas produções humanas, nas quais são moldadas representações de acordo com tempo e espaço de uma determinada sociedade. Por meio de diversas práticas discursivas e sociais, a nossa sexualidade constituiu-se e permanece refazendo-se incessantemente. A relação com o nosso corpo e o gênero fazem parte de construtos culturais que são, entre outros fatores, incentivadores de dinâmicas sociais. Nessa perspectiva, consideramos que a sexualidade e os elementos que orbitam a sua volta são práticas importantes para se compreender o emaranhado das relações sociais em que estamos inseridos.

Nesse cenário, entendemos a homossexualidade como uma parte da sexualidade humana sujeita a inúmeros questionamentos e estimuladora de movimentos em diversos âmbitos da sociedade, na condição de prática sexual-afetiva não predominante. Compreendemos esse segmento da sexualidade, para além da prática em si – relações sexuais-afetivas com pessoas do mesmo sexo –, mas como um segmento que aglutina pessoas que se identificam como homossexuais ou homoafetivas e, como tais, produzem movimento na sociedade, razões pelas quais escolhemos o objeto de análise desta investigação: *Lampião da Esquina*.

Lampião da Esquina é um jornal de viés homossexual que circulou no Brasil entre os anos de 1978 e 1981. O periódico teve uma edição zero, 37 edições sequenciais e 3 edições “extras”, totalizando 41 publicações. Cada número teve uma circulação aproximada de 10 a 15 mil exemplares em todo o país, evidenciando a relevância do jornal se considerarmos o momento histórico e a representação dos homossexuais na sociedade brasileira do período.

Por meio da imprensa escrita, como fonte e objeto de estudo, pretendemos vislumbrar as relações sociais que envolveram os indivíduos de orientação homossexual na sociedade brasileira do final da década de 1970, momento peculiar em que o Brasil se encontrava em um processo de transição política: de uma ditadura para a democratização do país. Esse momento histórico brasileiro é conhecido como “período de abertura”, quando alguns segmentos da sociedade depararam com a possibilidade de questionamento, em diversos âmbitos públicos, e com a oportunidade de construção de novas formas de estar em sociedade. Dentre as inúmeras esferas sociais, destacamos o movimento homossexual.

A utilização da imprensa escrita vai ser potencializada como fonte importante de pesquisa histórica entre as décadas de 60 e 70 do século XX, momento em que novas temáticas

se mostraram relevantes para investigação do passado. Esses novos objetos de estudo exigiram dos historiadores fontes diversas, as quais fizeram os pesquisadores questionarem sua concepção tradicional sobre “documento”, que sofreu uma profunda transformação: deixa de ser compreendido como testemunho escrito e oficial e passa a ser entendido como qualquer produção feita pelo ser humano durante o tempo e espaço eleitos pelo historiador a fim de investigar o passado.

De acordo com Jacques Le Goff (2003), foi só a partir da década de 1960 que houve um olhar mais amplo sobre a concepção de documento, que ele chama de “a verdadeira revolução documental”. A reflexão acerca da diversidade de fontes foi tema discutido por Marc Bloch e Lucien Febvre já na década de 1930, porém tal discussão tornou-se tema constante entre os historiadores com a Nova História.

Foi nesse momento que os periódicos começaram a ser compreendidos como documentos legítimos para os estudos do passado, pois é nos jornais que o rastro das relações humanas se cristaliza, já que neles podemos buscar vestígios para compreender as transformações culturais de determinadas épocas, as manifestações de certos grupos sociais, além de relações de poder, conflito e resistência.

Nesse sentido, a imprensa escrita é produto de uma dada sociedade e, como tal, foi construída para atender objetivos, estando, portanto, cercada de intencionalidade. Nessa direção, Le Goff (2003) chama-nos a atenção sobre o dever principal do historiador: a crítica do documento na condição de monumento¹, ou seja, o questionamento do documento como produto de uma sociedade, em uma determinada época, que foi construído e preservado por meio das relações de poder.

O jornal, além de importante suporte de informações para a busca de dados, tornou-se objeto de pesquisa histórica. Os periódicos passaram a ser encarados como agentes sociais, instrumentos de intervenção na vida social e provocadores de dinâmicas na sociedade. Nessa perspectiva, nega-se a mídia impressa como um simples suporte para a circulação de informações.

Acreditamos que os jornais são instrumentos construídos, em parte, por grupos dominantes, no caso das grandes empresas midiáticas, e, em parte, por grupos minoritários, no caso dos jornais de bairro, ONGs, associações, coletivos e outros. Em ambos os casos, para

¹ Conforme Le Goff (2003), os monumentos são heranças do passado, que têm como característica fundamental o poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades. Conforme o autor, esses monumentos podem ou não se tornar documentos, ou seja, os monumentos são qualquer vestígio, material ou imaterial, deixado pelo ser humano durante o tempo e, quando eleitos pelos historiadores como canal para se aproximar do passado, tornam-se documento. Ambos são materiais da memória coletiva.

atender a demandas ideológicas diversas, sedimentam-se, nas folhas do jornal, os seus objetivos e interesses, ou seja, interpretações da sociedade em que estão inseridos. Podemos considerar que os meios de comunicação são instâncias ligadas à obrigação com a verdade ou, nas palavras de Michel Foucault (1996), com a vontade de verdade. Nesse sentido, acreditamos na parcialidade dos meios de comunicação, já que essa obrigação para com a “verdade” assumida pela imprensa é construída e possui objetivos. Ademais, esses construtos midiáticos, quando entram em contato com o público e com ele interagem, são estimuladores de dinâmicas e promovem movimento em diversas esferas da sociedade.

Por esse viés, justificamos o uso do jornal *Lampião da Esquina* como fonte e objeto de estudo. A idealização desse jornal surgiu como possibilidade para a exposição de temas considerados marginais e para a consequente e necessária reflexão sobre eles, de que resultou a possibilidade de desnudar um dos segmentos da sexualidade humana, refletir sobre as relações de gênero² e a potencialidade da mídia impressa para dar guarida à memória do movimento LGBT brasileiro.

Para a análise aqui empreendida, o uso da tecnologia foi de extrema importância: esta se configurou como facilitadora do processo de pesquisa primário, ou seja, a busca do material essencial a qualquer investigação histórica, as fontes. Assim como todos os historiadores e historiadoras, fazemos parte de um determinado tempo e espaço, que são elementos influenciadores do fazer investigativo em todos os aspectos, o que, conseqüentemente, irá refletir na construção de qualquer produção histórica.

Vivemos em uma sociedade que, há mais de duas décadas, vem sentindo o impacto da tecnologia da informação como ferramenta facilitadora de dinâmicas sociais, o que leva muitas pessoas a classificar o seu meio como a sociedade da informação ou sociedade do conhecimento. Manuel Castells (2005) alerta-nos para o fato de que tanto a informação como o conhecimento sempre foram centrais nas sociedades historicamente conhecidas; o que é inovador são a praticidade e a popularização da microeletrônica, que, através das redes tecnológicas, possibilita novas capacidades para uma antiga organização social, que tem como base as redes. Portanto, vivemos em uma sociedade de redes de comunicação digital, que, de acordo com o autor, é a coluna vertebral da sociedade em rede do século XXI.

² Joan Scott, em seu artigo que é referência para os estudos do tema, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, conclui que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, que são hierarquizadas e assim petrificadas. A autora não nega as diferenças entre os corpos sexuados, porém o que interessa a ela são as formas como essas diferenças se constroem, criando significados culturais para essas diferenças, dando sentido legítimo para elas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

Nessa perspectiva, todos os segmentos da sociedade são atingidos pelos avanços tecnológicos, quer de forma positiva, quer de forma negativa. Os historiadores e historiadoras, que também fazem parte da sociedade, não estão isentos dos impactos das transformações tecnológicas. Tais mudanças estão afetando significativamente o ofício desses profissionais pesquisadores.

Conforme Luciano R. Figueiredo (1997), a prática historiográfica vem sentindo, desde a década de 1980, os avanços tecnológicos, especialmente no que diz respeito ao uso dos computadores, cada vez mais acessíveis os/as profissionais da história. O barateamento dos computadores domésticos e todas as ferramentas que esses aparelhos disponibilizam (editores de textos, gráficos, tabelas, imagens e a possibilidade da criação de base de dados) começaram a estreitar as fronteiras entre pesquisadores e as novas tecnologias que estavam surgindo.

A prática arquivista também viu, nessa nova realidade, um instrumento revigorante para o seu ofício, particularmente no que diz respeito aos volumes inacreditáveis de informação que pode ser armazenada em memórias cada vez maiores e em espaços físicos cada vez menores. Acrescente-se a isso a possibilidade de conservação física dos documentos, já que a digitalização possibilitou o acesso às fontes sem o contato direto, que, com o tempo, provoca a deterioração do material.

A popularização da internet no final do século XX movimentou ainda mais a prática historiográfica, proporcionando dinâmicas investigativas cada vez mais frutíferas: a troca de experiências entre pesquisadores é facilitada pelo uso do *e-mail*, pelos grupos de discussão *on-line* e pela rápida difusão de eventos; a propagação de livros, dissertações e teses e o acesso rápido a eles; o contato com arquivos de outros países; o estreitamento cada vez menor entre o historiador/historiadora e suas fontes. Esse último item merece ser destacado, pois fez parte do caminho percorrido por esta pesquisadora para chegar ao *Lampião da Esquina*, objeto desta análise.

Algumas coisas chamaram-nos a atenção. Em meados de 2008, todos os exemplares do *Lampião da Esquina* estavam disponíveis (e continuam assim), para consulta *in loco*, no Arquivo Edgard Leuenroth, no Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Foi por meio desse arquivo que tivemos o meu primeiro contato com o jornal, que por sinal, foi através de uma pesquisa rápida no *google* que descobrimos que os jornais estavam naquele arquivo. Mediante marcação de horário para a visita, ocorreria nosso primeiro contato com o objeto, quando pudemos encontrar todos os periódicos microfilmados. Depois de lidar com uma máquina

específica de microfilme, durante uma manhã e uma tarde, conseguimos salvar todas as edições em preto e branco, com pouca qualidade, em CD-ROM.

Em 2010, todas as edições do *Lampião da Esquina* foram restauradas e disponibilizadas para *download* pelo Prof. Dr. Luiz Mott³ no site do Grupo Dignidade⁴. Foi por meio da rede mundial de computadores que obtivemos, na comodidade da nossa casa, o segundo acesso a todas as edições, coloridas e em perfeito estado, do jornal contemplado nesta pesquisa. Esse foi nosso primeiro impacto com a utilização da *internet* como facilitadora do processo de investigação histórica.

Além dessa comodidade com a qual muitos pesquisadores deparam quando buscam suas fontes de pesquisa, percebemos outra consequência de tal disponibilidade de documentos, que vai além do interesse acadêmico: o acesso aberto a informações que possam ter relação direta com a vida dos cidadãos. Ou seja: o contato direto do indivíduo com o seu passado ou com o passado de um coletivo a que ele julga pertencer. Acreditamos que esses fatores influenciaram o Grupo Dignidade a disponibilizar para *download* as edições do *Lampião da Esquina* em seu *site* oficial. Essa perspectiva dialoga com as ideias de Le Goff (2003, p. 535): “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...]”.

A preservação da memória coletiva é ato de resistência, é ferramenta de lutas, que são articuladas pela dinâmica do poder, ou seja: a sobrevivência e a conservação de vestígios do passado fazem parte de uma seleção que é movida por interesses. A escolha de *Lampião da Esquina* como objeto de uma investigação histórica foi, pois, intencional, em face da ampla discussão, na sociedade, sobre questões pertinentes ou voltadas ao público homossexual brasileiro contemporâneo, que têm despertado reflexões no interior das universidades. A preservação e divulgação de um jornal de referência homossexual por meio de uma ONG direcionada para o público LGBT também não é ocasional; tem motivações: a manutenção da memória coletiva, uma vez que a memória é elemento que une e fortalece a identidade do grupo.

³ Prof. Dr. Luiz Mott é antropólogo, historiador, pesquisador e um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT. Fundador do Grupo *Gay* da Bahia (fundado em 1980), uma das principais instituições que laboram em prol dos direitos humanos dos *gays* no Brasil, é conhecido em todo o Brasil por suas contribuições para os estudos sobre a Homossexualidade, pesquisas sobre as Populações Afro-Brasileiras e História das Religiões. Atualmente, é professor titular aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor/orientador do programa de pós graduação em História da UFBA. Entre sua vasta bibliografia destacamos: *Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador, Bahia* (1987); *Sexo proibido: Virgens, Gays e Escravos nas garras da Inquisição* (1989); *Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis* (1997).

⁴ O Grupo Dignidade é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Fundado em 1992, na cidade de Curitiba-PR, é pioneiro no estado do Paraná na área da promoção da cidadania LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais).

Acerca dessas questões, Marc Bloch (2001) destaca que nenhum documento surge em um espaço do nada; sua presença ou ausência em um determinado local é resultado da ação humana. Por isso, além da crítica do documento em si, o autor nos orienta quanto à necessidade de análise dos arquivos nos quais as fontes têm guarida e de suas condições de preservação; isso porque a preservação ou não de certos vestígios do passado oferecem pistas sobre as relações de força que colabora para a existência ou a inexistência de sinais da ação humana durante o tempo.

Certamente o uso do computador e da internet concorrem para o que Le Goff (2003) chama de “dilatação da memória coletiva”. Nessa perspectiva, as tecnologias interferem na conservação e na ampliação do uso de elementos do passado na sociedade. Essa dilatação, além de favorecer e problematizar o ofício de historiadores e historiadoras, em constante inquietação com a sua prática historiográfica, vem estender a ação da memória sobre os sujeitos e, conseqüentemente, interferir em suas ações.

Descrever e analisar o caminho em busca das fontes, o êxito, os contratempos ou os fracassos, fazem parte da pesquisa histórica e são práticas necessárias em qualquer obra. Uma obra não se faz do nada; as experiências comentadas e compartilhadas entre pesquisadores e pesquisadoras são frutíferas para a prática investigativa. A propagação dos acertos, erros, conteúdos existentes em arquivos e a qualidade desses formam uma rede de práticas e informações essenciais para a construção do saber histórico. Bloch (2001, p.83) ainda sugere que “o espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio”.

Conforme mencionamos, para a investigação proposta, analisamos as 41 edições do jornal *Lampião da Esquina*. Cada exemplar publicado contém entre 16 e 20 páginas, nas quais existem colunas fixas, que aparecem em todas as edições – Reportagem, Esquina, Bixórdia, Cartas na Mesa e os editoriais – e colunas que aparecem eventualmente: Opinião, Ensaio, Tendências, Ativismo, Literatura e Colírio. O jornal, em seu conjunto, pela quantidade e dimensão dos textos, charges, fotografias e cartas, oferece muitas possibilidades de análise. Levando em consideração o pouco tempo disponível para pesquisa, dentre essas várias possibilidades, optamos pela seleção das principais temáticas abordadas pelo jornal para compreender a (re)construção da identidade do movimento homossexual brasileiro no final da década de 1970.

Escolhido o “documento” para a investigação, optamos inicialmente por selecionar, por meio da capa⁵ do jornal, as reportagens cuja temática é comum nas 41 edições. A escolha da capa como filtro do conteúdo a ser analisado justifica-se por ser esse um dos espaços mais importantes do jornal impresso, conforme ensina Tarcísia Travassos (2011): os elementos estruturais que compõem a capa do jornal são importantes indícios para compreensão dos seus objetivos, já que ali se evidenciam as reportagens que o conselho editorial considerou importante informar a seus leitores. Além disso, é por meio dela que se estabelece o primeiro “flerte” entre os periódicos e seus leitores.

Nesse espaço, os aspectos gráficos⁶ e a diagramação⁷ apontam para a ênfase dada a cada matéria, materializada no alinhamento, espaçamento, pontuação, grifos, constitutivos do processo de produção de sentido. Acrescente-se que a tipografia corresponde à criação de fontes e que as imagens, além de compor a plasticidade da capa do jornal, oferecem um apelo visual imediato, chamando a atenção, persuadindo o leitor e despertando nele sensações, que podem concorrer para a complementação do sentido de um texto escrito, já que o leitor é, hoje, concebido como coprodutor de sentidos. O uso das cores não tem como objetivo apenas o aspecto estético; elas também proporcionam destaque aos elementos gráficos, cuja distribuição, na capa, proporciona o diálogo intersemiótico (entre diversos tipos de signos e linguagens) e (re)constitui o sentido proposto inicialmente pelo conselho editorial.

A reflexão sobre esses aspectos contribuiu como parâmetro para a seleção das reportagens, segundo o critério da frequência, conforme mencionamos anteriormente: utilização das matérias cujas temáticas foram mais recorrentes durante os três anos de existência do jornal, cuja triagem foi feita por meio da capa e dos editoriais, nos quais selecionamos os assuntos mais abordados nas reportagens publicadas. Importa acrescentar que providenciamos a cópia impressa de todos os exemplares do jornal em tamanho original e, para melhor visualização e organização dos temas assíduos no jornal, construímos uma planilha simples, destacando todas as chamadas de capa. Nesse esquema, observamos todos os títulos, lemos os textos e criamos temas que unem as matérias, a saber: prática homossexual e instituições, gueto, violência contra homossexuais, comportamento, práticas marginais e subversivas, militância, entrevistas, movimento homossexual na América Latina, literatura, movimentos sociais

⁵ Para visualização, disponibilizamos algumas capas do jornal *Lampião* nos anexos I, II e III.

⁶ Os aspectos gráficos são os elementos que compõem um texto e que geram significado, entre eles a tipografia, as imagens e as cores. (TRAVASSOS, 2011, p.113)

⁷ A diagramação é o desenho prévio da disposição de todos os elementos que integram as páginas do jornal; é a combinação dos elementos gráficos com a técnica. “[...] A diagramação visa a dar às mensagens a devida estrutura visual, a fim de que o leitor possa discernir, rápida e confortavelmente, aquilo que para ele representa algum interesse.” (TRAVASSOS, 2011, p.113)

diversos, personalidades, homens nus e referência direta ao jornal. Desses temas, elegemos, para esta investigação, a análise dos seguintes títulos: prática homossexual e instituições, gueto, comportamento, práticas marginais e subversivas, entrevistas, personalidades (pessoas públicas), homens nus e referência direta ao jornal.

“Prática homossexual e instituições” abrange relações entre a questão da homossexualidade e: religião, política, escola, moral tradicional, órgãos de segurança, meios de comunicação oficiais e a área da saúde. Nessa perspectiva, observamos como o grupo se sentia representado por essas esferas e como gostaria de ser contemplado nesses espaços sociais. “Gueto” é tema sob o qual o jornal expõe os lugares reservados ou os espaços autorizados para a prática homossexual. “Comportamento” abarca o modo de vida dos sujeitos homossexuais, desde a diversidade interna do grupo até as suas relações afetivas, sociais, sexuais e políticas. “Prática marginal e subversiva” compreende as chamadas de capa que sugerem ironicamente as práticas homossexuais como periféricas e perigosas. Sob o rótulo “Entrevistas/Personalidades”, o jornal publicou quase 99% de suas entrevistas com pessoas públicas, contemplando reflexões sobre as homossexualidades. Sobre a seção “Homens Nus”, destinada à publicação de fotografias expondo corpos masculinos, não estava na proposta inicial do jornal; o espaço destinado a essas publicações começou a fazer parte do periódico a partir da sétima edição, já como matéria de capa. Por fim, em “Referência Direta ao Jornal”, estão textos que abordam questões que envolvem o jornal, como descrições sobre o dia a dia da redação, o processo jurídico que sofreram durante um ano e a saída de membros do conselho editorial.

O jornal oferece-nos muitas possibilidades de análise, como é possível vislumbrar pelos temas destacados na capa, isso sem contar com o conteúdo interno que não foi privilegiado na primeira página. Muitos desses eixos selecionados se fundem ou dialogam entre si, portanto a intenção de dividi-los se justifica apenas para a melhor visualização do que poderia ser útil para a reflexão acerca da proposta de investigação direcionada ao periódico. Acreditamos que as matérias que abordam tais temáticas, ao lado do aporte teórico escolhido, foram úteis para a análise do jornal como espaço de representação e construção de identidades dos homossexuais brasileiros do período.

Para melhor visualizar e compreender as dinâmicas provocadas pelo jornal *Lampião da Esquina*, dividimos esta dissertação em três capítulos, nos quais abordaremos o jornal por três perspectivas. No primeiro capítulo, “Ditadura Militar”, focalizamos o contexto político e social em que a sociedade brasileira mergulhou após o golpe militar, como fonte para compreensão

das condições ou conjuntura em que o periódico foi construído, pois o momento político brasileiro daquele período influenciou diretamente as práticas jornalísticas como um todo, inclusive no próprio *Lampião*.

No segundo, “Saindo do armário sem vergonha na cara”, analisamos o jornal como espaço de questionamento de um discurso dominante referente aos homossexuais, o qual possibilitou a construção de outra representação do indivíduo homossexual na época.

No terceiro e último capítulo, “*Lampião da Esquina*, a memória de um espaço-tempo-humano”, tratamos o periódico como um elemento do passado que emerge no século XXI reivindicando um passado ativo durante a ditadura militar, espaço de guarida da memória do movimento homossexual brasileiro e sua contribuição para a reflexão acerca das sexualidades contemporâneas.

Antes de nos envolvermos especificamente com nossa aventura cognitiva pelas páginas do jornal, convidamos os leitores a adentrar a redação do *Lampião da Esquina*, convite que nos foi feito logo no primeiro contato com o lócus de pesquisa, quando percebemos que um estudo desta natureza implica buscar vestígios e lembranças particulares dos envolvidos com o projeto. Vestígios que estão pulverizados nas matérias e nas imagens impressas no periódico e mesmo no imaginário social. Demo-nos conta de que, só tentando uma aproximação mais íntima com o jornal, poderíamos realizar esta investigação e confessamos que, para isso, nossa imaginação foi ferramenta necessária. Recriamos as personagens, o som das vozes e das risadas, as rodas de entrevista, o som da máquina de escrever, as saídas de campo para a elaboração das matérias, as brigas e o espaço físico da redação. Tudo isso potencializado pelos vestígios que encontrávamos ou que nos encontravam ao lermos o jornal, e assim fomos tecendo as imagens dessas pessoas, que passaram a viver na nossa memória durante a escrita desta dissertação. Portanto, é por meio do nosso olhar que os convidamos a abrir a porta da redação do *Lampião da Esquina*, localizada na Lapa, Rio de Janeiro.

Ao som de um trecho da música *Bachianas*, de Villa Lobos, a campainha, no formato de uma garça dourada, anuncia a nossa chegada, e a porta se abre. Logo nos primeiros passos, nossos pés se perdem no tapete felpudo que cobre toda a redação. Os primeiros detalhes que avistamos são as plumas e as penas de faisão em um vaso imponente no canto próximo à porta de entrada. Movemos a cabeça de um lado para o outro e de cima para baixo para captar as primeiras impressões e deparamos com um exuberante lustre formado por pingentes de cristal. Em seguida, os detalhes nos chamam a atenção: nas mesas, os cinzeiros de cristal, as canetas de prata que exibiam o nome gravado de cada membro do conselho editorial e as máquinas de

escrever, uma das quais, em especial, nos chama atenção pelas teclas douradas e fonte gótica. Às mesas, identificamos os *lampiônicos*⁸ entretidos na produção da próxima edição do jornal, em especial Adão Acosta, que, ora sorrindo e ora sério, se ocupava com as cartas dos leitores, e Francisco Bittencourt, que, compenetrado, manuseava algumas fotografias. Esse era o pequeno palacete no qual os cangaceiros de *Lampião* faziam brotar as páginas do jornal.

A descrição acima nos foi oferecida no editorial “Uma visita à nossa redação”, publicada na edição número 16 do ano de 1979. Não sabemos ao certo se a redação original correspondia com a descrição publicada pelo jornal, contudo utilizamos essa imagem construída pela matéria como os bastidores do *Lampião da Esquina*. Por meio dessa imagem, começamos a nos tornar um pouco mais íntima do periódico. Uma tentativa de aproximação essencial para quebrar o gelo entre as folhas do jornal e a pesquisa que nos propusemos desenvolver.

Tentativa audaciosa de buscar vestígios das lembranças particulares da redação e da relação entre os membros que compuseram esse espaço, porém, de alguma forma, as matérias publicadas no jornal deixaram escapar o íntimo da redação e dos sujeitos que a compunham. Por meio delas, lapidamos o olhar e os sentidos para, quem sabe, melhor compreender o emaranhado de informações e possibilidades que transbordam do jornal.

Lembrar é evocar um passado, e podemos afirmar que a lembrança descrita até agora foi construída por meio de vestígios de um tempo vivido por outrem, impressa nas páginas do *Lampião da Esquina*. Portanto, não são nossas lembranças particulares, mas são lembranças por nós construídas, estimuladas pelas nossas impressões de rastros pretéritos. Recordações que tomamos por empréstimo para a construção desta pesquisa, por meio da qual vislumbramos o jornal *Lampião da Esquina* como agente social provocador de dinâmicas sociais durante a ditadura militar no Brasil, reconhecendo-o como instrumento legitimador do passado e do presente do movimento LGBT brasileiro.

⁸ Termo pelo qual os membros do conselho editorial se autoidentificavam e com que, com o tempo, passaram a identificar os seus leitores.

CAPÍTULO I

DITADURA MILITAR E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Nesse capítulo, abordamos o contexto social e político em que o *Lampião da Esquina* foi concebido e executado: a ditadura militar. Período conturbado da história brasileira, foram 21 anos durante os quais foram cassadas as liberdades civis, houve a prática da tortura e prisões arbitrárias, perseguições aos que não se alinhavam ao governo militar, censura aos meios de comunicação e boicote da vida artística engajada.

Por um lado, foram anos duros, que cercearam as liberdades tão preciosas para qualquer ser humano, durante os quais, por meio da imposição do medo, os militares fizeram que boa parte do povo brasileiro se retraísse em silêncio. Por outro lado, esses anos sombrios foram o gatilho necessário para o despertar de alguns segmentos sociais que ousaram questionar padrões comportamentais, morais, artísticos e políticos. Essa situação antagônica é semelhante à adversidade pela qual, em meio à lama, nasce uma das flores mais belas do oriente, a flor de lótus. Esses anos truculentos foram férteis para o nascimento de muitas e diferentes flores que povoam a sociedade brasileira na contemporaneidade.

Esse capítulo também é dedicado à descrição de como o *Lampião da Esquina* surgiu e quem eram as pessoas que trabalharam para a sua construção. A identificação das influências que pulverizaram o jornal e dos meios sociais nos quais o jornal circulava faz parte da proposta lançada por esta dissertação. Ao mesmo tempo em que se faz necessário compreender como a ditadura militar se relacionou com jornal, esse aspecto é importante também para a compreensão da relação dos militares com um segmento marginalizado da sociedade e para evidenciar que o final da ditadura militar não foi tão brando e nem tão “aberto” como dizem.

Também discorreremos, aqui, sobre a Lei de Imprensa⁹, mais especificamente o Art.17, que destaca a “ofensa à moral e aos bons costumes”, motivo pelo qual os idealizadores do jornal sofreram investigação e foram coagidos a interromper as publicações do *Lampião da Esquina*, fato que nunca ocorreu. Durante os meses de investigação, o conselho editorial fez questão de colocar frente a frente, em algumas publicações, os temas da moral tradicional e das práticas homossexuais.

⁹ Lei nº 5.520, de 9 de fevereiro de 1967, que “regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. (BRASIL, 1967).

Finalizamos o capítulo destacando a importância da Comissão da Verdade, realizada no Memorial da Resistência na cidade de São Paulo dia 29 de março de 2014, para o debate sobre a resistência da comunidade homossexual durante a ditadura militar.

Por esse caminho, pretendemos localizar o contexto histórico no qual o *Lampião da Esquina* surgiu, atuou e finalizou seus trabalhos e, nesse sentido, legitimá-lo como produto do movimento homossexual que estava florescendo nas décadas de 1960 e 1970 e como parte da produção dos jornais alternativos que surgiram durante a ditadura militar.

1.1 A ditadura militar, o cenário para resistências

O golpe militar de 1964 foi potencializado por um contexto internacional e nacional latentes à época. Conforme Daniel Aarão Reis (2000), tínhamos de um lado, a Guerra Fria, em que os principais protagonistas, EUA e URSS, considerados superpotências mundiais, desencadearam uma disputa de ordem política, militar, tecnológica, econômica e ideológica. Era claro que ambos tinham como objetivo avançar com sua perspectiva ideológica – espalhar ou manter o capitalismo e o socialismo, respectivamente, pelo mundo – e, com isso, adquirir cada vez mais força política e econômica. Não podemos esquecer que o socialismo batia às portas das Américas, território predominantemente marcado pela força dos EUA, que viram, na Revolução Cubana, a possibilidade de perder espaço político e econômico. De outro lado, um Brasil que acabava de perder um presidente: a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a ascensão do seu vice João Goulart, Jango, foram o estopim para que instabilidade política do país se escancarasse de vez. Naquele momento, o Brasil ficou frente a frente com a primeira iniciativa para a quebra da legalidade constitucional, quando militares e a direita conservadora tentaram impedir a posse do vice de Jânio Quadros. Jango, após a campanha da legalidade, assume, no entanto, a presidência com seus poderes limitados que, segundo Reis (2000), se caracterizou em um *parlamentarismo híbrido*¹⁰.

Nesse contexto, de acordo com o autor, as agitações sociais ampliaram-se, alcançando trabalhadores urbanos/rurais e estudantes que viam com otimismo o governo de João Goulart. E foi nesse clima que se configurou o programa das reformas de base, um plano de ação político idealizado pelo presidente, que beneficiaria boa parte da população desafortunada e que traria

¹⁰ Ou seja, “[...] com os poderes presidenciais castrados, [...] uma estranha fórmula constitucional em que se associavam um presidente enfraquecido e um parlamento fraco. Quanto aos golpistas, tiveram as posições preservadas, não sendo punidos.” (REIS, 2000, p. 12)

mais autonomia ao Brasil. A reforma agrária foi, sem dúvida, um dos objetivos das reformas de base que assustou a elite brasileira e deixou os grandes latifundiários e empresários alarmados. Setores economicamente dominantes da população não viram com bons olhos a distribuição de riqueza e poder político para a população e enxergaram, no presidente, ações que só um comunista poderia ter. O personagem foi escolhido e construído: Jango, o comunista, queria transformar o “Brasil em Cuba”¹¹.

Vale ressaltar que Goulart era líder do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e cunhado de Leonel Brizola, que, por sinal, foi uma das principais figuras que apoiaram a posse de Jango em 1961 e que pressionaram o presidente para a implantação efetiva das reformas de base. O fato não fazia de Jango um comunista, contudo ambos foram taxados de subversivos e uma ameaça à democracia brasileira. Enquanto o primeiro foi deposto da presidência, o segundo foi uma das pessoas mais “caçadas” (e cassadas) pela ditadura militar.

Foi nesse contexto que as políticas econômicas internacionais, ao lado de setores político-econômicos dominantes e militares brasileiros articularam o golpe. De acordo com Juremir Machado da Silva (2014), Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2006) a imprensa foi uma ferramenta muito importante para a articulação do golpe. Conforme Silva (2014), os meios de comunicação anunciaram, semanas antes da deposição de Jango, com exceção do jornal *Última Hora*¹², a rejeição ao presidente e às reformas de base consideradas ações de cunho comunista. O autor é direto e considera que o golpe foi articulado em rede nacional, ou seja, um golpe midiático, civil e militar.

Encontrar um setor responsável pelo fatídico 31 de março de 1964 é inviável, porque um evento desse porte não se faz pelo querer de um ou outro grupo, mas pela articulação entre diversos setores da sociedade. Nessa perspectiva, também vamos entender como se desenrolou a ditadura militar e a resistência a ela. Para isso, vamos dividir o período em três momentos, como sugere Ana Maria Colling (1997, p. 22-23):

O período militar brasileiro pode ser dividido em três fases distintas: a primeira, que vai do golpe de 1964 à instituição do Ato Inconstitucional nº5 em 1968; a segunda, que corresponde ao período de maior política e repressão, de 1968 a 1974; e a terceira, que corresponde ao processo de abertura política, de 1974 à revogação do AI-5, em dezembro de 1978.

¹¹ Esta é uma justificativa a que parte dos brasileiros sempre recorrem quando algum governo avança no que diz respeito às questões sociais. É um discurso velho que, ainda hoje, em pleno século XXI, escutamos com frequência.

¹² O *Última Hora* era claramente favorável ao governo de João Goulart, tanto que, dias antes do golpe, manifestantes pró-ditadura assumiram a tarefa de depredar a sede do jornal na cidade do Rio de Janeiro. Após o golpe, o jornalista e fundador do jornal, Samuel Wainer, teve seus direitos políticos cassados e foi forçado a sair do país.

Não podemos entender a ditadura militar como um processo simples, que começa intensa e vai enfraquecendo-se durante os anos. Devemos compreender que a ditadura foi um emaranhado de relações entre personagens que se transformaram ou que surgiram durante o período e que estabeleceram dinâmicas, sobretudo de resistência, com o governo militar.

A primeira fase da ditadura, entre 1964-1968, se deu de tal forma que houve pouca resistência; Jango exilou-se no Uruguai por medo de uma guerra civil, e as esquerdas não ofereceram resistência, salvo focos isolados, dispersados sem grande dificuldade. A intenção de muitos que apoiaram o golpe, entre eles a mídia, a classe média e políticos, era apenas tirar Goulart do poder e pôr fim às reformas sociais que ele pretendia, ou seja, os militares tirariam Jango e depois voltariam para os quartéis. Mas não foi isso que aconteceu: os militares permaneceram no poder por 21 anos. Poucos dias depois da deposição de João Goulart, a junta militar editou o Ato Institucional nº1, que instaurou o estado de exceção no país. Foi o início dos decretos e das cassações de mandatos eletivos, suspensão de direitos políticos, além de aposentadorias de civis e reformas de militares, atingindo centenas de pessoas. Ao mesmo tempo, um processo de “caça às bruxas” desencadeou-se pelo país afora, com prisões, censura a publicações e intimidações de toda ordem. Foi nesse momento que começaram os movimentos de oposição geral à ditadura, pois nem todos que apoiaram a queda de Jango se reconheciam nessas ações. Muitos se arrependeram, mas era tarde demais.

Entre os arrependidos, encontramos os meios de comunicação que outrora apoiaram o golpe. Conforme Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2006), a *Tribuna da Imprensa* e o *Correio da Manhã*, haviam sido, ambos, claramente a favor da saída arbitrária de João Goulart, foram os primeiros a se opor ao regime, todavia o discurso mudou quando depararam com as crescentes denúncias de abuso de poder e com a onda de perseguições contra jornalistas. O cerco se fechou cada vez mais com a Constituição de 1967, por meio da qual se estabeleceram a Lei de Segurança Nacional, que definia os crimes contra a ordem política e social, e a Lei da Imprensa, que vigiava e disciplinava a divulgação de informações.

O xeque-mate militar se deu com a implantação do Ato Institucional nº5, o famoso AI-5. O Congresso foi fechado por tempo indeterminado, suficiente para que se legitimassem as mais arbitrárias ações: as cassações e perda de direitos políticos tornaram-se comuns; o *habeas corpus* foi suspenso para crimes políticos; a tortura e os assassinatos se tornaram rotina nos quartéis; a censura à imprensa e às práticas artísticas foi utilizada para conter qualquer tipo

de crítica ao governo. Esse foi o período em que imprensa esteve totalmente amordaçada. Luca e Martins (2006, p.107-108) descreveram algumas das perseguições aos jornais da época:

Mal o ato foi divulgado, os principais órgãos da imprensa escrita e radiotelevisiva foram colocados sob censura. A sede do Correio da Manhã foi invadida por agentes policiais, que prenderam o redator-chefe. Parte da edição do Jornal da Tarde foi apreendida, enquanto O Estado de S. Paulo foi proibido de circular, em função de um editorial de Júlio de Mesquita Filho, que criticava duramente o general Costa e Silva. No Jornal do Brasil, por sua vez, Alberto Dinis, editor chefe, encontrou uma forma de tornar claro ao leitor que o jornal fora censurado. Na primeira página do dia 4 de dezembro, do lado esquerdo do título, havia uma peculiar previsão meteorológica – “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes” – enquanto do lado oposto anunciava-se: “Ontem foi o dia dos cegos”. A atitude enfureceu os militares e resultou na prisão de um dos diretores do jornal.

Diante dessa situação, a imprensa resistia como podia, usando a imaginação para, de alguma forma, evidenciar a perseguição que sofria. Poemas, receitas de bolo ou apenas tarjas pretas traziam, nas entrelinhas, a censura ou a política do silêncio a que eram submetidos jornalistas e afins. De acordo com Silva (2014), esse foi um momento em que grande parte da imprensa reescreveu a sua história diante da ditadura militar, já que muitos meios de comunicação apoiaram o golpe e até mesmo clamaram por ele.

Esses tempos não foram difíceis apenas para a imprensa brasileira; os dez anos de vigência do AI-5 também foram truculentos com a vida artística do país, que teve peças de teatro, músicas e roteiros de filmes submetidas a intensa censura. A truculência não parou por aí: muitos partidos de esquerda¹³ foram banidos e passaram a agir na ilegalidade. Tais movimentos apelaram para a luta radical, como podemos evidenciar nos seguintes eventos: assaltos a bancos para conseguir dinheiro para financiar a luta revolucionária, sequestro do embaixador americano visando à libertação (por meio da troca) de prisioneiros e à organização da Guerrilha do Araguaia, que se desenvolveu entre os anos de 1972-1975 e cujo foco guerrilheiro foi dizimado.

Após 1974, encontramos a primeira possibilidade de um governo democrático, cujo objetivo era uma abertura política “lenta, gradual e segura”. Naquele momento, a resistência se

¹³ Entre os movimentos de esquerda que atuaram no final da década de 1960, destacam-se: “Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca; e um grupo vinculado ao PC do B, que montou um movimento de guerrilha no Araguaia. A proposta de luta armada teve maior penetração no meio estudantil universitário, onde se desenvolvia a discussão das ideias e dos projetos políticos da esquerda e de onde saíria a maior parte dos militantes destas organizações.” (COLLING, 1997, p. 30).

deu por parte dos militares mais radicais, que não viam com bons olhos a abertura política do país. A tensão entre militares mais radicais ficaria evidente no assassinato do jornalista Wladimir Herzog (1975) e do operário Manuel Fiel Filho (1976) nas dependências do DOI-Codi¹⁴. No outro extremo, tínhamos os remanescentes da esquerda revolucionária, esses dispersos, presos ou exilados. A maioria desses grupos de esquerda já havia abandonado a perspectiva do enfrentamento armado, mas incomodava com campanhas permanentes de luta pela anistia e com denúncias da ditadura ou de seu modelo econômico e, sobretudo, da tortura como política de Estado, o que horrorizava a opinião internacional. Entre esses polos opostos, havia espaço para os amplos setores das oposições moderadas.

No final da década de 1970, desencadearam-se as primeiras manifestações públicas desde 1968¹⁵. O movimento estudantil e a luta pela anistia ocuparam espaços a partir de 1977, agitando reivindicações democráticas. Em 1978, entraria em cena, inesperadamente, o movimento operário, com a greve de São Bernardo. Nesse mesmo ano, o AI-5 foi revogado; e o fim desse Ato Institucional foi o início da restauração dos direitos individuais e democráticos. A Lei da Anistia¹⁶ veio confirmar esses “novos ares”, momento em que muitos exilados voltaram ao Brasil depois de anos. Por fim, as Diretas Já!, o maior movimento popular da história do Brasil, foi a última manifestação popular que apontava para uma insatisfação contra o governo militar. Iniciado em 1983, o movimento propunha eleições diretas para o cargo de Presidente da República.

O poder institucional manipulado pelos militares durante a ditadura foi uma autoridade coerciva que agiu, coletiva e individualmente, por todo o corpo social. Perpassou literalmente o corpo de indivíduos, as liberdades civis e a liberdade de criação, agindo por meio de diversos canais para manter a “ordem” e a “disciplina”. Foi um poder que coagiu e maltratou a sociedade brasileira, mas que também a provocou e a fez produzir em meio à adversidade. Entendemos que o poder relacionado à soberania do Estado diante da sociedade é uma das formas de exercer o controle. Conforme avalia Michel Foucault (2006), essa forma de exercício do poder reflete

¹⁴ Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna: foi um órgão repressor criado pelo Regime Militar brasileiro para prender e torturar aqueles que fossem contrários ao regime.

¹⁵ A passeata dos 100 mil foi organizada em 1968 pelo movimento estudantil. Foi a principal oposição ao regime militar naquele momento, reunindo cerca de cem mil pessoas, que ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar até então.

¹⁶ “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com esses, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.” (Conforme o art. 1º da Lei nº 6.683 de 1979).

as formas finais de um emaranhado de relações. Para o autor, independente de onde venha o poder ou de quais são as relações de poder, encontramos resistência, que se constitui na própria dinâmica da produção de poder.

Nessa perspectiva, evidenciamos que, durante a ditadura militar, houve a manifestação de inúmeros focos de resistência, desde os de cunho efetivamente político até os vinculados à produção cultural, que também cantou e interpretou o momento político pelo qual o Brasil estava passando. É evidente que a ditadura militar representava tudo o que era de mais conservador na sociedade brasileira, de modo que questionar verdades estabelecidas era, também, questionar o sistema político vigente no país. Foi um período em que se tornaram públicas questões referentes às mulheres – discussões em torno da sexualidade, de métodos contraceptivos, ou ao espaço público reservado a elas, ao corpo feminino, à mulher como sujeito político, entre outras temáticas –; aos negros – debates acerca da identidade, do “mito da democracia racial” e reflexões direcionadas à violência física e simbólica a que estavam submetidos esses indivíduos (o que se pode aplicar também às mulheres) –; aos indígenas – a problemática da demarcação de terras, discussões direcionadas à questão da identidade e à marginalização das expressões culturais desses sujeitos –; aos homossexuais – a que levantavam questões pertinentes à identidade de gênero, à sexualidade, ao corpo, a masculinidades e ao prazer bem como à violência de que foram (ainda são) vítimas durante séculos. Além disso, merece menção o mundo das artes, em que podemos destacar: a Tropicália, tão bem representada por Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil, Os Mutantes e Tom Zé, um movimento cultural que representou uma explosão não só musical, mas também comportamental; os teatros O Oficina e O Arena, que marcaram a história da dramaturgia no país, dedicando-se à arte cênica engajada, que tinha como inspiração o teórico e dramaturgo alemão Bertolt Brecht; o Cinema Novo, que se vinha desenvolvendo desde a década de 1950, com o *slogan* “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, representado por Glauber Rocha, que traduziu o contexto político brasileiro nas telas dos cinemas. Nesse âmbito, também merece relevo o Cinema Marginal, que deu espaço para a reflexão sobre personagens marginalizados que faziam parte da sociedade, mas de quem pouco se falava e, quando se falava, era com um discurso pronto e desqualificador. Entre seus representantes, destacamos João Silvério Trevisan, Rogério Sganzerla e Julio Bressane.

Essas foram algumas das manifestações produzidas em um momento difícil da história do Brasil, trazendo à tona problemáticas que abalaram muitos setores da sociedade brasileira.

Como bem observou Colling (1997), foram anos “apaixonados”. A paixão é um desejo muito forte em relação a algo ou alguém, é um sentimento que precisa escapar de alguma forma, a paixão encontra meios para se mostrar... A ditadura militar não apenas expressou a violência e negação das liberdades civis, mas também provocou a paixão de uma geração inconformada com os abusos e sedenta de novas possibilidades, não só políticas, mas humanas: o poder ser em sociedade. Esse desejo expressou-se das mais diversas formas, e a paixão fez florescer e amadurecer personagens diversas, que cantaram sem vergonha seus ideais, seus corpos, seus prazeres, suas inquietações e suas dúvidas. Que a paixão de outrora sirva de semente para futuras paixões tão apaixonadas quanto essa geração que marcou a sociedade brasileira das décadas de 1960-1970.

1.2 A imprensa alternativa como forma de resistência

Entendemos como jornais alternativos toda produção feita fora do circuito oficial dos grandes meios de comunicação, onde há a possibilidade de publicações mais críticas, irreverentes, com a abordagem de temas inéditos ou desprezados pela grande mídia. Ou seja: um jornalismo que se opõe ao discurso dominante, que geralmente é articulado por grupos econômicos que financiam a produção jornalística ou por ideologias hegemônicas.

De acordo com Bernardo Kucinski (1991, p. 13), “durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”. Essa outra possibilidade de fazer jornalismo recebeu o nome de “imprensa nanica”¹⁷ ou “imprensa alternativa”¹⁸. Conforme o autor, foi por meio dos alternativos que foram denunciadas as atrocidades cometidas pela ditadura militar e que se promoveu o questionamento da legitimidade do governo não democrático.

¹⁷ “A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, [...]. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal.” (KUCINSKI, 1991, p. XIII)

¹⁸ “Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.” (KUCINSKI, 1991, p. XIII)

É por esse viés que pretendemos abordar o nascimento dos jornais alternativos, em especial o *Lampião da Esquina*, que surgiram após o golpe de 1964, como uma possibilidade em face das grandes empresas midiáticas que, em sua maioria, apoiaram o golpe militar.

Muitos acreditam que os primeiros jornais alternativos que questionaram a ditadura militar começaram a ser publicados após 1968, momento em que o AI-5 entra em cena e, junto com ele, a censura ferrenha aos meios de comunicação. Conforme Kucinski (1991), antes do AI-5 já nascera o *Pif Paf* (1964)¹⁹, *Reunião* (1965), *Carta Econômica Brasileira* (1965), *Revisão e Teoria, Prática* (1967), *Amanhã* (1967), entre outros, todos antigoverno militar e com poucos meses de circulação. Isso torna evidente o descontentamento com a abordagem da grande imprensa em relação à ditadura militar mesmo antes da dura censura orquestrada pelo AI-5.

Como já foi mencionado no início desse tópico, o número de jornais alternativos foi muito significativo, o que evidencia, também, a diversidade que envolvia tais publicações. De acordo com Kucinski (1991, p. 13-14), os alternativos desse período podem ser divididos em duas linhas de abordagem:

Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60. [...] Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os boias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicação e de protesto e discutiam os temas clássicos da esquerda, o caminho da revolução brasileira, as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura. [...] A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul-Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.

Kucinski (1991) fez um exaustivo levantamento dos jornais alternativos que surgiram entre os anos de 1964 e 1985, destacando a origem, segmento ideológico, relação com a ditadura ou com os movimentos sociais e seu fim ou extinção. Entre os 150 alternativos que surgiram e desapareceram durante a ditadura militar, destacamos alguns a título de conhecimento e como exemplo da diversidade de segmentos ideológicos: *Pasquim* (1969), satírico; *EX-* (1973) e

¹⁹ O jornal alternativo *Pif Paf* surgiu como um desdobramento da seção de mesmo nome em *O Cruzeiro*, escrita por Millôr Fernandes. Conforme Kucinski (1991), esse alternativo surgiu depois do estranhamento provocado pelas publicações de Millôr entre setores conservadores do *O Cruzeiro*. A ideia de fazer o *Pif Paf* independente foi anterior ao golpe, contudo a primeira publicação ocorreu em maio de 1964.

Versus (1976), os existenciais; *Coojornal* (1975) e *Repórter* (1977), os de reportagem; *Opinião* (1972) e *Movimento* (1975), os revolucionários; *Nós Mulheres* (1976) e *Maria Quitéria* (1977), viés feminista; *Beijo* (1977) e *Lampião da Esquina* (1978), corpo e sexualidade; *Abertura* (1974) e *O Inimigo do Rei* (1977), anarquistas; e, *Bandeira - PA* (1975) e *Varadouro - AC* (1977), exemplos de alternativos fora dos eixos sudeste e sul.

Os jornais alternativos que circularam entre os anos de 1964 e 1985 são importantes vestígios de um período tão conturbado da história brasileira; eles nos trazem pistas para compreender o emaranhado de relações que se formaram durante os anos em que os militares estiveram no poder. Em meio à pluralidade de publicações à margem dos grandes meios de comunicação, elegemos o jornal *Lampião da Esquina* e sua linha temática para a análise aqui empreendida.

1.2.1 *Lampião da Esquina* em tempos de abertura

O jornal surge em abril de 1978, momento em que os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e, posteriormente, João Figueiredo (1979-1985) empenharam-se no processo de abertura política do Brasil, visando recolocar o país em direção à democracia. Tal projeto estava, no entanto, longe de ser compartilhado pelas Forças Armadas e pelo aparelho repressivo, o que não interferiu no clima de abertura em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Carlos Fico (2004) chama atenção para a divisão da ditadura em períodos “duros” e “brandos”: de acordo com o autor, tal dicotomia acaba silenciando episódios de perseguição, censura e violência durante o momento conhecido como “abertura”.

Os “novos ares”, mesmo que brandos, trouxeram uma perspectiva positiva entre os brasileiros, ou os próprios brasileiros que se organizaram nesse período terão trazido esses “novos ares”. Isso pode ser vislumbrado pela pluralidade de movimentos sociais que emergiram ao final da década de 1970. No processo de redemocratização do país, surgiram e se fortaleceram diversos e distintos movimentos sociais, tais como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento por Moradia, Movimento Feminista, Movimento pela Anistia, Movimento Estudantil, Movimento Negro, Movimento Homossexual, Movimento dos Trabalhadores, entre outros. Naquele momento, o termo “abertura política” ganhou um significado mais abrangente, houve a pluralização das pautas e reivindicações e fortaleceram-se movimentos cujas temáticas eram pouco abordadas, como as questões referentes aos negros,

às mulheres, às crianças, aos índios, ao meio ambiente, aos homossexuais e às minorias, que antes não tinham força ou eram ignoradas.

Foi nesse cenário que um grupo de intelectuais e artistas homossexuais uniram suas experiências, profissionais e pessoais, para dar vida ao projeto *Lampião da Esquina*. De acordo com João Silvério Trevisan (1986), a ideia de fazer um jornal que contemplasse a população homossexual surgiu após a visita de Winston Leyland, editor da *Gay Sunshine Press*, da cidade São Francisco/CA, que veio ao Brasil em busca de autores envolvidos com a literatura *gay* latino-americana. O nome do jornal, inicialmente, conforme Aguinaldo Silva, em depoimento para o documentário *Resistir é preciso*²⁰, era para ser *Esquina*, mas esse nome já estava registrado e então optaram por *Lampião da Esquina*. A ideia foi associar o projeto midiático à luz que emanava de uma lanterna no encontro de duas ruas, a esquina, que, conforme Silva, seria um lugar icônico para os homossexuais. Resolveram também associar o termo “lâmpião” à figura de Virgulino Ferreira da Silva, o famoso cangaceiro conhecido como Lampião, a figura que tão bem representava o machismo brasileiro.

O próprio jornal, em sua edição experimental, apresenta os onze senhores do conselho editorial:

Adão Acosta – Jornalista, ex-terapeuta ocupacional, pintor, exercendo esporadicamente as funções de tradutor (inglês-português). Aguinaldo Silva – Jornalista especializado em assuntos policiais, escritor (tem dez livros publicados), tem longa experiência na imprensa alternativa: colaborou com *Opinião* desde os primeiros números, e é um dos fundadores de *Movimento*. Antônio Chrysóstomo – Jornalista, especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows. É um dos mais polêmicos críticos musicais do país. Clóvis Marques – Jornalista e tradutor, faz crítica e cinema. Subeditor do Guia de Filmes publicado pela Embra filme, é correspondente, no Brasil, de *Film Dope*, de Londres. Darcy Penteado – Artista plástico e escritor. Uma das figuras mais importantes do front cultural pauta, foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira de luta contra a discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais. Seu primeiro livro, *A Meta*, com histórias que abordam o tema, foi um dos maiores sucessos editoriais do ano passado. Francisco Bittencourt – Poeta, crítico de arte e jornalista, publicou dois livros de poemas. É membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (seção do Brasil), e colabora como crítico em vários jornais. Gasparino Damata – Jornalista e escritor, com passagens pela diplomacia. Organizou duas antologias – *Histórias do Amor Maldito* e *Poemas do Amor Maldito* – que tinham o homossexualismo como tema. JEAN – Claude Bernardet – Crítico de cinema, um dos teóricos do Cinema Novo, possui também uma longa experiência na imprensa alternativa. Um dos colaboradores mais ativos do *Opinião*, é um dos fundadores de *Movimento*. João Antônio Mascarenhas – Advogado, jornalista, e tradutor, abandonou a

²⁰ Documentário produzido pela Tc Filmes, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, e dirigido por Ricardo Carvalho em 2011.

burocratice dos Ministérios da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de “gente boa” que resultou na ideia de se publicar LAMPIÃO. João Silvério Trevisan – Cineasta e escritor, é autor de um dos livros de contos mais elogiados do ano passado – Testamento de Jônatas deixado a Davi. Está escrevendo um romance destinado ao público juvenil, fruto de suas andanças pela América Latina. Peter Fry – Nasceu em Liverpool, Inglaterra, e formou-se em Cambridge. Após um período como antropólogo na Rodésia, voltou à Inglaterra, onde fez doutorado na Universidade de Londres, que o contratou depois como professor. Em 1970 veio para o Brasil, contratado pela Universidade de Campinas, onde está até hoje. Tem pesquisado sobre as religiões afro-brasileiras e pretende escrever sobre a sexualidade no Brasil.²¹ (LAMPIÃO, nº 0, p.2, abril, 1978).

Como podemos perceber, o jornal era composto por muitas pessoas, o que nos leva a deduzir a pluralidade de experiências, abordagens e perspectivas que orbitavam a construção do periódico. Desde a publicação da edição número zero, *Lampião da Esquina* tem como coordenador de edição Aguinaldo Silva²², que seguiu até o último número do jornal. Jorge Caê Rodrigues (2014, p.101), em estudo direcionado ao *Lampião*, deixa clara a diversidade existente dentro da redação do jornal, “[...] existiam dois núcleos no jornal: o do Rio, capitaneado por Aguinaldo Silva; e o de São Paulo, representado por Darcy Pentead²³ e João Silvério Trevisan²⁴, sendo que a palavra final era dada pelo núcleo do Rio”. Rodrigues (2014), em entrevista com Antônio Carlos Moreira²⁵, destaca o conflito perceptível, ou identificável, no formato geral do jornal: entre um periódico mais popular, defendido por Aguinaldo Silva, e um jornal mais intelectual, defendido por João Silvério Trevisan. O autor ainda destaca a disputa entre os idealizadores sobre conceber, ou não, o *Lampião* como um meio de comunicação ativista.

Essa disputa fica latente na diversidade de abordagens nas matérias do jornal, que ora se mostra(va)m ativistas, ora avessas a um movimento homossexual totalmente homogêneo. Também é digno de nota o fato de ora encontrarmos publicações complexas, em que se

²¹ Além desses nomes, que tinham espaço fixo no conselho editorial, o jornal contava com muitos colaboradores de diversos estados brasileiros ou estrangeiros, entre os quais figuras conhecidas no meio intelectual brasileiro, a saber: Agildo Guimarães, um dos precursores do movimento homossexual brasileiro; Caio Fernando Abreu, escritor; Glauco Mattoso, escritor; Edward MacRae, antropólogo; Celso Curi, jornalista; Zsu Zsu Viera, escritora, entre outros.

²² É hoje um dos mais importantes telenovelistas da Rede Globo. Em 2014, recebeu, da Presidente Dilma Rousseff, o título de Comendador da Ordem do Mérito Cultural.

²³ Faleceu em 1987.

²⁴ É hoje romancista; seu último livro foi publicado em 2009 com o título *Rei do Cheiro*. Coordena, há 28 anos, oficinas literárias, entre elas a oficina on-line do SESC-SP (de 1999 até 2005). Foi colunista da revista *G Magazine*. Atualmente coordena uma oficina de criação literária particular.

²⁵ Colaborador do jornal do número 23 ao 37, concedeu entrevista a Jorge Caê Rodrigues em 2005 sobre o *Lampião da Esquina*.

menciona(va)m ideias de Michel Foucault, Jean Paul Sartre e Herbert Marcuse, ora depararmos com abordagens que usa(va)m o escracho e o deboche para compor as matérias.

Outra problemática que se torna evidente no jornal é a vontade de seus idealizadores de tornar *Lampião* não apenas um jornal de viés homossexual, mas um jornal de minorias. Durante os três anos de circulação, houve um esforço por parte das pessoas envolvidas com o projeto em abrir espaço para outros movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento negro, como fica evidente em algumas chamadas de capa, a saber: “Mulheres na redação: Lúcia Rito & Zsu Zsu Vieira”, número 3; “Violação: um estudo dedicado às mulheres”, número 5; “São as mulheres fazendo política”, número 11; “Estão matando mulheres”, número 17; “Esquerda joga bosta nas feministas”, número 23; “Feministas viram a mesa”, número 24; “Negros protestam em São Paulo”, número 4; “Os negros: qual o lugar deles?”, número 15; “Negros contra o 13 de maio”, número 25; “IBGE dá o golpe nos negros”, número 20; “Bichas, mulheres e negros no açougue do marketing”, número 17; “Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer”, número 28; “Um juiz pelas minorias, Álvaro Mayrink fala de racismo, homossexuais, maconha, mulher submissa, etc”, número 30. Mas, conforme Edward MacRae²⁶ (1990 *apud* RODRIGUES, 2014, p.99), tal objetivo não se concretizou:

[...] apesar desse empenho em manter suas páginas abertas a outros grupos sociais, o *Lampião* nunca conseguiu ser plenamente aceito como um jornal de minorias, seus aspectos homossexuais emprestando-lhe um estigma que parecia por demais “contagante” afugentando os segmentos heterossexuais de seu público potencial.

Não conseguimos conceber tal multiplicidade de posições como algo negativo; essa pluralidade evidencia a fase inicial do movimento homossexual brasileiro, sobre a qual há poucas certezas e muitas interrogações. Situação intrínseca no fazer-se de qualquer movimento social e que é um indício de que os movimentos sociais não são homogêneos. Acreditamos que todas as formas de abordagens existentes no *Lampião* são legítimas, contudo a falta de um todo coerente causou o estranhamento entre os editores, como destaca Rodrigues (2014, p. 101):

Com um corpo editorial formado por onze personalidades com posições ideológicas tão díspares, não é de se estranhar que logo cedo as disputas por temas acabariam por enfraquecer o jornal. Isto pode ser percebido logo de início pela falta de um editorial dirigido. A seção “Opinião”, que caracteriza

²⁶ Não podemos esquecer que o autor fez parte do núcleo de colaboradores do *Lampião da Esquina*, portanto seu relato sobre o jornal faz parte da sua vivência como participante ativo da construção do jornal e como tessemunha das relações ali existentes.

o espaço para o jornal desenvolver sua linha editorial, era ocupada na verdade por opiniões pessoais de membros do Conselho Editorial.

Nessa perspectiva, constatamos que o jornal perdeu parte dos seus editores durante os três anos de circulação: João Antônio Mascarenhas²⁷ fez parte do conselho editorial da edição experimental à edição número 06; Peter Fry²⁸, até o número 27; Antônio Chrysóstomo²⁹, Clóvis Marques³⁰, Gasparino Damata³¹ e Jean-Claude Bernardet³², até a publicação número 31. Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt³³, Adão Acosta³⁴, Darcy Penteadó³⁵ e João Silvério Trevisan são os únicos que participaram da produção do jornal da primeira a última publicação. Não sabemos os motivos exatos das baixas ocorridas no conselho editorial durante os três anos de circulação, mas acreditamos que as incompatibilidades de objetivos e ideais fizeram que *Lampião da Esquina* perdesse parte dos seus idealizadores.

Além das diversas iniciativas de abordagem apresentadas pelo jornal, Macrae (*apud*, RODRIGUES, 2014, p. 99) identificou que a pluralidade ultrapassava a redação do jornal: “a grande diversidade de opiniões existentes não só na redação do jornal, mas também entre o público leitor. Esse era sabiamente heterogêneo em termos de classe, cultura, idade, ideologia, política, localização geográfica, etc.”. Podemos ratificar essa informação em matéria escrita por Aguinaldo Silva, intitulada *Nós ainda estamos aqui*³⁶:

A questão que se coloca é a seguinte: LAMPIÃO, reconhecidamente um dos momentos mais importantes da imprensa brasileira nesses últimos anos, teria envelhecido? Estaríamos nós acomodados, a repetir infundavelmente os mesmos chavões, sem acompanhar o trem da história, atualmente correndo – ainda que em trilhos tortuosos – mais depressa que nós? Mais que se entregar às áridas, exaustivas discussões de gabinete, a gente prefere, numa ocasião como essa, recorrer às mensagens que nos mandam nossos leitores. A julgar pelas cartas, que recebemos em número cada vez maior o jornal continua sendo uma novidade para a maioria dos que o leem. Mesmo a acusação que por vezes nos fazem, de sermos um jornal demasiado voltado para o gueto, é

²⁷ Faleceu em 1998.

²⁸ Atualmente é editor do jornal da Associação Brasileira de Antropologia, Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology.

²⁹ Faleceu em 1984. Em 1979, Chrysóstomo foi acusado e preso pelo crime de pedofilia após adotar uma menina de três anos. Em 1983, foi julgado e considerado inocente; nunca conseguiram provar o crime que lhe fora atribuído. Logo após sair da prisão, escreveu um livro chamado *Caso Chrysóstomo: o julgamento de um Preconceito*, que dedicou a sua filha adotiva, que nunca mais viu.

³⁰ Atualmente trabalha como tradutor.

³¹ Faleceu, mas não sabemos exatamente o ano de sua morte.

³² Foi professor de História do Cinema na ECA/USP até se aposentar em 2004.

³³ Faleceu, mas não sabemos exatamente o ano de sua morte.

³⁴ Não conseguimos informações sobre suas atividades na atualidade.

³⁵ Faleceu em 1987.

³⁶ Esta publicação é a primeira evidência clara de uma possível crise nos bastidores do *Lampião da Esquina* e da relação desconfortável entre o jornal e seus leitores.

fartamente rejeitada no que nos escrevem muitos desses leitores; eles nos acusam, ao contrário, de ceder demasiado espaço a outras minorias, de nos ocuparmos de assuntos que “nada têm a ver”, mesmo que nos preocupemos abordar esses assuntos de uma perspectiva inteiramente nova [...]. (LAMPPIÃO, nº 28, p.2, set, 1980).

Essa assimetria evidenciada nas páginas do jornal e entre os seus leitores, bem como os inúmeros caminhos que o periódico se propôs trilhar ou a diversidade de pessoas que se propôs atingir e a relação destas com o periódico deixam claro como o *Lampião da Esquina* é um objeto de análise complexo.

Talvez essa incompatibilidade de perspectivas tenha sido um dos fatores que provocaram o fim do jornal. Questões financeiras podem ter sido outra causa. Na mesma matéria, Aguinaldo Silva deixa claro que a vida financeira do jornal se encontrava em crise, como podemos notar em apelos como: “Precisamos aumentar o número de assinantes do LAMPPIÃO; Renovamos aqui o nosso apelo: assinem LAMPPIÃO; Manter o LAMPPIÃO vivo; ou, Não podemos negar: estamos em crise.”. São evidências que ratificam o que destaca Rodrigues (2014, p. 119): “Apesar de o jornal receber milhares de cartas mensais, isto não se traduzia em assinaturas. Em alguns números, Aguinaldo Silva tinha que colocar dinheiro do próprio bolso para pagar a edição.”. Outra prova de que o jornal nunca esbanjou dinheiro diz respeito à dedicação dos envolvidos com a produção do *Lampião*: “Isso além do pessoal que trabalha ativamente aqui na redação, alguns sem receber qualquer compensação financeira [...]” (LAMPPIÃO, nº 28, p.2, set, 1980).

Kucinski (1991, p. 117) chama atenção para a extinção dos tradicionais jornais alternativos da década de 1970:

Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circularam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981. [...] Desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais.

O autor dedica atenção maior aos jornais alternativos ligados à esquerda tradicional do período e compreende que o fim dos alternativos decorreu da “abertura política” desencadeada no início dos anos de 1980, que deu mais liberdade para esses jornalistas expressarem suas ideias. Como o *Lampião* não tinha nenhuma ligação com os partidos de esquerda, a maioria dos editores os rejeitava, porém não podemos usar dessa justificativa para explicar o fim do jornal. Entendemos que a questão homossexual vai além da ditadura militar, portanto as questões

financeiras e ideológicas tornam-se explicações mais cabíveis para compreender o fim do *Lampião da Esquina*.

1.2.2 A perseguição ao *Lampião da Esquina*

Sob o comando do governo Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil foi conduzido à democratização, sendo o AI-5 progressivamente sendo extinto. É comum entender os dois últimos governos militares como brandos e não violentos, em que a censura³⁷ aos meios de comunicação foi gradualmente sendo eliminada, contudo tal generalização acaba por silenciar eventos cuja violência foi exercida de forma simbólica. E esse tipo de violência é tão (ou até mais) coerciva quanto a violência física. Uma prova de que nem tudo eram flores foi a criação da Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, fundada em 25 de abril de 1978, que expôs o seguinte documento:

Nesse momento em que a aspiração a uma organização democrática das instituições aparece claramente como o resultado de um consenso nacional pesa sobre os ombros de todos e de cada um de nós um profundo sentimento de responsabilidade. É inadmissível uma institucionalização democrática que tenha como condição a insegurança, o silenciamento ou a omissão forçada do cidadão, do artista, do intelectual. A democracia não pode conviver com a negação da variedade e da complexidade dos valores, implícito no próprio conceito de Cultura. Repudiamos um processo que não tenha por base, obrigatoriamente, o respeito à divergência de opiniões, à ampla circulação de informações e conhecimentos e à livre manifestação do pensamento. (LAMPIÃO, nº 12, p.11, maio, 1979).

A relação dos mecanismos de vigilância com o *Lampião da Esquina* é outro exemplo de que o final da década de 1970 não foi tão pacífico como dizem. Durante a pesquisa nos 41 exemplares de *Lampião*, não evidenciamos qualquer tipo de censura ou vestígio de que o jornal pudesse estar sofrendo alguma espécie de controle. É evidente, no entanto, que sofreu perseguição, como indica um inquérito policial que, por 12 meses, teve como alvo os membros do conselho editorial do jornal. De acordo com Fico (2002), a vigilância aos meios de comunicação da época se justificava por questões de caráter político ou moral³⁸. Portanto,

³⁷ De acordo com Fico (2002, p. 277), “curiosamente, não foi durante o período admitido como o de auge da repressão (governos da Junta Militar e de Emílio Médici) que houve mais cartas pedindo censura, tanto quanto também não foi nessa fase que houve mais censura. A maior parte das cartas concentra-se entre os anos de 1976 e 1980, portanto, após a posse do governo da ‘abertura política’ de Ernesto Geisel, adentrado o de João Figueiredo”.

³⁸ O Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, DECRETA: “Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.”

entendemos que a perseguição que o jornal sofreu está atrelada a questões morais que, historicamente, não deixam de ser questões políticas.

O jornal anunciou, no número 5, que alguns meios de comunicação e pessoas envolvidas com um discurso voltado para a população homossexual estavam sendo perseguidos e, entre eles, o próprio *Lampião da Esquina*, como é possível constatar no editorial intitulado “Sinal de alerta”:

Nove jornalistas responsáveis pela matéria intitulada “O Poder Homossexual”, publicada pela revista *Isto É* em dezembro, foram chamados pela polícia, no dia 19 de setembro, para ouvir a ata de um inquérito no qual são acusados de fazer “apologia malsã do homossexualismo. [...] Outros indícios desta preocupação também podem ser registrados: a condenação do Dr. Roberto Farina, também em São Paulo, por “lesões corporais”, por ter feito uma operação de transexualismo num dos seus pacientes; e o processo contra o jornalista Celso Curi, em que esse é acusado de “promover encontros entre anormais”. [...] e o próprio LAMPIÃO da Esquina sofre pressão. [...] Dizem que a primavera está chegando nesse país, mas a impressão é que nós cidadãos estamos fazendo parte de um jogo no qual somos as cartas e não os jogadores. (LAMPIÃO, nº 5, p.16, out. 1978).

O conselho editorial, já em 1978, começou a questionar o discurso oficial de “abertura”: Seriam tempos de maior liberdade de expressão? Ou melhor: Para quem eram esses “novos ares” do qual tanto falavam? De acordo com *Lampião*, não eram para todos, e muito menos para os homossexuais ou para quem mencionasse tal prática afetiva. E foi exatamente “nesses tempos de abertura” que, em agosto de 1978³⁹, chegou a intimação para os editores do jornal *Lampião da Esquina*. Assim nos narra Trevisan (1986, p. 209):

A carta da polícia federal solicitando o inquérito referia-se a nós editores como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, de modo que constituíamos casos situados – segundo eles – na fronteira da Medicina Patológica; a carta pedia para que fôssemos processados judicialmente e penalizados dentro da chamada Lei da Imprensa, segundo a qual poderíamos receber até um ano de prisão. Antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, fomos intimados e interrogados pela polícia, fotografados e identificados criminalmente; em resumo, a polícia já nos julgava antecipadamente culpados. No interrogatório, uma das primeiras perguntas feitas a vários dos editores era a confirmação do fato de serem homossexuais. [...] Na polícia, lembro que fui fotografado com uma espécie de canga ao

³⁹ Naquele mesmo ano, “um informe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça em 1978 reclamou da influência crescente das ‘porta-vozes do Movimento Gay no Brasil, isto é, têm como objetivo promover o homossexualismo, caracterizando, portanto, um atentado à moral e aos bons costumes.’[...] ‘Promover’ a homossexualidade, para as forças de segurança, significava apresentá-las como normal e aceitável.” (COWAN, 2014, p. 37).

pescoço; coincidentemente ou não, nela estava inscrito o número 0240 – um viado ladeado por duas bolinhas...

Trevisan (1986) narrou a sua experiência como editor do *Lampião da Esquina*, na condição de indiciado, deixando evidente a violência verbal pela qual passou enquanto esteve prestando esclarecimentos à polícia de São Paulo. Emerge, nos fios do discurso, o fato de que a polícia, ao mesmo tempo em que investigou, classificou, julgou e condenou os envolvidos com o jornal. Classificou quando se referiu aos editores como doentes: “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”. Julgou e condenou, pois promoveu procedimentos incomuns para um inquérito policial: “antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, fomos intimados e interrogados pela polícia, fotografados e identificados criminalmente”. E, no caso do Trevisan, como se isso não fosse suficiente, foi ridicularizado: “fui fotografado com uma espécie de canga ao pescoço; coincidentemente ou não, nela estava inscrito o número 0240”.

Um discurso violento que tinha como objetivo principal coagir os editores do jornal para que pusessem um fim na produção e distribuição do *Lampião da Esquina*. De acordo com Trevisan (1986, p. 209), “a polícia exigiu os livros contábeis do jornal, visando encontrar eventuais irregularidades e fechá-lo por motivos relacionados com a receita federal”. Isso demonstra a vontade de extinguir o jornal a qualquer custo, porque os editores, e conseqüentemente o jornal, sofreram investigação sob a acusação de “ofensa à moral e aos bons costumes”⁴⁰, e não pela situação econômica do *Lampião*.

Na edição número 12, o jornal chegaria às bancas com a irônica chamada: “Eles não se chamam Atalla nem Lutfálla, não são sócios do Lume nem do Ludwig: pode haver crime maior?” E, estampando a parte inferior da capa, quatro membros do conselho editorial fotografados com roupas de presidiários, imagem que insinua sua condenação mesmo com a inexistência de um processo. Nessa matéria, sem indicação de autoria, fica clara, pela dupla voz que se pronuncia por meio do discurso irônico, a arbitrariedade com que foram tratados na sede da polícia federal, confirmada também no seguinte relato: “Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta foram fotografados de frente e de perfil, [...] e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes” (LAMPIÃO, nº 12, p.3, maio, 1979). Observemos, no tom de denúncia que se insinua no enunciado, que são procedimentos não condizentes com a fase de investigação, indícios, portanto, de que a polícia

⁴⁰ A censura da “moral e dos bons costumes” obedecia a outros ditames, embora não tenha ficado imune às peculiaridades do regime militar. Ela dizia respeito a antigas e renovadas preocupações de ordem moral, muito especificamente vinculadas às classes médias urbanas. (FICO, 2002, p. 277)

estava usando de todos os artifícios para coagir os editores. Na mesma matéria, compararam a situação vivida pelo jornal com a de figuras conhecidas por crimes como assassinato, tráfico e sonegação de impostos.

De acordo com a matéria, o inquérito policial chegaria ao veredito final: a citação criminal de *Lampião*. Naquele momento, todo trabalho produzido pela polícia foi enviado à Justiça, que iria decidir se denunciaria os editores ou arquivaria o inquérito. Os envolvidos com o jornal mostraram-se esperançosos, pois os últimos investigados por “ofensa a moral e aos bons costumes”, o jornalista Celso Curi e o poeta Nicolas Berh, haviam sido absolvidos.

Durante o período em que o *Lampião da Esquina* foi investigado, evidenciamos publicações mencionando a solidariedade dos simpatizantes do jornal ou dos avessos à truculência da polícia. A primeira nota de apoio ao *Lampião* e de repúdio à perseguição “deu no *Pasquim*”:

“A polícia está querendo enquadrar o mensário guei LAMPIÃO por atentado à moral e aos bons costumes. Audácia dos bofes! Contem com a nossa solidariedade, queridinhas. Jaguar”. É isso aí, Jaguarete. Tudo o que a gente espera é se comportar com a mesma classe de vocês em episódios semelhantes. Aliás, pessoas maldosas costumam dizer que a gente – LAMPIÃO – e vocês – os outros nanicos – rema em direção contrária. Mas como é possível remar em direções contrárias, quando se está no mesmo barco. (LAMPIÃO, nº 5, p.11, jan, 1979).

A pequena nota, além de deixar clara a solidariedade por parte do *Pasquim*, deixa evidente a rusga existente entre o movimento homossexual e parte da esquerda tradicional da época, a qual considerava as reivindicações da população homossexual como algo de menor importância, efeito de sentido que nasce da expressão “luta maior”, aplicada pela esquerda de viés marxista aos princípios e metas que defendia. Aliás, esse assunto perpassa as muitas edições do *Lampião da Esquina*, contudo, por não estar especificamente vinculado ao nosso tema, não entraremos em detalhes.

No editorial da edição número 10, encontramos um trecho do depoimento de Fernando Morais⁴¹, que foi o primeiro político a se posicionar com relação ao *Lampião*. No trecho a seguir, encontramos mais uma evidência de que o final da década de 1970 não foi agraciado pelo discurso propagado pelo governo militar, ou seja, não eram tempos de “abertura”:

⁴¹ “Deputado estadual eleito pelo MDB paulista e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no estado de São Paulo.” (LAMPIÃO, nº 10, p.2, março, 1979).

O inquérito aberto pelo Ministério da Justiça contra o jornal LAMPIÃO e seu corpo editorial só vem revelar, uma vez mais, o caráter autoritário e antidemocrático do governo brasileiro. Só nos surpreende esse tipo de repressão à liberdade de expressão ocorra no momento em que o atual e o futuro governo acenem com as mesmas promessas de sempre “abertura”, “redemocratização” e “institucionalização”. [...] Como cidadão, como jornalista e como parlamentar da oposição, sou solidário com LAMPIÃO e com seus redatores na luta que não é só deles, mas de toda a população – a luta por ampla liberdade de expressão e manifestação. (LAMPIÃO, nº10, p.2, março, 1979).

Já na edição número 15, sob o título “Pintou solidariedade”, Trevisan escreve uma nota destacando o apoio de um grupo de pessoas ao jornal por meio de um abaixo-assinado. Algumas pessoas haviam criado um comitê de defesa do *Lampião*, que recolheu assinaturas de apoio ao jornal como forma de solidariedade ao periódico e aos seus editores. O resultado desse abaixo-assinado pode ser visto na edição número 19, cuja matéria intitulada “Os que estão conosco” destacou alguns nomes de pessoas famosas, jornais e instituições que apoiaram o jornal, entre eles: Clarice Herzog⁴², Luiz Gonzaga Jr., Ivan Lins, Paul Singer, Ruth Corrêa Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Torres, Fernando Montenegro, Roberto Piva, Bruna Lombardi, jornal *Em Tempo*, Jornal *Convergência Socialista*, jornal *Versus*, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Sindicato dos Bancários, APEOESP, Eduardo Matarazzo Suplicy, entre outros. Trevisan (1986) também cita o apoio do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, que ofereceu advogado gratuito aos editores durante todo o processo de investigação policial.

Queremos deixar claro que a perseguição aos homossexuais durante a ditadura não ocorreu apenas pelo inquérito policial sofrido pelo jornal aqui retratado. A ditadura militar brasileira, sob o slogan “tradição, família e propriedade”, deixou explícito o seu objetivo de manter a tradição moral e organizacional do corpo social, e qualquer manifestação que questionasse esse padrão não seria aceita pelo regime.

Nessa perspectiva, a obra organizada por James Green e Renan Quinalha (2014) retratou a relação da ditadura com os homossexuais durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. O livro, composto por trabalhos de diversos autores, deixa evidente que existia, sim, uma preocupação por parte dos militares em manter uma vigilância sobre os indivíduos que ousassem desnudar novas possibilidades afetivas e sexuais. A “caça às bruxas” não poupou ninguém, desde o Itamaraty até as ruas esquecidas das grandes capitais, o que comprova que a problemática que

⁴² Mulher do jornalista Wladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-Codi em 1975.

envolve os sujeitos homossexuais vai além da questão de classe. Benjamin Cowan (2014, p. 32-33) apresenta um exemplo pertinente disso:

Uma investigação infame, em 1969, de representantes do Itamaraty no exterior resultou na demissão de vários empregados por causa de suspeito de subversão – baseados em boatos de embriaguez, homossexualidade, prostituição, “insanidade”, inconformidade de gênero ou alguma combinação dessas infrações. [...]. O informe recomendou a demissão de pelo menos nove diplomatas por homossexualidade [...].

O documentário *Meu amigo Cláudia*⁴³ demonstra, por meio de depoimentos de pessoas envolvidas com o ativismo homossexual na década de 1980, que a perseguição aos indivíduos homossexuais (em especial as travestis) perpassou a ditadura militar. Esse documento audiovisual deixa uma questão no ar: A ditadura militar acabou, mas acabou para quem? Isso ratifica a premissa segundo a qual a violência física e simbólica a que eram submetidos esses indivíduos vai além das problemáticas alegadas pelos militares. Acreditamos que, durante o regime militar, por meio de um intenso discurso conservador, acabaram por deixar mais evidente, por um lado, a negação das práticas homoafetivas; por outro, a afirmação ou exposição da diversidade das identidades de gênero.

Depois de um ano de investigação, o inquérito foi arquivado com o seguinte parecer do Procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa: “No caso em exame, a publicação inquinada de ofensa à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não a de todos. Portanto é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações.” (LAMPIÃO, nº 18, p.2, nov, 1979).

O conflito entre os membros do conselho editorial e o departamento da polícia federal havia acabado após 12 meses de investigação, e, sob o título *Somos todos inocentes*, o editorial da publicação número 18 comemorou o veredito, como é possível evidenciar nesse trecho:

Foram doze meses de choro, ranger de dentes e defecções, desde aquele dia, no mês de agosto de 1978, em que chegou uma primeira intimação, em nome de Francisco Bittencourt; tratava-se, como se pode – agora que tudo terminou e nós, finalmente, temos acesso ao inquérito – de uma firme determinação do Departamento de Polícia Federal de não apenas fechar o LAMPIÃO, como também punir os responsáveis por ele. A essa “firme determinação”, nós opusemos nossa secular teimosia, e nossa confiança naquela a quem caberia a decisão final, a Justiça. Foi essa confiança que nos levou a suportar todas as pressões – as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados

⁴³ Documentário dirigido por Dácio Pinheiro, que retrata a vida da ativista, atriz, cantora e travesti Cláudia Wonder, grande agitadora cultural da cidade de São Paulo na década de 1980.

e identificados numa repartição policial como criminosos. [...] Com o arquivamento do inquérito, o que ficou decidido foi o seguinte: a polícia, ao suspeitar de nós, não tinha razão; nós ao rechaçarmos a acusação estávamos certos [...]. (LAMPPIÃO, nº 18, p.2, nov, 1979).

Além da celebração pela vitória diante da justiça brasileira, o editorial deixa escapar, por meio do termo “defecções⁴⁴, a ocorrência de algumas baixas no conselho editorial nesse período. Como já foi mencionado nesse capítulo, João Antônio Mascarenhas deixou o jornal na edição número 7, porém não sabemos ao certo se ele deixou o jornal em decorrência da pressão da polícia. De acordo com o mesmo editorial, Mascarenhas teria preferido deixar o jornal logo no início das investigações. Também mencionaram a ausência de Gasparino Damata durante o inquérito; de acordo com o texto, Damata foi dispensado das investigações por problemas de saúde. Mais uma vez, a voz dupla que fala nos enunciados irônicos se faz ouvir em “nesse exato instante, infelizmente, nem sabemos ao certo onde ele está”: ao mesmo tempo em que “lamentam” a ausência de Damata, deixam implícito que ele não apoiou seus companheiros durante o período conturbado que viveu o *Lampião da Esquina*.

O trecho citado também menciona que os editores tiveram acesso ao inquérito policial, em que é apontado um dos principais “motivos” para investigar o jornal: os poemas publicados. Nesse editorial, destacaram alguns fragmentos do texto de absolvição, escrito pelo juiz, em que esse fez referência aos poemas, o que nos induz a crer que os poemas teriam sido o principal “indício” a chamar a atenção da polícia. Trevisan (1986, p. 210) menciona, no entanto, outro fato que justificou a investida da polícia: “foi engraçado descobrir que a peça-maestra das acusações policiais contra nós era exatamente a matéria de capa do número zero, sobre o caso do jornalista Celso Curi, que desde 1977 vinha sendo processado pelo mesmo motivo: ofender a moral e os bons costumes”.

Independente do motivo principal que levou à investigação, observamos, nos textos publicados no *Lampião da Esquina*, que, no geral, o inquérito vislumbrava o jornal como um meio de comunicação que atentava contra a “moral e os bons costumes” da sociedade brasileira. Ao observar o *Lampião*, percebemos que todas as publicações questiona(va)m a moral tradicional, sobretudo no que diz respeito à sexualidade, ao corpo e à identidade de gênero. Acreditamos que as questões voltadas para essas temáticas assombram a sociedade com ou sem ditadura, ou seja, são assuntos que geram polêmica em qualquer momento histórico. Foi, porém, a ditadura militar, marcada pelo conservadorismo de todas as esferas da sociedade, como se

⁴⁴ Conforme o dicionário Aurélio, abandono de partido, crença, etc.

pode perceber pelo slogan do regime militar “tradição, família e propriedade”⁴⁵, que fez emergir o conflito no que diz respeito à pluralidade de comportamentos.

Contextualizada a situação do jornal em meio ao regime militar, dedicamo-nos, no próximo item, à discussão de por qual viés o *Lampião da Esquina* abordou o tema da moral em suas publicações. Para tanto, nossa proposta é responder, ou, no mínimo, problematizar, aos seguintes questionamentos: Seriam os valores morais elementos inatos ao ser humano para que sejam defendidos com tanta energia? Existiria uma “ordem moral do mundo” concebida de forma natural? Se existe uma moral verdadeira, o que são as outras regras de conduta existentes? Ou seria a moral um construto cultural, o que explicaria a existência da diversidade de regras de comportamentos? Ou que justificaria os conflitos entre os portadores desses diversos comportamentos, deixando claro que tudo não passa de relações de força para impor determinadas práticas?

1.2.3 A moral segundo *Lampião da Esquina*

Entendemos que a proposta de *Lampião*, desde o início, foi problematizar os valores morais que orquestravam os comportamentos e práticas sexuais, afetivas e identitárias. Esses questionamentos se justificavam pela necessidade de fazer emergir a diversidade de atores sociais que eram marginalizados por suas práticas e comportamentos. E a proposta tornou-se uma batalha, sobretudo quando a primeira intimação chegou à redação do jornal.

Como já foi mencionado, os editores foram investigados sob a suspeita de transgressão da “moral e dos bons costumes” e, por isso, vislumbraram a necessidade de tratar “literalmente” do tema. A primeira menção direta à questão dos valores morais ocorreu na publicação número 9, com o título: “Moral e bons costumes?”. Composto a chamada de capa, a figura de três faunos, em posição de “mizaru, kikazaru e iwazaru”⁴⁶, que, dispostos de forma privilegiada na primeira página, anunciavam a principal temática da edição do mês de fevereiro de 1979.

⁴⁵ Clara referência a um “apelo à ordem, apelo à tradição, combate a tudo que ameaçasse essa ordem e essa tradição. Os homossexuais figuravam certamente nessa ordem de ameaças.” [...] O Decreto-lei 1.077/70 tinha como finalidade explícita, indicada em seus considerandos, “proteger a instituição da família, preservar-lhes os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade”. E, na linguagem típica da época, a ordem: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.” (LOPES, 2014, p. 276)

⁴⁶ No Brasil, são conhecidos como os três macacos sábios. Originalmente, esses personagens foram representados por três macacos: o primeiro tapando a boca; o segundo, os olhos; o terceiro, os ouvidos. Tal imagem faz referência a um provérbio oriental, cujo princípio é não se deixar habitar em maus pensamentos. No mundo ocidental, tanto o provérbio como a imagem são frequentemente usados para se referir a uma falta de responsabilidade moral por parte de pessoas que se recusam a reconhecer sua falta de decoro, olhando para o outro lado ou fingindo ignorância.

Essa chamada de capa abrangeu algumas matérias públicas no jornal, entre elas: “Para o Brasil do ano 2000, os ‘bons costumes’ do século XIX”. Sob esse título, Aguinaldo Silva deu atenção ao pronunciamento do diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, o senhor Rogério Nunes. De acordo com o texto, Rogério Nunes, em entrevista ao jornal *O Globo*, declarou que: “[a censura] impõe restrições, de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade”. (LAMPPIÃO, nº 9, p.5, fev, 1979). De acordo com o autor do texto, todos os membros do conselho editorial receberam tal declaração como significativa para se refletir, entre outras coisas, sobre a problemática que envolvia a questão da homossexualidade e, particularmente, sobre o inquérito em desfavor do jornal. Aguinaldo Silva deixa claro que o fato de ver com bons olhos tal pronunciamento não significava compactuar com a censura imposta pelo regime militar representada pela figura do diretor da divisão de censura.

Observando as declarações de Rogério Nunes, percebemos, assim como Aguinaldo Silva, uma brecha para reflexões sobre regras e valores impostos a uma sociedade que estava em profunda transformação. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um profundo questionamento dos padrões comportamentais, conhecido como Revolução Sexual ou Liberação Sexual. Foi marcante nessa época o desafio aos comportamentos relacionados à sexualidade humana e à organização interpessoal dos indivíduos. A monogamia, o corpo, a contracepção, legalização do aborto, a homossexualidade e outras formas alternativas de sexualidade foram fenômenos que começaram a ganhar força nesse período, a que viria corresponder uma produtiva série de questionamentos e reflexões. Nesse cenário, Aguinaldo Silva, no mesmo texto, menciona “a necessidade de assumir o prazer como um dos direitos fundamentais do homem. [...] O que nós pretendemos é obter o direito de praticar o sexo com quem, quando e como quisermos”. (LAMPPIÃO, nº 9, p.5, fev, 1979).

Aguinaldo Silva chama a atenção, já no título de sua matéria, para o descompasso entre a dinâmica do corpo social daquele momento e os valores que lhe eram cobrados. Acreditamos que tal divergência de perspectivas foi o resultado do choque entre os valores tradicionais e os que se estavam construindo na época, o que justificaria a investigação policial sofrida pelo *Lampião da Esquina* entre 1978 e 1979.

Na mesma edição, Peter Fry publica uma matéria com o título: “Cada época com a sua medida”. Os textos de Aguinaldo Silva e Peter Fry completam-se, pois os costumes e comportamentos estavam em transformação numa sociedade extremamente conservadora,

porém Fry avança na reflexão quando recorre à história e à antropologia para confirmar a inexistência de uma moral universal. No mesmo artigo, o autor destaca que as leis brasileiras nunca descreveram regras referentes à sexualidade dos cidadãos brasileiros:

Agora, para a sexualidade, é digno de nota que o Código Penal brasileiro, baseado no código napoleônico, nunca chegou a transformar todas as regras da sexualidade em leis. Assim, embora o código declare que é ilegal um homem casar com mais de uma mulher, que é ilegal manter relações sexuais com a pessoa que é menor de idade, em lugar nenhum fala a respeito das relações sexuais entre adultos do mesmo sexo, masculino ou feminino. Reconhece, portanto, o Código Penal, que as regras que dizem respeito à homossexualidade não pertencem à esfera pública da sociedade, mas sim à esfera privada, e que podem variar de um grupo para outro, de uma classe para outra, de uma geração para outra, e assim, de uma época para outra. É da natureza da moral e dos bons costumes que esses sejam fluídos e variáveis; portanto, não é possível incorporá-los ao Código Penal, que estabelece as mesmas – e imutáveis – regras para toda a sociedade. (LAMPPIÃO, nº 9, p.5, fev, 1979).

Por esse motivo, o autor encara como arbitrária a intervenção policial, que questionava publicações que envolviam problemáticas referentes aos homossexuais. Fica subentendido que a vigilância direcionada ao jornal e à população homossexual nas ruas obedecia a normas que não estavam escritas em leis e que, por isso, nos permite inferir a existência de valores morais naturais. Ou seja: o órgão de segurança investigou e acusou, tendo como justificativa práticas e costumes que se acreditava serem universais e inatas ao ser humano. Parece-nos que o corpo social é organizado de acordo com as leis escritas e com as leis naturais; estas últimas regidas por todos os membros da sociedade. Nessa perspectiva, acreditamos que as leis consideradas como naturais ou divinas fazem parte de toda a engrenagem que faz mover o corpo social, que também abrange as leis institucionais.

No mesmo número em que foram publicados os textos de Aguinaldo Silva e Peter Fry, encontramos um texto de Darcy Penteado sobre a mesma temática abordada pelos outros dois editores. Em “Ma che cosa é questa?”, título da matéria escrita por Penteado, também se questionou sobre a “moral e os bons costumes”. A questão destacada pelo autor diz respeito ao que seriam um mau costume e um amoral. Conforme Penteado:

Meus conhecimentos e sentimentos éticos e estéticos não me levam a nenhuma conclusão, a não ser olhando a coisa pelo lado contrário, isto é, analisando o que seja um comportamento amoral e o que possa ser definido como mau costume. Amoris são todos aqueles indivíduos que vivem em harmonia com a sua própria consciência e, por estar acima das contingências impostas pela hipocrisia, criam e impõem a sua forma de comportamento,

modificando outros e criando, assim, os novos conceitos de moral. (LAMPPIÃO, nº 9, p.6, fev, 1979).

Assim como os outros dois editores, Penteado entende que a moral são arranjos culturais que, embora se consolidem na sociedade, não são fixos. Compreende que o corpo social não é imóvel, mas sim um conjunto de inúmeras relações que se movimentam conforme o tempo e espaço ao qual pertence. Ao desengessar as dinâmicas sociais, as quais são o motor para a produção de normas, o autor abre a possibilidade para uma pluralidade de arranjos morais, legitimando a revolução dos costumes pela qual a década de 1970 estava passando, além, é claro, de justificar os questionamentos que a prática homossexual trouxera à tona no que diz respeito à sexualidade humana e ao uso dos prazeres. Essa dinâmica social, desencadeada pelo movimento homossexual, trouxe a possibilidade de novos arranjos morais. Nesse sentido, conforme o autor, o amoral seria aquele indivíduo que, para viver em harmonia consigo mesmo, desafiaria os códigos morais tradicionais. Essas pessoas, ao defender e impor a sua forma de comportamento, estão modificando ou recriando novas práticas morais.

Os três autores buscam entender os valores morais como elementos sociais fluidos, subjetivos, quando compreendidos como noções que cada indivíduo adquiriu por meio da sua interação com o meio social em que vive(u), e que são modificáveis, pois o tempo e os novos elementos que se integram na sociedade fazem que os valores morais se reescrevam e adquiram novos significados.

Na mesma edição em que foram publicados os textos mencionados, encontramos os depoimentos de algumas personalidades públicas nas páginas do jornal. Compreendemos que os editores de *Lampião* buscaram legitimar seu posicionamento em face da coerção, motivada pela “imoralidade”, que estavam sofrendo. Ou seja: buscaram, nas vozes de algumas pessoas públicas, o mesmo discurso que saía de suas bocas sobre as questões de cunho moral, como fica evidente nos trechos selecionados:

Franco Montoro (senador)

- Um dos aspectos mais importantes das transformações sociais do mundo moderno é a crise de valores. Aplicar cegamente critérios do passado a problemas do presente é fechar os olhos à realidade e perder o trem da história.

Fernanda Montenegro (atriz)

- [...] Moral e bons costumes, no fundo, variam e se modificam como saia e decote de mulher, de acordo com os interesses criados, são levantados ou abaixados, arregaçados ou arrebatados. Muitas vezes estraçalhados. Ou simplesmente arrancados. [...]

João Carlos Rodrigues (crítico de cinema)

- [...] A moral da ilha do Marajó não é a mesma da Ilha do Governador e muito menos a mesma da Ilha do Guarujá. É isso aí. (LAMPPIÃO, nº 9, p.7, fev, 1979).

Com o título “O que pensa a sociedade civil sobre o assunto”, os editores do jornal tentaram reunir parte da população em prol da causa defendida pelo *Lampião*. Vale ressaltar, no entanto, que a maioria dos depoimentos foi concedida por pessoas envolvidas com as artes, como escritores, atrizes, críticos de cinema e teatro, profissões tradicionalmente ligadas à quebra de paradigmas e, pois, simpatizantes das transformações culturais que estavam ocorrendo naquele período. E essas transformações podem ser comprovadas, histórica e documentalmente, no âmbito das artes cênicas e da produção cinematográfica a partir da década de 1950. A título de exemplificação, mencionamos: Cinema Novo, Cinema Marginal, Tropicália e Teatro de Arena. As artes tiveram um papel importante na contestação política e no questionamento dos padrões culturais existentes entre os anos 1960 e 1970. Nesse sentido, é compreensível que os editores do *Lampião da Esquina* recorressem a esses segmentos da sociedade, onde encontrariam apoio para a sua causa.

No número 15 do *Lampião da Esquina*, encontramos a última referência direta à questão da moral. Com o título “Em busca de uma nova moral”, Aristóteles Rodrigues, colaborador do jornal, buscou mostrar a diferença entre a *moral heterossexual*⁴⁷ e a *moral homossexual*⁴⁸. É evidente que o autor aborda tal diferenciação para destacar que a moral referente às relações afetivas não era imóvel, mas suscetível de transformações, como é possível perceber nesse trecho: “Afinal, moral, sendo uma parte de um organismo, tem que mudar enquanto mudamos; se for fechada, cristalizada, tornar-se-á estática para oprimir o que viremos a ser, e aos que virão depois de nós.” (LAMPPIÃO, nº 15, p.2, ago., 1979). Entendemos que novos arranjos sociais trazem consigo novas formas de se conceber o mundo em todas as suas esferas, o que normalmente provoca novas interpretações e releituras do que nos é dado como verdade. A vida em sociedade não é estática; ela se movimenta conforme os movimentos dos atores sociais, e, nesse cenário, os conflitos existentes entre o novo e o tradicional desencadeiam a opressão aos novos arranjos sociais. A omissão ou a marginalização dessas novas formas de relação afetiva,

⁴⁷ Os valores que envolvem as relações heterossexuais têm como base a monogamia e a constituição de família composta de um homem, uma mulher e filhos (todos com sua identidade de gênero bem demarcada no masculino e no feminino).

⁴⁸ Os valores que se estavam tornando evidentes entre a população homossexual eram uma quebra de paradigmas em relação às relações afetivas heteronormativas. Além da relação afetiva com pessoas do mesmo sexo, as práticas homossexuais reivindicaram o prazer como um dos direitos fundamentais do ser humano, da forma que lhe convier: relacionamentos monogâmicos, poligâmicos, com família, sem família, com ou sem *ménage à trois*, etc.

de desejo sexual e de identidades de gênero tem como objetivo deslegitimar e, com isso, fazer prevalecerem as relações que tenham como regra uma moral tradicional e conservadora.

Entendemos que o autor destaca a diferença entre homossexuais e heterossexuais não para qualificar um ou outro como melhor ou pior, mas para evidenciar a existência (e a possibilidade) de novos arranjos sociosexuais, além daquela configuração que conhecemos como legítima: relações heterossexuais monogâmicas. Nesse sentido, a própria relação afetiva heterossexual entra em choque com papéis sociais direcionados hierarquicamente conforme o gênero, com o nosso prazer e com a identidade de gênero preestabelecida antes mesmo do nascimento. As ciências humanas, ao se debruçarem sobre as questões que envolvem a população homossexual, não estão apenas descortinando aspectos específicos de um grupo específico, mas também questionando sobre todo o emaranhado que envolve nossas relações afetivas, nossa relação com nosso corpo e com nossos prazeres.

Evidenciamos que as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela ditadura militar e pela suspensão das liberdades civis; um cenário para diversas dinâmicas sociais que questionaram a política institucional e os valores morais existentes naquele período, em que o movimento homossexual brasileiro foi uma importante manifestação de um segmento da sociedade que, durante séculos, foi silenciado por instituições que estruturaram as sociedades. Entendemos que a questão homossexual envolve uma problemática que está além do período no qual o *Lampião da Esquina* foi gestado, concebido e publicado, porém a relação da ditadura militar com o movimento homossexual clareou a condição social desses indivíduos na sociedade: à margem ou nos lugares mais escuros da vida pública e do conhecimento humano. Geralmente, é nesses momentos conturbados da história de uma determinada sociedade que vêm à tona problemáticas antes não eram visualizadas e, por isso, consideradas inexistentes. Nesse sentido, o jornal *Lampião da Esquina* é um vestígio importante que guarda parte da dinâmica desencadeada entre a ditadura militar e o movimento homossexual brasileiro.

CAPÍTULO II

SAINDO DO GUETO SEM VERGONHA NA CARA

Dentre os espaços delimitados para construção de um periódico, o editorial é o lugar privilegiado para a exposição de ideias que, de forma geral, representam o posicionamento de todos os envolvidos na realização do projeto midiático. É nesse espaço que são destacados os temas mais significativos de cada edição do jornal, assuntos cuja abordagem se faz necessária naquele momento, pautas relevantes e problemáticas da atualidade. Por esse motivo, os textos ali publicados, geralmente impressos na primeira página, de caráter argumentativo, representam a parte nobre do jornal. É exatamente nesse espaço distinto que o conselho editorial do *Lampião da Esquina* vai apresentar e argumentar o porquê da sua existência.

A proposta almejada pelo jornal está descrita na sua linha editorial, que deixa claro, nas primeiras edições, o porquê de uma mídia dedicada aos homossexuais. O *discurso*⁴⁹ encorajador de “assumir-se” e, conseqüentemente, “sair dos guetos” proporcionou movimento às primeiras edições e percorreu todas as publicações do periódico até o seu último exemplar. Durante a análise dos jornais, percebemos que tal discurso, muito presente nos editoriais das primeiras publicações, perpassou as primeiras páginas e pulverizou o restante do jornal, algo que ficou muito evidente no conteúdo das matérias, nas chamadas de capa e nos anúncios.

Os primeiros editoriais foram de extrema importância para a reflexão sobre *Lampião da Esquina*. Por meio deles, foi possível compreender o objetivo macro do impresso; foi por meio das primeiras páginas que pudemos evidenciar as aflições gerais que permearam os indivíduos homossexuais daquele período. Essa visão abrangente que os editoriais proporcionaram foi essencial para a desconstrução das matérias eleitas por esta pesquisa.

Para a proposta deste capítulo, que pretende demonstrar o jornal como construtor de identidades, iniciamos a análise destacando os quatro primeiros editoriais, sobretudo porque ali pudemos reconhecer o empenho por parte do conselho editorial para justificar, nas primeiras edições, a existência do *Lampião da Esquina*. Acreditamos que a recorrência de tais

⁴⁹ O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, em geral, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem “certo número de condições historicamente determinadas [...], ‘a ordem do discurso’ própria de um período particular possui, portanto, uma função normativa reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e práticas”. (REVEL, 2002, p. 37)

justificativas seja resultado do número crescente de vendas a cada mês, que significava a presença de novos leitores, que deveriam ter acesso à proposta do jornal.

Inicialmente, destacamos os seguintes editoriais⁵⁰: “Saindo do Gueto”, “Nossas gaiolas comuns”, “Homossexualismo: que coisa é essa?”, “A doença infantil do machismo”. A princípio, os títulos correspondem à localização dos homossexuais na sociedade, quer no âmbito público, quer no espaço privado ou subjetivo do indivíduo, assim como procuram destacar o que seria a homossexualidade e o que permearia as práticas desse universo.

O editorial da edição experimental traz as problemáticas e os objetivos latentes identificados pelos idealizadores do *Lampião da Esquina*, em cujas entrelinhas emergem posicionamentos sobre a posição do jornal e a sua impressão, sobre o “(não) lugar social” do movimento homossexual que se estava desenvolvendo naquele período:

[...] o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todos o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. (LAMPIÃO, nº 0, p.2, abr., 1978).

É muito claro que o jornal posiciona-se como representante da dinâmica social provocada pelos sujeitos de “orientação” homossexual no final da década de 1970. O *Lampião* representa-se como um espaço que se pronunciava a favor de um segmento sexual discriminado, o que se materializa na significativa abrangência das ideias postas em circulação, uma característica marcante dos meios de comunicação. Esse posicionamento ativista fica evidente em matérias publicadas durante os três anos de circulação do periódico, período em que pudemos comprovar que o jornal representou o movimento homossexual: nas figuras de João Silvério Trevisan e Darcy Penteadó, que compuseram a mesa de debates na *Semana de Minorias*, realizada em 1979 na Universidade de São Paulo; na organização, em 1980, pelos *lampiônicos*, ao lado do Grupo Somos/RJ, do *I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados*, realizado no Rio de Janeiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa; e, no *II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados* realizado, em 1981, no teatro da casa do estudante universitário no Rio de Janeiro. O *Lampião* é identificado como *grupo organizado* ativo nos debates realizados nos encontros, o que comprova a atuação ativista que o jornal representou para o movimento homossexual brasileiro naquele momento, evidenciada pela

⁵⁰ Os editoriais utilizados nesse primeiro momento são referentes à edição experimental nº 0 e as edições nº 01, 02 e 03 de 1978.

atuação dos idealizadores em eventos, sem contar a coluna chamada “Ativismo”, inscrita em muitas edições.

Há, no entanto, a demonstração de desinteresse, por parte do jornal, em ser caracterizado como um jornal de ativismo homossexual: “O LAMPIÃO é, acima de tudo, um jornal de minorias e não um boletim do ativismo homossexual.” (LAMPIÃO, nº 25, p.09, jun., 1980). Após o contato intenso com o periódico e a identificação das evidências já destacadas, consideramos esse espaço como suporte de questionamentos, reivindicações e circulação de ideias direcionadas às dinâmicas das sexualidades. E entendemos esse meio de comunicação como um espaço legítimo de ativismo e posicionamento político.

Acreditamos que a recusa dos rótulos de *ativista* ou mesmo de *militante* seja referente ao que representavam esses termos, que caracterizavam a maioria dos jornais alternativos da época. Segundo Bernardo Kucinski (1991, p. 5), havia periódicos essencialmente políticos marcados pela “[...] linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos, formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso[...]”. Ou seja: o jornal *ativista* e *militante* correspondia aos meios de comunicação que tinham no marxismo sua base de reflexão. Era essa aproximação que *Lampião* recusava, o que demonstra muito bem a posição política institucional do jornal: não compartilhava as ideias da esquerda e, em face de seus problemas com a direita, não partilhava dos princípios da direita.

Outro fato que nos chama atenção nos trechos destacados é o uso, na maioria das publicações, da palavra *minorias* para se referir aos homossexuais e a outros grupos. Sobre esse termo, entendemos, na esteira de Miskolci (2009, p. 168), que:

O termo minoria, sob a pretensa neutralidade numérica, desvaloriza grupos subordinados pelos hegemônicos (propositalmente confundidos com maioria). Um exemplo claro é a inocência de se referir às mulheres como minoria já que elas constituem numericamente a maior parte da humanidade. No que concerne aos estudos sobre minorias sexuais, na perspectiva *queer* eles, ao se denominarem desta forma, terminam por referenciar as “maiorias” que permanecem intocadas pelo impulso desnaturalizante que colocaria em xeque sua hegemonia como padrão social pressuposto.

O autor chama atenção para dois sentidos do termo *minoria*: um sentido concreto, quantitativo; e uma significação mais subjetiva, por meio da qual os grupos, ao utilizarem o termo como identificação, se colocariam numa zona marginal/inferior, reforçando a posição que lhes destinaram e, conseqüentemente, ratificando a supremacia de uma *maioria*. Nesse aspecto, apropriamo-nos de ideias de Michel Foucault (2004): o poder exterior às pessoas é internalizado por elas próprias, fazendo que cada pessoa trabalhe também a favor da sociedade

disciplinar. Importa acrescentar que o efeito de sentido quantitativo que o uso do termo *minorias* produz, acaba por reproduzir sua pequenez em relação ao todo e, por extensão, por localizá-lo à margem da (grande) sociedade.

Entendemos, porém, que o jornal utiliza a palavra *minoría* para identificar segmentos da sociedade sobre os quais uma parcela hegemônica mantém sanções físicas e simbólicas, demonstrando assim que as relações de forças não são estruturas imóveis, mas produtoras de dinâmicas e realidades. O *Lampião da Esquina* é um exemplo de produto gerado pelas relações de forças e que desencadeou diversas dinâmicas no corpo social da época.

Dentre os esforços de emancipação dos indivíduos de “orientação” homossexual, que os colocava em posição desfavorável nas relações sociais, os primeiros editoriais anunciavam o espaço a que foram destinados e de que buscavam libertar-se. Esse foi o projeto ambicioso do jornal, que conduziria a outras ações do grupo:

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, nesse fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (LAMPPIÃO, nº 0, p.2, abr., 1978).

Conforme descrito no trecho acima, a saída do gueto é o objetivo principal, mas o sentido atribuído ao termo vai além da noção de áreas físicas autorizadas onde grupos são forçados a viver, ou espaços para conviver com os pares por causa da pressão social hegemônica exercida por questões morais, econômicas, religiosas ou étnicas. O uso da palavra “gueto” também aponta para um sentido físico, de espaço fechado, de dimensões reduzidas, mas, sobretudo, para um valor subjetivo, de processo de deslocamento forçado (ser empurrado para) para uma situação de marginalização existencial, provocada por padrões comportamentais, submetendo indivíduos homossexuais. A sociedade brasileira da década de 1970 ainda tinha como princípio comportamental a *heterossexualidade compulsória*, ou seja, não havia outra possibilidade de arranjo sexual que não fosse heterossexual. Quem se desviasse dessa trama estava condenado ao estigma e à marginalização. Eis aí outro problema que orientou outros dos principais objetivos de *Lampião*: desorganizar os discursos majoritários sobre os padrões sexuais e identitários para trazer à tona a pluralidade no que diz respeito à sexualidade.

“Assumir-se para si” e “sair do armário”, conforme o jornal, seriam atitudes necessárias para se posicionar firmemente na sociedade e reivindicar espaços para a realização pessoal individual, que independe da sua “orientação” sexual, como podemos perceber no trecho:

Assumir-se, no caso, significa o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la. Isto não se consegue nem rápida nem facilmente, mas, em geral, a duras penas, depois de angústias e frustrações. (LAMPPIÃO, nº 2, p.2, jun., 1978).

Conforme os trechos já destacados de *Lampião*, só “se assumindo” poderiam quebrar o silêncio e desmistificar a representação (e a própria representatividade) do homossexual existente até aquele momento. Tornar públicas as homossexualidades era possibilitar a construção de um novo saber sobre esses sujeitos, empreitada esta assumida pelo jornal. O jornal reconhece que a tarefa de autorreconhecimento dos homossexuais já estava se desenvolvendo em espaços de sociabilidade (bares, boates, cinemas, praças e saunas) destinados ao grupo. Mas seus editores e colaboradores também compreendiam que a discussão estava isolada nas grandes cidades e que um meio de comunicação como suporte de reflexões circularia com mais facilidade pelo interior do país, chegando a indivíduos que não desfrutavam desses espaços de socialização.

Os editoriais das próximas publicações deram sequência à desconstrução de um saber hegemônico, possibilitando um caminho para a construção de um saber desestigmatizado do grupo:

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciadas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala [...]. Estas lutas têm ainda nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não reconhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. (LAMPPIÃO, nº 1, p. 2, maio, 1978).

Lampião reconhece que o único saber construído sobre os homossexuais foi moldado por um discurso científico, nas ciências humanas e biológicas, que colaboraram para a marginalização e o mutismo de vários segmentos da sociedade. No que diz respeito às sexualidades, Foucault (2006) contribui para o pensar sobre a produção poder/saber/verdade, esclarecendo que, no séc. XIX, diversas instituições legitimadas pelo poder do Estado tiveram a função (poder) de estimular os discursos (saber) sobre a sexualidade e o prazer, produzindo um discurso científico (verdade). É esse poder da verdade que vai alocar os homossexuais na

sociedade e é essa verdade que o jornal se propõe desconstruir. Esse discurso oficial, que tem como justificativa a sua cientificidade ou “religiosidade”, interroga, divide, delimita, classifica e, conseqüentemente, constrói personagens. Ou seja, lugares autorizados criam representações que dão sentido aos indivíduos, destinando-lhes lugares específicos na sociedade. Aos homossexuais, o espaço social estava certo na década de 1970: eram a representação da decadência do ser humano, da chacota, da patologia e da perversão. Até aproximadamente a década de 1960, todo conhecimento direcionado à população homossexual estava carregado de argumentos que somente desqualificavam esses indivíduos.

A ousadia do *Lampião* é esta: um espaço que não era considerado legal (se considerarmos que durante um ano sofreu inquérito judicial) e que, sem legitimidade científica (por seu status de “alternativo”), se propôs construir outros saberes sobre as homossexualidades. Podemos considerar o *Lampião da Esquina* como espaço de poder/saber/verdade, porque o jornal teve a autonomia (poder) de selecionar o que seria publicado, o conhecimento (saber) das dinâmicas sociais da população homossexual por meio do recebimento de cartas dos leitores e da própria experiência dos editores e, como meio de comunicação impresso, fez circular novos discursos (verdades).

A partir do momento em que o jornal vem descortinar discursos e construir outros no que diz respeito às homossexualidades, acreditamos que ele não estava tentando tornar-se portavoz de uma verdade hegemônica, mas de uma verdade passível de existência legítima, como mais uma dentro da pluralidade de perspectivas referentes à sexualidade humana, o que fica evidente nesse trecho:

Mais do que um fato, o homossexualismo é condição humana. E como tal, mesmo sendo atributo de uma minoria, está exigindo o seu lugar atuante numa sociedade, com o direito a uma existência não mistificada, limpa, confiante, de cabeça erguida. Porque só a tolerância como foi dada até agora, não obrigado! É muito pouco. (LAMPPIÃO, n° 1, p.2, maio, 1978).

Algo que nos chama atenção nos editoriais eleitos para esta pesquisa (e já mencionados no início deste capítulo) é a referência constante à questão da *tolerância* para com o sujeito homossexual. O fragmento acima deixa evidente um questionamento importante: o tipo de relações estabelecidas entre o grupo homossexual e a sociedade. O trecho destacado aponta para as seguintes exigências: espaço comum a todos para realização plena como seres humanos, independente de padrões sexuais, no que diz respeito a aspectos profissionais, sociais e pessoais, sem necessidade de esconderijos ou omissões. Essas reivindicações são características de uma

sociedade que respeita a diversidade e convive harmonicamente com ela, de modo que tal ideia não pode ser expressa pela prática da tolerância. Por meio do editorial que recusa a tolerância – “a tolerância como foi dada até agora, não obrigado! É muito pouco” –, o jornal nega essa perspectiva, o termo “tolerância” reflete muito bem os moldes da sociedade hegemônica, violenta e excludente.

Buscamos, na reflexão de Herbert Marcuse (2007), uma direção para compreendermos a utilização do termo “tolerante” nesse caso específico. Conforme o autor, existe uma *ideologia de intolerância* que se refere à institucionalização do sentido do termo, ou seja, lugares autorizados para que certas coisas sejam ditas, certas ideias possam ser expressas, certos comportamentos são permitidos e onde certas políticas podem ser propostas. Em algumas situações, o meio social “tolera” (suporta) determinados grupos ou práticas *desde que* estejam longe dos seus olhares, tornando-os invisíveis e, pois, contribuindo para a conservação da marginalização de segmentos da sociedade. É por esse viés que entendemos a *recusa da tolerância* a qual o jornal faz referência:

Tão discriminatório quanto o horror aos homossexuais é a necessidade de enquadrá-los – seja lá como for, estatística ou genericamente – seja pra pregar a “tolerância”. Eis porque não é positiva e aberta, mas negativa e preconceituosa a solidariedade. (LAMPPIÃO, nº 4, p.2, ago., 1978).

Pelo menos uma coisa é certa e relevante os psiquiatras modernos, na impossibilidade de curar (?), trabalham no sentido de ajustar os pacientes a sua homossexualidade, o que já é tarefa difícil, considerando as barreiras da sociedade de predominância heterossexual, que tem obrigado o homossexual a viver em mutismo a sua verdade, o circunscritou [*sic*] aos limites do “gueto” da tolerância coletiva. Por essa razão a maioria dos homossexuais tem desejado ser “normal” e durante toda a vida recalcada e esconde seus sentimentos verdadeiros, numa tentativa de condicionamento nessa “normalidade.” (LAMPPIÃO, nº 2, p.2, jun., 1978).

Outro tema marcante que aparece nos primeiros editoriais de *Lampião* é a oposição binária anormalidade/homossexualidade e normalidade/heterossexualidade. Naqueles anos, muitas pessoas que descreveram as suas experiências no jornal acreditavam que a homossexualidade pudesse ser revertida em prol de uma possível normalidade. Clóvis Marques, integrante do conselho editorial e homossexual, utilizou sua experiência pessoal para demonstrar as aflições a que os indivíduos envolvidos estavam sujeitos. Casos referentes ao processo de autorreconhecimento e às problemáticas que envolviam as pessoas que se descobriam homossexuais estão distribuídos nas maiorias das publicações, desde pessoas

públicas a anônimos. Acreditamos que essa investida do jornal teve como objetivo aproximar os indivíduos, demonstrando que, de alguma forma, não estavam sozinhos.

A desmistificação referente à normalidade está presente nos editoriais publicados nos números 2 e 5, por meio de uma reflexão embasada pelas ciências biológicas e humanas, numa tentativa de alocar as homossexualidades em espaço legítimo na sociedade. O poder da verdade produzido pelo discurso científico se fez presente no discurso produzido pelo jornal. Sob um olhar questionador, o periódico levanta as seguintes questões:

Mas sob o ponto de vista sociológico, será o homossexualismo um mal à sociedade? Os da linha dura do machismo e da desinformação dirão que sim “são uns imorais”, “são desequilibrados mentais”, “são anormais” etc. Mas o que é normal? Consulto o pequeno Dicionário da Língua Portuguesa: Normalidade – qualidade em estado de Normal. Normal – que é segundo a norma. Norma – regra, modelo, preceito, lei. [...] Mas de que lei estamos falando? Toda cultura é fundada, em efeito, sobre uma certa representação do homem e dos seus relacionamentos com o mundo, e aquele que não se assemelha a essa representação é chamado de anormal. Mas essa “lei cultural” é normativa, o mesmo que dizer imperativa, ela obriga a ser “normal” para que o indivíduo encontre seu lugar na cultura em questão. (LAMPPIÃO, nº 2, p.2, jun., 1978).

Acreditamos que as indagações destacadas acima eram comuns entre os indivíduos que estavam inseridos no universo homossexual, como agente direto (os homossexuais), ou indireto (simpatizantes) dessas relações. Gilberto Velho (1981) ajuda-nos a analisar a questão apresentada pelo editorial sobre ser *normal* ou *anormal*. Segundo o autor, as relações socioculturais são construídas sobre valores e limites hegemônicos e, quando esses princípios são quebrados/desviados, sanções físicas ou simbólicas são aplicadas aos sujeitos envolvidos. Por esse viés, compreendemos que o desvio de uma norma dominante produz, como consequência, indivíduos “anormais” e inadaptados. Ou seja: o deslocamento da normalidade para a anormalidade é construído pela sociedade.

Michel Foucault ajuda-nos a compreender o que Velho (1981) nos aponta em sua obra. Conforme Foucault (2006), desde o século XIX a meados do século XX, a homossexualidade foi construída e analisada sob aspectos patológicos e jurídicos; por esses vieses, os saberes e práticas referentes à sexualidade deram alicerce à *heterossexualidade compulsória* e, conseqüentemente, à *heteronormatividade*. Ou seja: a elaboração de discursos desqualificadores das práticas homossexuais produziram as práticas heterossexuais como modelo sexual e afetivo autorizado na sociedade, que foi produzido e reproduzido pelas instituições como um segmento natural do ser humano.

Acreditamos que o objetivo maior do *Lampião da Esquina* foi desconstruir esse padrão de práticas sexuais, apontando novas possibilidades tão legítimas quanto as relações heterossexuais. Nesse processo de busca da aceitação livre de estigmas marginalizantes, o jornal enfatiza, todavia, as diferenças e as peculiaridades do grupo, de forma que essas distinções não fossem justificativas para as desigualdades direcionadas ao grupo. Por esse viés, *Lampião* buscou identificar, pelas esquinas da sociedade, a representação construída e propagada das práticas homossexuais, em especial pelos meios de comunicação predominantes naquele período.

2.1 As representações dos homossexuais na mídia hegemônica

O *Lampião da Esquina* apresenta um posicionamento firme no que se refere aos meios de comunicação predominantes da época, que englobavam as grandes empresas midiáticas: televisiva, impressa e cinematográfica. Durante os anos de existência do jornal, os envolvidos com o projeto não pouparam críticas às informações vinculadas aos homossexuais pelos grupos midiáticos hegemônicos. Compreendiam a potencialidade das grandes mídias para a formação e manutenção de padrões culturais, como fica evidente nesse trecho:

Sem dúvida nenhuma, a televisão tornou-se parte integrante do dia a dia dos brasileiros. Cerca de 50 milhões de telespectadores são bombardeados diariamente por uma porrada de informações, conceitos e apelos publicitários que contribuem profundamente para a formação e mudança de seus padrões de comportamento. (LAMPIÃO, nº 23, p.11, abr., 1980).

John B. Thompson (1998) ajuda-nos a compreender como o *Lampião* entende a indústria da mídia tradicional e o poder de ação que esta tem sobre a dinâmica social. Conforme o autor, os meios de comunicação e informação, entre eles a mídia impressa, são suportes para ações simbólicas, que produzem, conservam e fazem mover as relações sociais. Tratando mais especificamente do âmbito da sexualidade, *Lampião* sugere que as mídias tradicionais são espaços para a manutenção da *heterossexualidade compulsória* e da *heteronormatividade*⁵¹ e, conseqüentemente, a negação e marginalização de outros segmentos sexuais.

⁵¹ Conforme Miskolci (2009), a heteronormatividade é um dispositivo que fundamenta e controla tanto os indivíduos homossexuais como os heterossexuais no que diz respeito à sexualidade e os arranjos afetivos.

Nesse sentido, a indústria midiática fez circular discursos estigmatizantes produzidos sobre/para os homossexuais, o que, do ponto de vista do conselho editorial e seus colaboradores, influenciava a opinião comum da sociedade, justificada pelo poder de propagação desses meios de comunicação.

Essa noção de que os grandes veículos de comunicação possuem o poder total de manipular a opinião pública leva-nos a afirmar, erroneamente, que a sociedade é composta por indivíduos passivos, sem o poder de questionar, rejeitar ou interpretar informações que lhes são postas. Não podemos reduzir a dinâmica entre emissor e receptor como algo pronto e acabado, em que uma informação manufaturada é consumida sem nenhuma interação. Conforme o autor, “As ações simbólicas podem provocar reações, liberar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva.” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Por esse viés, entendemos que o *Lampião da Esquina*, assim como todos os jornais alternativos da época, é uma reação à mídia hegemônica, é o resultado da interação entre emissor e receptor. A partir do momento em que o jornal se posta como questionador de uma abordagem dirigida a um grupo específico, problematizando, argumentando e divulgando outra perspectiva, torna-se exemplo concreto do que o autor teorizou.

Parece-me que o poder que envolve as grandes organizações midiáticas, como produtoras de um discurso dominante, fez desenvolver resistências e estratégias opostas ao que foi objetivado. É o sentido que Foucault (2006) identifica nas relações de poder: não como algo fixo a alguma instituição, mas como algo dinâmico, produtor de realidades. Portanto, podemos dizer que o *Lampião* foi uma realidade produzida em face de um discurso hegemônico referente às homossexualidades. Faz-se necessário salientar que o *Lampião da Esquina* não é apenas resultado de um embate contra a mídia tradicional, mas também uma resposta aos discursos disseminados pelas instituições oficiais a respeito das sexualidades. O jornal buscou a figura do homossexual forjada na religião, na imprensa, no poder público, na história, na medicina, nas artes e na esquerda tradicional, contudo, para esta pesquisa, optamos por analisar a imagem desses sujeitos produzida pela grande mídia (a figura do homossexual propagada ao grande público) que o jornal descortinou. Por meio das matérias eleitas e publicadas pelo jornal, pudemos compreender a imagem construída do grupo, com que os envolvidos com o periódico não se identificavam e que conseqüentemente criticavam.

Os principais veículos de comunicação que foram alvo de questionamentos, acerca de como abordavam a temática das homossexualidades em suas páginas ou em suas transmissões,

são: os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a TV Globo e a produção cinematográfica de grande porte. Sobre as três primeiras grandes empresas midiáticas destacadas, Flávio Aguiar (2008, p. 235) fazem um levantamento das principais características dos grupos:

[...] nessa época – meados do século XX – estava em formação o cartel hegemônico da própria “grande imprensa”, com características muito próprias: em geral, grandes famílias – os Mesquitas, os Marinheiros, os Frias, por exemplo – que reuniam uma ideologia capitalista com espírito oligárquico, franco-apoiadores dos Estados Unidos na Guerra Fria e que se dedicaram a combater o que viam como “esquerdismo” no país.

Faz-se necessário identificar as famílias e suas respectivas empresas midiáticas, a saber: os Mesquitas, responsáveis pelo Grupo Estado, do qual faz parte o jornal *O Estado de S. Paulo*, entre outros meios de comunicação; os Marinheiros, responsáveis pelas Organizações Globo⁵², de que faz parte *O Globo*, a TV Globo, entre outras mídias; e, os Frias, responsáveis pelo Grupo Folha, do qual faz parte o jornal *Folha de S. Paulo*. Por fim, essas três organizações, como é do saber de todos e conforme já se pronunciaram em seus respectivos sites, apoiaram o Golpe Militar em 1964.

Todos esses aspectos destacados desenham um perfil da principal imprensa difusora de informações do país, que possuía (e ainda possui) forte caráter patriarcal e reacionário, o que, conseqüentemente, fez parte do seu fazer jornalístico. Nessa mídia que velava pela moral e bons costumes, não havia espaço sério para as homossexualidades, como é possível evidenciar nas matérias destacadas pelo *Lampião*. Por meio dessas publicações direcionadas à mídia conservadora, podemos analisar e ter ideia da *representação*⁵³ que foi construída e difundida pelos meios de comunicação nas décadas de 1970 e 1980, imagem que os envolvidos com o *Lampião da Esquina* queriam desvincular do público homossexual.

O jornal não identifica só os homossexuais como alvos de um discurso hegemônico disseminado pela grande mídia, mas destaca a posição em que são colocados os negros e as mulheres:

⁵² De acordo com Kucinski (2002), foi durante a ditadura militar que se construiu o império midiático da Globo, que, desde então, passou a ser o principal meio de comunicação brasileiro, detendo o monopólio da audiência, do poder econômico e político. Tal domínio garantiu à Globo manipular informações. Segundo o autor, a campanha das “Diretas Já!” foi ignorada pela emissora até o último minuto, entre outras manipulações.

⁵³ Utilizamos o termo no sentido oferecido por Roger Chartier (2002, p. 20): “[...] a representação como dado a ver de uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado.” Entendemos que categoria homossexual não estava fisicamente ausente na sociedade, mas sim silenciada e invisível, o que não deixa de ser uma ausência simbólica. Abrindo espaço às instituições oficiais para falar desses sujeitos e, conseqüentemente, acabam-se criando imagens que não são identificadas pelo grupo.

Não é raro vermos em novelas ou comerciais, a insultuosa discriminação contra os negros, que são sempre colocados em papéis que inferiorizam suas condições intelectuais e culturais. [...] Isto ocorre num país onde a grande maioria, cerca de 74,8 milhões, é negra ou possui raízes negras [...]. Quantas e quantas vezes vimos a imbecilização da mulher em detrimento da ufanização do poder do macho. Sem perspectivas, vazia e sempre disponível, é como os machos caracterizam as fêmeas desde o mais remoto telejornal até a novela de maior audiência do horário nobre. (LAMPPIÃO, n° 23, p.11, abr., 1980).

Lampião reconhece essas três personagens sociais como vítimas da manutenção de uma sociedade patriarcal, pautada por valores e padrões machistas, discriminatórios, racistas e repressivos. Tal dinâmica é instigada pelo período político que o Brasil vivenciava, pois toda ditadura militar é caracterizada pelo discurso moral e conservador – manutenção da família tradicional, dos costumes, das tradições e da hierarquia – e, quando contrariada, a represália vem em forma de perseguição e censura.

Inicialmente, vamos compreender como o jornal identificou a representação dos indivíduos homossexuais difundida pela televisão. As matérias publicadas no periódico deram ênfase à despersonalização do sujeito homossexual, embutida na ideia de que todos os homossexuais almejavam ser mulher.

Nesse sentido, as referências ao grupo sempre estavam ligadas, de forma enfática, às características atribuídas ao que se pensava ser predominante nas mulheres, tidas como amantes da fofoca, da submissão, da frescura em excesso e da falsidade; nominalizações que também nos possibilitam localizar a posição desqualificadora das mulheres na sociedade do período. A identificação desses sujeitos ao gênero feminino se dava, também, pela associação desses às profissões tradicionalmente “de mulheres”, como, por exemplo, cabeleireiras ou cozinheiras. Tal relação, segundo o jornal, era representada e reforçada em novelas, acusadas pelos editores e colaboradores de difundir uma *heterossexualidade compulsória* e a *heteronormatividade*, por transmitirem a mensagem de que a única relação possível era a de um homem e uma mulher e, de preferência, casados. Além, é claro, de reforçar os padrões do que é ser feminino e masculino, localizando e normalizando os corpos de mulheres e homens heterossexuais. Isso ficou evidente na matéria intitulada “Bichices na Tevê (plim, plim!)”:

Nas novelas a doutrina heterossexual se faz presente ao engrandecer os relacionamentos homem/mulher, únicos capazes de tornar as pessoas realizadas e felizes, enquanto que o homossexual além de ser apresentado de uma forma folclórica, sempre termina os seus dias sozinho [...] cujo principal predicado é ser fofoqueiro, submisso feito um cachorrinho, sem ninguém, etc... É a imagem passada aos telespectadores. [...] as bichas, bichinhas e

desmunhecadas são alvos de discriminação e preconceito, através dos sutis e subliminares papéis de mordomos, cabeleireiros, cozinheiros ou sei lá mais o que. (LAMPÍÃO, n° 23, p.11, abr., 1980).

Esse pequeno trecho descreve os raros lugares destinados aos homossexuais, a única realização possível para esses indivíduos, e que estavam muito bem demarcados e ligados ao gênero feminino. Uma das preocupações de *Lampião* era descortinar as práticas homossexuais, tornando evidente a sua pluralidade. O jornal foi espaço para a diversidade homossexual, onde encontramos os *gays*, as bichas, as travestis, as lésbicas e as transexuais. Por isso, muitas vezes o jornal criticou a homogeneização do grupo e o perigo da generalização, práticas que desrespeitavam a peculiaridade dos segmentos que o compunham.

A matéria destaca que as representações mais ofensivas encontravam-se nos programas humorísticos, que, utilizando o humor como desculpa, foram espaços para a desqualificação total dos homossexuais. Por meio do exagero dos figurinos, da maquiagem e dos trejeitos, os quadros humorísticos construía uma imagem cada vez mais estereotipada do grupo, levando o público a naturalizar esses indivíduos como verdadeiros “bobos da corte”, não havendo outra forma de estar no mundo além daquela representada. O principal alvo de críticas na reportagem é o programa humorístico “Os Trapalhões”:

O suprassumo da indolência praticada contra os homossexuais concentra-se no programa Os Trapalhões, onde a trupe ignóbil de Renato Aragão apresenta a única imagem do homossexual que o sistema admite que seja divulgada: da bicha louca, histérica e doentia. [...] Levando-se em conta que Os Trapalhões é assistido [*sic*] por um público quase exclusivamente infantil e adolescente, que desde cedo é forçado a assimilar os dogmas da sociedade machista, contribuindo assim para perpetuação da moral do sistema [...]. (LAMPÍÃO, n° 23, p.11, abr., 1980).

O texto também revela a preocupação com a transmissão e, conseqüentemente, a perpetuação de uma imagem *estigmatizada*⁵⁴ dos homossexuais, pois os meios de comunicação de grande porte fazem parte da rede de instituições responsáveis pela propagação de ideias, valores e conteúdos. Ou seja: a grande mídia é responsável pela “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”. (THOMPSON, 1998, p. 32)

⁵⁴ Define-se aqui estigmatização como uma forma de classificação social pela qual um grupo – ou indivíduo – identifica o outro segundo certos atributos seletivamente reconhecidos pelo sujeito classificante como negativos ou desabonadores. (VELHO, 1981, p. 30).

Como já foi esclarecido no início deste capítulo, à luz das contribuições de Thompson (1998), não consideramos os receptores como meros agentes passivos no que se refere ao consumo acrítico das informações propagadas pela mídia. Contudo, conforme esse mesmo autor, não podemos ser ingênuos e acreditar que a relação entre emissor e receptor seja igualitária ou simétrica, ou seja, tenha a mesma intensidade de poder de intervenção na vida social. À época, essa assimetria entre mídia e público decorria do discurso cristalizado no imaginário do povo brasileiro segundo o qual a imprensa oficial seria uma das principais portadoras da verdade e possuía o poder de difusão dessa verdade. É em torno dessa perspectiva que o jornal expôs suas aflições e promoveu uma reflexão crítica sobre a mídia hegemônica, discutindo e problematizando o poder dos meios de comunicação para influenciar o coletivo, contribuindo para a manutenção do lugar destinado aos homossexuais na sociedade.

Outra matéria que nos chamou atenção foi que contemplou os resultados de uma pesquisa de opinião pública organizada pelo programa de televisão chamado “Fantástico”, exibido pela TV Globo, em que questionaram os brasileiros a respeito das sexualidades e das relações entre elas e as homossexualidades: “O que o brasileiro pensa sobre o homossexualismo, tanto homem como da mulher? 25% - uma doença; 18% - produto de desajuste do mundo hoje; 19% - culpa da falta de orientação dos pais; 11% - falta de vergonha.” (LAMPPIÃO, nº 2, p.9, abr., 1978).

O texto foi escrito por João Antônio Mascarenhas, que descreve a atitude da emissora como positiva, por ter dedicado um espaço à reflexão das sexualidades, iniciativa importante para o combate ao preconceito. E isso não deixa de ser verdade, pois a pesquisa feita pelo programa abordou questões sobre sexo, gravidez antes do casamento e anticoncepcional, assuntos que à época eram tabus. Os resultados da pesquisa são surpreendentes: havia uma transformação de mentalidade dos brasileiros; porém, em relação às homossexualidades, não concordamos que tal abordagem tenha sido positiva: basta observar a quais lugares a prática homossexual foi associada.

A pesquisa, ao questionar o público sobre a homossexualidade, apresenta, entre as opções de resposta, alternativas carregadas de estigmas, representadas pelo viés “biológico” da patologia, ou pelo psicanalítico da falta, ou ainda pelo religioso, que aponta para a culpa e o pecado, ressignificando ou ratificando discursos (ainda) circulantes na sociedade brasileira. Assim, os resultados da pesquisa são direcionados a signos negativos: como representar positivamente as relações homossexuais, se todas as alternativas leva(va)m à desaprovação pelo público? É evidente que o programa não deu oportunidade de escolha aos sujeitos da pesquisa

entre respostas como: desaprovar, aprovar, achar curioso, mostrar que desconhece o assunto, entre outras possibilidades menos estigmatizadas. Ou seja: o programa conduziu a pesquisa a um resultado desfavorável às práticas homossexuais. Esse é um exemplo claro daquilo de que Thompson (1998) nos alerta: o poder de intervenção das mídias na dinâmica da sociedade.

Lampião identifica a mesma representação da prática homossexual na produção cinematográfica: “[...] às produções regulares, geralmente apresentam o homossexual como um poço de desespero e decadência, criando uma enorme coleção de ‘suicidados’”. (LAMPPIÃO, nº 1, p.12, maio, 1978). A localização social dos homossexuais nesses espaços limitados à margem da sociedade sugere uma impossibilidade de realização plena desses sujeitos em todas as esferas e práticas humanas, reforçando e reproduzindo preconceitos.

No que se refere às mídias impressas, *Lampião* destaca a relação de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* com os indivíduos homossexuais, argumentando que esses jornais representavam esses indivíduos como eternos “culpados” ou “suspeitos”, como é possível evidenciar na análise feita pela matéria “Nos jornais, um eterno suspeito: o homossexual”, da qual selecionamos um trecho:

Esse pretense “papel fiscalizador” é apenas um dos aspectos (talvez o mais grave) que configuram uma verdadeira “campanha” anti-homossexual por parte da imprensa marrom. Mesmo que tal “campanha” não seja uma cruzada moralista consciente e não passe de uma fábrica de manchetes vendáveis, ela é real na medida em que produz seus reflexos sobre determinada faixa da opinião pública. Temos aqui dois tipos de acusação: uma, generalizada, que reveste o próprio termo “homossexual” em toda notícia veiculada por essa imprensa: como se estivesse implícita a aceção de “culpado” ou, pelo menos, “suspeito”. E outra, específica, reclamando a ação das autoridades, que não estaria sendo suficientemente repressiva. (LAMPPIÃO, nº 6, p.7, abr., 1978).

Mais uma vez, o jornal faz referência ao impacto da representação feita pela imprensa na construção da opinião pública sobre os homossexuais. Dois motivos conduziram ao que a matéria chama de “campanha anti-homossexual”: um posicionamento moralista, compartilhado por várias instituições, expresso na difusão da *heterossexualidade compulsória*; e, o uso sensacionalista do sujeito homossexual para alavancar as vendas dos jornais. Nessa mesma matéria, encontramos o resultado de uma pesquisa, realizada por curiosidade pelo então repórter Ari Morales, do jornal *Folha de S. Paulo*, na qual se evidenciou que, em 90% dos homicídios em que estavam envolvidos homossexuais, estes eram vítimas. Esse dado foi utilizado pela reportagem para questionar o discurso promovido pela grande mídia: o fato de ser homossexual já qualificava a sua culpa, colocando-os em posição igualitária à dos ladrões, assassinos ou

traficantes. A questão implícita no texto publicado pelo *Lampião* é: Estariam esses jornais dizendo que a prática da homossexualidade seria um crime? Ou estariam os homossexuais mais propensos a cometer crimes por causa da sua “orientação” sexual? Nessa mesma direção, encontramos, na edição número 24 do *Lampião*, uma matéria direcionada às travestis, que, segundo *O Estado de S. Paulo*, estavam invadindo as ruas da cidade de São Paulo. O poderoso jornal alertava a população para o perigo das travestis e reivindicava a repressão policial contra essas pessoas. Em ambos os casos, a grande mídia localizava os homossexuais em uma esfera negativa da sociedade, caracterizando-os sempre como “criminosos”.

Para esta pesquisa, não utilizamos outras fontes além do próprio *Lampião da Esquina*, portanto torna-se inviável analisar, por outra perspectiva, os objetivos dos jornais citados; o objetivo principal desta análise é compreender como os envolvidos com o jornal concebiam a representação da homossexualidade explorada pela grande mídia. Acreditamos que as evidências destacadas por meio da análise do *Lampião* nos dão condições para compreender quais as representações construídas pela mídia tradicional sobre os homossexuais no período. Não deixamos de considerar que a imagem construída do grupo foi denunciada pelo olhar dos membros que compunham o *Lampião*, jornal que enceta uma luta contra as representações hegemônicas no que diz respeito à população homossexual, construídas por poderosos meios de comunicação nas décadas de 1970 e 1980. Não podemos negligenciar que, além da mídia, outras instituições colaboraram para a construção do personagem homossexual até aquele momento, porém, para esta investigação, utilizamos os posicionamentos do *Lampião* em relação às organizações midiáticas.

Evidenciamos que muito se falava sobre os homossexuais, pois existia espaço para se falar desse grupo, porém o mais importante é deixar claro “o como e de onde se falava desses indivíduos”. Por meio de um discurso estigmatizante e preconceituoso, criou-se uma imagem do que era ser homossexual e do seu lugar na sociedade. Esse foi o objetivo deste subtítulo e, a partir dele, pretendemos compreender de que forma o que foi destacado até agora se tornou estímulo de manifestações para a criação de outro personagem homossexual.

2.2 O *Lampião* como espaço construtor de identidades

Por meio da análise do jornal, evidenciamos que o *Lampião da Esquina* foi um dos espaços para a elaboração e materialização das identidades do movimento homossexual nas

décadas de 1970 e 1980, o que nos leva a compreender, com Manuel Castells (1999), as identidades como construtos sociais. Por esse viés, o autor propõe-nos questionar as identidades no que diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê são produzidas. Para isso, há a necessidade de identificar os elementos incentivadores para tal investida e compreender de que forma os grupos sociais processaram, reorganizaram ou inventaram a imagem que passou a representá-los.

Como já foi mencionado neste capítulo, o *Lampião* identificou as representações produzidas e reproduzidas pelos principais meios de comunicação, nas quais constatou a criação de um ser desvalorizado e estigmatizado, que refletia a comunidade homossexual. Acreditamos que, diante dessa imagem negativa, o jornal se tornou espaço de resistência, que, em contrapartida, por meio de outro olhar, construiu uma representação dos indivíduos homossexuais. O uso da identidade destinada à resistência foi abordado por Castells (1999, p. 25):

É provável que seja o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, ao contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia [...].

Essa frente de ação, na qual os indivíduos tomam para si o poder de criação da sua imagem e em que, conseqüentemente, assumem a responsabilidade de se legitimarem na sociedade enfatizando suas particularidades, é uma das características dos movimentos sociais da década de 1970. Pronunciando-se a esse respeito, Stuart Hall (2006) destaca que os movimentos sociais da época questionaram a figura do sujeito cartesiano⁵⁵, evidenciando as diferenças e as peculiaridades dos diversos grupos sociais, ou seja, estava em pauta a política de identidade, que sentido quando grupos subordinados questionam a hegemonia de outros grupos majoritários. A contestação política rompeu as fronteiras do público e do privado, entre os quais a sexualidade se tornou tema.

Castells (1999) também identifica esse aspecto fomentador das identidades enquanto prática política, compreendendo que as identidades de resistência podem acabar em identidades de projeto, saindo das trincheiras e passando a fazer frente a uma ação que ultrapassa os limites de reivindicações dos grupos. Por exemplo, o *Lampião*, ao mesmo tempo em que questionava

⁵⁵ Sujeito concebido por Descartes, imortalizado na frase “Penso, logo existo.”. Desde então, o sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, passou a ser conhecido como “sujeito cartesiano”.

a posição destinada aos homossexuais, ampliava a discussão para a sexualidade no sentido mais amplo, o corpo, o prazer, o desejo, a política institucional e as instituições sociais tradicionais, temas que transcenderam as particularidades do grupo.

Esse redimensionamento ou expansão do espaço político para além da política institucional foi abordado por Marco Prado (2006), que destaca o antagonismo social como relação fértil para a prática política. René Remond (2003) também destaca que muitos segmentos sociais, que, por muito tempo, foram mantidos longe da política, passaram a fazer parte desse universo, como, por exemplo, os movimentos culturais. Destaca, no entanto, que essas relações se dão em momentos específicos da história, como nas guerras ou nas crises, e que, portanto, o campo do político não possui fronteiras fixas.

E é nesse “entrelugar” que localizamos o *Lampião da Esquina*, onde buscamos evidenciar as diferenças sem que estas fossem motivos para a prática da opressão ou preconceito. O jornal não almejava tornar a prática homossexual como a única possível no universo das sexualidades, mas pretendia desmistificar a imagem do homossexual como mais uma possibilidade no âmbito das sexualidades. Para isso, o *Lampião* identificou os espaços públicos nos quais esses sujeitos se manifestavam, dando outro significado ou criando outra atmosfera para as práticas homossexuais.

Entre os espaços nos quais o jornal abordou o tema das homossexualidades, elegemos para análise os guetos⁵⁶. Esses espaços de convivência aparecem com assiduidade nas matérias publicadas, como lugares que o jornal reivindica e, ao mesmo tempo, dos quais exige emancipação. Ao serem mencionados com frequência pelo *Lampião*, esses lugares evidenciam a identificação do grupo com determinados espaços sociais, o que os indica como pertencentes à identidade do grupo. Entendemos que os guetos destinados aos homossexuais já existiam antes do jornal, porém, ao mencioná-los constantemente, o jornal acaba por reforçar esses espaços como lugares para o encontro de homossexuais.

Algo que nos chamou atenção na composição do jornal, e que anuncia a sua intenção, diz respeito à linguagem adotada pelo periódico e à utilização de termos identificadores do grupo. Acreditamos que a linguagem utilizada é a principal marca do jornal; é ela que identifica esse meio de comunicação como pertencente ao público homossexual. Os jogos com as palavras e o recurso da dualidade de sentidos estão sempre dialogando, em sussurros, com a sexualidade, com o prazer e com o desejo, o que evidencia uma reflexão para além do “ser” homossexual ou

⁵⁶ O termo “gueto” é aplicado às áreas autorizadas onde qualquer grupo minoritário é forçado a viver ou a espaços para conviver entre os pares, em decorrência da pressão social exercida por questões morais, econômicas, religiosas ou étnicas.

heterossexual. Nesse sentido, acreditamos que a proposta inicial promoveu uma discussão maior, que abrange as relações do ser humano com sua sexualidade.

O uso de gírias para identificar os homossexuais está muito presente no discurso do jornal; um fato significativo porque diz respeito ao uso dos mesmos termos que outrora eram motivos de calúnia. O jornal recolhe essas palavras e insere-as em sua prática jornalística, tomando para si e para o grupo as expressões que começavam a fazer parte do vocabulário homossexual à época. Esse fato foi, pouco a pouco, tornando-se marca identitária do grupo.

2.2.1 A representação do gueto por meio do *Lampião da Esquina*

O *Lampião* reservou grande parte de suas páginas para a abordagem de espaços de sociabilidade da comunidade homossexual, áreas que tradicionalmente eram frequentadas pela comunidade *gay* desde o final da década de 1950, segundo Néstor Perlongher (1987). O jornal nos oferece a possibilidade de visualização desses lugares nas grandes metrópoles, a saber: São Paulo e Rio de Janeiro. É evidente o objetivo do periódico: disputar, demarcar e reforçar esses locais como pertencentes às relações sociais dos indivíduos homossexuais. Antes de adentrarmos as matérias selecionadas, faz-se necessário compreender o uso do termo “gueto” para identificar as áreas frequentadas pelo grupo.

A expressão “gueto *gay*” foi usada a partir da década de 1960 pelo público homossexual estadunidense, mais especificamente da comunidade *gay* que se formou em São Francisco⁵⁷-Califórnia. Esse termo identificava um território fixo de lazer e morada desses indivíduos, onde se expressavam constantemente posições identitárias e políticas. Essa concentração cultural e residencial, de que resultou a constante afirmação da identidade homossexual, implicou, no entender de Perlongher (1987), certa tendência homogeneizadora. A comunidade *gay* de São Francisco é um exemplo do contorno identitário que envolveu a geografia da cidade, até hoje um espaço identificado como “território *gay*”.

Perlongher (1987) realizou uma investigação sobre os espaços frequentados pelo público homossexual brasileiro nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e constatou que a dinâmica dos guetos se diferenciava muito daquele que acabamos de descrever. Até a década de 1970, os espaços frequentados assiduamente pelos homossexuais eram conhecidos como

⁵⁷ É interessante destacar que foi na cidade São Francisco-CA que foi eleito Harvey Milk, o primeiro homossexual declarado a ocupar um cargo público na Califórnia como membro da Câmara de Supervisores. Milk foi um reconhecido ativista pela causa homossexual, exerceu o mandato por 11 meses, ele e o prefeito George Moscone foram assassinados por Dan White, outro supervisor da cidade.

“boca”, que significa ‘lugar de emissão de fluxos’ e, metonimicamente, “se associa a qualquer forma de ‘ilegalismo’ não exclusivamente homossexual” (PERLONGHER, 1987, p.64), como “boca de fumo”, por exemplo. Conforme o autor, as bocas eram os espaços de passagem, de lazer e perambulação, onde os *gays* coexistiam com diversos indivíduos marginalizados da sociedade. As bocas não eram uma referência residencial do grupo, mas referenciavam lugares de deslocamento para a socialização desses indivíduos.

A expressão “gueto *gay*”, com sua carga de homogeneização identitária e política herdada do movimento homossexual estadunidense, foi incorporada ao linguajar de uma parte do movimento homossexual brasileiro intelectualizado. Uma tentativa de unificar o grupo em torno da “orientação” sexual e, ao mesmo tempo, distinguir os pontos de encontro homossexual do restante dos indivíduos frequentadores da boca.

Esse termo foi incorporado também pelo discurso do jornal como referência a um segmento do movimento homossexual, como parte da mobilização de identificação territorial. Nesse sentido, entendemos que os lugares comuns a esses sujeitos fazem parte de uma ação do movimento homossexual brasileiro para encontrar elementos que caracterizem as práticas de um coletivo cujos membros possuam interesses convergentes. É nesse sentido que utilizamos o termo “gueto”: lugar de encontro de um grupo que compartilha de um mesmo interesse, ou seja, relacionar-se com indivíduos do mesmo sexo.

Perlongher (1987) chama atenção para a importância desses lugares demarcados, nos quais a intensidade e a assiduidade dos encontros possibilitaram as primeiras manifestações ativistas do grupo. Conforme o autor, a criação do grupo “Somos de Afirmação Homossexual” foi influenciada pelos encontros de seus idealizadores nos guetos paulistanos. O mesmo podemos falar do grupo teatral “Dzi Croquettes”, que surgiu de um bate-papo na “Galeria Alaska”, espaço identificado como gueto *gay*, localizado na cidade do Rio de Janeiro, como evidenciamos no documentário sobre o grupo.

É nesse sentido que compreendemos por que o *Lampião* reivindicou esses espaços num momento em que existia a possibilidade de perdê-los. Não seria apenas uma perda física, de um espaço frutífero para a dinâmica do grupo, mas também uma perda afetiva de lugares carregados de memória e significado para esse grupo. O jornal, ao escrever sobre a emancipação do gueto, refere-se à prisão desses sujeitos: não como lugar físico, mas como lugares simbólicos nos quais foram alocados ao longo do tempo nas sociedades. É desse gueto que o jornal clamou por libertação.

Entre os espaços mais abordados pelo jornal, vamos destacar quatro, os quais aparecem com frequência nas folhas do *Lampião da Esquina*: as praças públicas, que englobam os seus arredores (os bares); os cinemas, mais especificamente os cinemas de rua; as saunas; e os banheiros públicos. Muitos desses lugares coexistiam em uma mesma rua ou em um mesmo bairro, porém o jornal vai abordá-los de forma distinta, razão por que também deles tratamos separadamente e, quando necessário, estabelecemos o diálogo entre esses territórios.

2.2.2 Os guetos tradicionais eleitos pelo *Lampião*

O jornal reservou uma parte de sua atenção aos espaços tradicionalmente frequentados pelos homossexuais, ambientes públicos nos quais, na maioria das vezes, as identidades de gênero não sofriam represálias. Algo que chama atenção sobre esses espaços é o modo como são descritos pelo periódico: lugares que quase sempre são representados pela sua decadência, abandono e, conseqüentemente, considerados marginais, como é possível evidenciar nos trechos abaixo, que descrevem a Praça da República (SP) e o Cinema Iris (RJ):

A praça é horrorosa, maltratada, esquecida de qualquer senso estético. Se as árvores e os patos que nadam na pequena lagoa artificial dão um toque meio ecológico ao ambiente (aliás, nem os patos estão aguentando a barra, pois de vez em quando aparecem vários mortos sem saber direito os motivos), por outro lado, as obras do metrô serviram para acabar de vez com a intenção de se criar algo bonito ali. (LAMPIÃO, nº 13, p.6, jun., 1979).

As escadarias de ferro, as filigranas dos corrimões, as cortinas de um veludo cuja cor o tempo consumiu, os espelhos (alguns quebrados) e as entradas falsas dão, mesmo aos que não conhecem a sua história, uma ideia de antigo fausto. (LAMPIÃO, nº 0, p.9, abr., 1978).

Foi só aí que eu senti pela primeira vez o odor dos banheiros do Cinema Iris. Só sentira um cheiro igual uma vez, antes, no necrotério do Recife. Era um cheiro de cadáver, de morte. (LAMPIÃO, nº 35, p.3, abr, 1981).

Essas descrições não retratam apenas um espaço físico frequentado pelo grupo, mas a própria imagem das práticas homossexuais, refletida pela sociedade. Lugares que outrora eram sinônimos de glamour passaram a ser associados, devido à presença indesejada de um determinado público, ao perigo, ao temor e à decadência. Entendemos que, nos espaços físicos, estão inscritos discursos que nos informam sobre a frequência ou ausência de um determinado público. Foucault (2004) chama atenção para essa forma de exercício do poder, que percebemos que emana dos espaços físicos, à época referências para os homossexuais e outros grupos

marginalizados. Era para esses lugares – territórios que representavam a imagem que a sociedade hegemônica construía desses indivíduos – que muitos segmentos da sociedade eram empurrados.

Esses espaços significavam a oportunidade de encontro entre iguais, no que diz respeito ao desejo sexual e afetivo. O jornal identificou esses ambientes como estimuladores de uma vida social para os homossexuais, como podemos evidenciar nas constantes publicações de roteiros de entretenimento em diversas cidades brasileiras, nas quais as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro mereceram atenção maior. Era o “triângulo da badalação entendida”, como dizia a matéria de capa. Esse triângulo fazia referência aos lugares mais populares entre os homossexuais, a saber: Cinelândia (RJ), Galeria Alaska (RJ) e Av. São João (SP):

É o conhecido triângulo da badalação entendida, para uns; para outros, da prostituição masculina no Rio e em São Paulo. Cinelândia – Alaska – São João, onde se amontoa uma população diferente, de homossexuais de todos os tipos de um lado, aos que vivem às custas desse gueto tropical, de outro. (LAMPPIÃO, nº 1, p. 4, maio, 1978).

O *Lampião*, na maioria das matérias relacionadas aos guetos destinados aos homossexuais, deixa claro que esses espaços são conhecidos pelo grande público como universo exclusivo da prática da prostituição. Fato que o jornal não esconde, porém desmistifica como sendo espaços apenas de comércio sexual. Nesse sentido, destaca uma forte dinâmica cultural que brota desses espaços: compõem os guetos cariocas e paulistanos, o teatro, o cinema, as boates e os bares. Mas uma vez identificamos o objetivo do jornal de ressignificar a imagem do homossexual, aqui representada pelos lugares que frequentavam.

Essas áreas, como já foi mencionado, estavam abandonadas e deterioradas e, por seu aspecto físico, afastavam a população em geral. O *Lampião* dedicou uma reportagem, que foi matéria de capa no número 36, a respeito da revitalização da Praça Tiradentes e dos cinemas que estavam ao seu redor, assunto de que o jornal tratou com preocupação. Sob a chamada “Querem lotear a velha praça, o QG da marginalia”, a matéria possui um tom de denúncia: sob a justificativa de “reforma” e “preservação”, alguns cinemas seriam desativados para dar origem a diversos espaços comerciais; outros seriam conservados e restaurados. Em outra matéria, a questão em que se articula o título – “Preservar, mas pra quem?” – evidencia a cautela com a qual o jornal abordou o assunto: não se negava a importância do projeto urbanístico de preservação, porém questionava-se o poder público sobre a permanência do público homossexual nesses espaços, que provavelmente seria afastado da praça e de suas imediações.

Esses lugares, abandonados pelo poder público, são ocupados pelos segmentos marginalizados da sociedade, que criam uma dinâmica própria de relações sociais e reinventam essas áreas. Essa interação muitas vezes não condiz com as relações presentes na sociedade hegemônica e, a partir do momento em que o poder público se volta para esses espaços, leva com ele as dinâmicas que não são compartilhadas pelos grupos ocupantes, e, nesse embate, os grupos minoritários saem de cena. É nesse sentido que o jornal, por meio da reportagem, traz em suas páginas a questão da revitalização da Praça Tiradentes e suas imediações.

Outro tema constante nas páginas do *Lampião da Esquina* são as condições dos banheiros públicos situados nos espaços mencionados. Conforme Perlongher (1987), os mictórios junto com as saunas eram os espaços mais voltados para o encontro entre os indivíduos interessados na prática sexual. O jornal destaca, em diversas edições, os banheiros como espaços para relações casuais, como foi possível constatar na lista divulgada pelo jornal de número 31, sob o título “Roteiro eclético dos WCs pau-listas”. Por meio de uma chamada insinuante, provocada pelo uso do hífen, que agrega outros sentidos à palavra “paulistas”, o roteiro enumera os locais mais propícios para um possível encontro sexual.

A reportagem “Todo mundo pro banheiro!”, por sua vez, tem como tema principal a indignação em face da inexistência de banheiros públicos nas novas estações de metrô da cidade do Rio de Janeiro. Segundo a matéria:

Dias antes da inauguração do seu metrô, Noel deu de presente a sua contribuição pessoal à “moral” e aos “bons costumes” da população, anunciando que em suas estações não haveria banheiros. Por quê? Ora, viajado que é, ele constatou que nos banheiros de metrô “aconteciam as piores coisas”. (LAMPIÃO, nº 12, p.4, maio, 1979).

Antes de abordar o sentido dos banheiros como ponto de encontro, a matéria reivindica a existência desses espaços como questão de utilidade pública, justificando que as ruas do Rio de Janeiro eram verdadeiros banheiros a céu aberto. Não deixa de mencionar, no entanto, o direito de utilizar os mictórios e deles fazer uso da maneira que se achasse conveniente, ou seja, para relações sexuais casuais.

Conforme Perlongher (1987), esses lugares dão guarida à prática da prostituição masculina, ao trabalho dos conhecidos como “michês”; portanto, as negociações do comércio sexual começam nos mictórios e podem ou não ser concluídas no local. Além dessa possibilidade, existem os encontros não comerciais, as relações casuais. Entendemos que os

banheiros públicos são, inicialmente, espaços de refúgio, ou espaço de liberdade, para práticas sexuais consideradas marginais, e, com o tempo, tornaram-se espaços fetichizados pelo grupo.

A abordagem articulada pelo jornal sobre esses espaços físicos revela como a identificação do grupo se materializou em determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Em todas as matérias produzidas sobre os guetos pelo *Lampião*, constatamos que o jornal se colocou em defesa desses lugares, principalmente pela reivindicação dos espaços historicamente construídos pelo grupo, o que reflete a briga pela preservação física do percurso do movimento homossexual brasileiro. Por fim, identificamos que não era a destruição dos guetos que o jornal defendia, mas sim a possibilidade de escolha de ir e vir livremente, de estar nesses espaços não por imposição ou pressão, mas por opção, como fica evidente nesse trecho: “A difícil sobrevivência de seres humanos nos guetos sem portas das grandes cidades”. (LAMPIÃO, nº 1, p. 4, maio, 1978).

2.3 O subjetivo implícito em imagem e palavras

Inicialmente, propomos uma análise detalhada do slogan⁵⁸, construído pelos indivíduos envolvidos no projeto para identificar o *Lampião da Esquina*, e que fez parte da capa de todas as edições publicadas. A imagem representa uma prática discursiva que, por meio do não dito verbalmente, produz sentidos. A composição material, o lugar de interlocução e o contexto histórico em que a imagem é produzida tornaram-se ferramenta e objeto importantes para a construção da história.

Nessa perspectiva, consideramos que a linguagem imagética produzida e veiculada pelo jornal traz consigo significados que nos possibilitaram (re)conhecer discursos e nos ajudaram a compreender algumas intenções presentes no periódico analisado nesta pesquisa.

Para a elaboração do slogan, os idealizadores do *Lampião* desconstruíram um personagem representativo da história nacional, o principal personagem do cangaço: Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião e a representação mais bruta da figura masculina. O emblema do periódico remete a essa figura por meio de seu tradicional chapéu de cangaceiro, que, ao lado do título do jornal, representado pela palavra Lampião, nos direciona automaticamente à figura do “cabra macho” Virgulino. Umberto Eco (*apud* CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 572) chama a atenção para esse tipo de associações entre aspectos culturais,

⁵⁸ O slogan encontra-se nos anexos I, II e III, na parte superior do lado esquerdo da imagem.

presentes em um objeto ou personagem, para compor novos sentidos ou enfatizar características marcantes de um determinado segmento cultural:

Para Eco, representar iconicamente um objeto significa transcrever, por meio de aspectos gráficos, as propriedades culturais que lhe são atribuídas. Uma cultura, ao definir seus objetos, remete a códigos de reconhecimento que indicam traços pertinentes e caracterizantes do conteúdo.

O código de reconhecimento utilizado para compor o símbolo que representou o jornal foi o desenho do chapéu tradicional do cangaço, que, composta com figuras geométricas que nos remetem à imagem de um pênis, formou um rosto. Interpretamos a imagem como uma tentativa, por parte dos principais envolvidos com o projeto, de dissociar a figura padrão que se tinha dos homossexuais masculinos do desejo de ser mulher. Aliás, as identidades de gênero foram bem demarcadas nas páginas do periódico e utilizadas para determinados fins.

Evidenciamos que, em um primeiro momento, os membros de *Lampião* convidaram as mulheres a colaborar com o jornal por meio de matérias. Isso se aplica especialmente ao Movimento Feminista, momento em que foram dedicados alguns artigos às questões que envolviam as mulheres e que não se limitavam à homossexualidade feminina. Isso fica muito evidente quando o jornal, no número 22, passa a referir-se aos seus leitores como “Lampiões” e “Marias Bonitas”.

Entendemos o *slogan* dessa forma após um intenso contato com as matérias publicadas pelo jornal, as quais, na maioria das vezes, deixavam clara a distinção entre os sujeitos homossexuais, os *gays*, *gays-machos*, lésbicas, travestis e transexuais. Este é um dos caminhos pelos quais o jornal vai direcionar os temas abordados pelas matérias: a localização identitária nas práticas homossexuais.

A insinuação de um pênis presente no emblema também instaura um diálogo entre o discurso jornalístico e a voz dos homossexuais, cujo discurso, naqueles espaços e àquela época, era marcado pela lascívia, pela transgressão aos tabus de sexo impostos pela Igreja e, sob certos aspectos, pelo Estado e pelas instituições sociais. Acreditamos que essa seja uma das principais características do jornal, que demonstra o caminho que resolveu trilhar. Não reconhecemos o *Lampião* como um meio de comunicação que abordou questões puramente sexuais, embora o tenhamos compreendido como espaço de discussões diversas, que utilizou a alusão à sexualidade para mediar a construção dos conteúdos publicados. Isso se evidencia no subtítulo a seguir.

2.3.1 O discurso jornalístico envolto pela sexualidade

Segundo Foucault (2006), a sexualidade é um dispositivo histórico, ou seja, uma intervenção social que, por meio de múltiplos discursos sobre as sexualidades, regula, normatiza e cria saberes, produzindo verdades. Tal dispositivo é a rede que se estabelece entre as instituições sociais, por meio do dito e do não dito sobre o uso dos prazeres, dos corpos e dos desejos, os quais, numa tentativa de homogeneização de suas práticas, são regulamentados. Nesse sentido, entendemos a sexualidade como elemento presente nas relações sociais e que é utilizada para determinadas interações entre atores de uma determinada sociedade. A sexualidade como elemento gerador de práticas está presente ora de forma invasiva, ora de forma branda.

É nessa perspectiva que entendemos o *Lampião da Esquina*, um meio de comunicação impresso que tem, como principal mecanismo para compreender as relações forjadas na sociedade, a sexualidade. O gerador de reflexão do periódico são as homossexualidades, a partir de que se descortinaram outras possíveis formas de compreender as dinâmicas sociais do período. Esse é o posicionamento compartilhado pelo jornal: “a questão da homossexualidade, que começa a definir-se claramente, tem importância para iluminar a problemática mais geral da sexualidade humana”. (LAMPILÃO, nº 1, p. 2, maio, 1978).

Por esse viés, *Lampião* elegeu as áreas de discussão, nas quais as questões de gênero, os prazeres e o corpo estavam presentes. Constatamos que, além dos lugares reflexivos, a sexualidade esteve presente na própria linguagem usada pelo jornal, o que já evidenciamos por meio do emblema que representou o jornal durante os anos de circulação. A linguagem articulada em jogos de palavras induzia a vários sentidos, sempre com um toque irônico, sexual ou de deboche. Características que não tiravam a seriedade das matérias publicadas, mas contribuía para a legitimação do jornal como meio de comunicação direcionado a um público que identificava, nas relações de gênero e na sexualidade, uma problemática legítima de reflexão. A linguagem eleita pelo periódico também concorreu para a nossa compreensão do uso dos prazeres, do corpo e da sexualidade, como ferramenta e lugar de discussão política.

Acreditamos que esse estilo de abordagem escrita, além de provocar questionamentos, vai contribuir diretamente para a ênfase e (re)construção da identidade do grupo, ora criando homogeneidade, ora distinguindo muito bem os indivíduos homossexuais em subgrupos. Evidenciamos que, conforme o conteúdo das matérias, se evocava um coletivo universal ou se destacavam as particularidades desse coletivo.

Essa noção de unidade entre os homossexuais ficou evidente pela recorrência de algumas palavras ou expressões, o que nos remete a um grupo homogêneo, razão por que escolhemos, dentre as matérias, quatro situações que nos levavam a esse sentido. As duas primeiras compõem um lugar privilegiado na capa: “Encontro nacional do povo *gay*”, no número 20; “Tudo sobre o encontro do povo *gay*”, no número 23; e “O povo *gay* já pode falar?” no número 18. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra *povo* se refere a: “Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e hábitos idênticos, uma história e tradições comuns. 2. Os habitantes duma localidade ou região; povoação. 3. V. povoado. 4. Aglomeração de gente, multidão.”

O uso dessa palavra para se referir ao grupo mostra-se muito significativo para análise, se levarmos em consideração o conteúdo da matéria. Ambas as publicações tratavam das reuniões realizadas para discutir as problemáticas que envolviam a comunidade homossexual, a primeira realizada na cidade do Rio de Janeiro e a segunda, em São Paulo. Entendemos o evento como a possibilidade de elucidar os problemas comuns do grupo, independente da identidade de gênero a que os indivíduos pertenciam. Nesse sentido, a principal identificação, a que o jornal (nessas matérias) e o evento recorreram, diz respeito à “orientação” sexual dos participantes.

O objetivo de identificar um número significativo de indivíduos pela sexualidade está presente em matérias que associam elementos da vida cotidiana ao grupo. Uma tentativa de aproximação entre os indivíduos se expressa nos textos cujos títulos são: “Biblioteca universal guei” (em 40% das publicações); “Música para o povo guei”, no número 15; “Uma igreja para o povo guei?”, no número 23. As palavras “irmãos” e “companheiros” surgiram uma vez em cada uma durante os três anos de circulação do *Lampião*, ambas em matérias escritas por colaboradores que não faziam parte do conselho editorial.

O final da década de 1970 foi o momento em que vários movimentos sociais, entre eles o movimento homossexual, estavam se organizando em prol de reivindicações inerentes aos grupos. Uma forma de efetivar a ação desses movimentos diz respeito à organização de encontros para agregar um número significativo de indivíduos que compartilhavam os mesmos interesses e, a partir daí, construir um movimento forte e, portanto, legítimo para os olhos do poder público e da sociedade. Isso explica a iniciativa do jornal em evidenciar a unidade do grupo, considerado que esse meio de comunicação fez parte da rede que compôs o movimento homossexual que estava se formando naquele período.

O uso de expressões para se referir aos homossexuais teve um duplo objetivo: identificar um grupo homogêneo e, conseqüentemente, ressignificar a comunidade homossexual. Em decorrência do uso constante pelo jornal, optamos, para análise, pelo uso do termo “bicha”, que, além de predominante no discurso do *Lampião*, foi uma expressão que causou protestos entre uma parte dos leitores, como é possível evidenciar nesse trecho:

Muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar com muita frequência palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, as quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para muitos, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal. A esses, a explicação que se segue. O uso de tais palavras em LAMPIÃO da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las. (LAMPIÃO, nº 3, p.5, jul., 1978).

Essa inversão de sentidos do termo “bicha”⁵⁹ indica uma estratégia de ação em face de um discurso degradante, expressa pelo uso do termo para identificar o grupo. Castells (1999, p.25) chama esse tipo de manifestação de “exclusão dos que excluem pelos excluídos”, ou seja, a construção de identidade ofensiva que reverte o julgamento de valores, transformando-o em resistência. Nesse sentido, o jornal, mesmo sob protestos, inseriu a expressão em suas práticas discursivas.

O conselho editorial levou a sério a proposta mencionada: logo após as primeiras manifestações contrárias em relação ao uso da expressão “bicha”, decidiu criar uma coluna permanente chamada *Bixórdia*⁶⁰. Esse espaço era reservado para a abordagem de assuntos rápidos de um ou dois parágrafos, que, em uma mesma edição, abrigava mais de um tema. A coluna era escrita por *Rafaela Mambaba*⁶¹ ou por pessoas que não se identificavam, o que deu liberdade para falar de quem queriam e como quisessem.

Para entender a intransigência com uso do termo “bicha” entre a comunidade homossexual, é necessário explicar que a expressão era utilizada, em geral, para ofender o

⁵⁹ Entendemos que o termo “bicha”, assim como “viado”, foi recusado por boa parte dos leitores, isso porque identificava os “homossexuais passivos”.

⁶⁰ BIXÓRDIA, s.f; em machês, palavra originária de bicha, s.i (substantivo indefinido), somada a mixórdia, s.f., mistura, bagunça. Representação do que é ser livre, autopermitivo. Tudo é sério, nada é triste. Paradoxo vivo (finíssimo, adorei) em que se misturam viados, bichas, perobos, tias, sobrinhas, primas, entendidos, gueis, transadores, mariconas, paneleiros, frescos, frutas e xinbugos. Por ext.: Vale tudo, né queridinhas? (LAMPIÃO, nº 5, p.12, out., 1978).

⁶¹ Rafaela Mambaba é uma entidade mítica que periodicamente baixa em alguém aqui na redação, qualquer um, ela não tem preferência. É uma bicha que, nas várias encarnações pelas quais passou, foi sempre perigosíssima e assustadora. O Dicionário dela é um livro que nunca foi escrito, não é preciso; ele só contém palavras que as pessoas gostariam de esquecer, mas acontece que Mambaba vive a sussurrá-las constantemente em seus ouvidos. Não queria saber que pestinha ela é... (LAMPIÃO, nº 7, p.14, dez., 1978).

grupo, o que justifica sua recusa. Geralmente, o discurso hegemônico utiliza essa palavra para acusar o outro (homem) de estar infringindo as regras, mediante a suposição de que, por se relacionar afetivamente com outro homem, ele gostaria de ser mulher. Por essa perspectiva, acredita-se que todos os homossexuais querem ser ou fazem o papel de mulheres, o que não corresponde à realidade. O jornal não abandonou o uso do termo, pois, conforme Peter Fry (1982) procurou esvaziar suas conotações pejorativas.

Fry (1982) chama-nos atenção que a maioria das discussões referentes a “identidade homossexual” na época se concentrou acerca dos *grupos de identificação*. Neste sentido, o jornal abandonou a tentativa de homogeneização e marcou as peculiaridades do grupo, mas sempre evidenciando que os problemas que envolviam os subgrupos eram, na maioria das vezes, comuns a todos. O destaque para as peculiaridades do grupo se fez presente nas matérias direcionadas aos segmentos específicos do universo homossexual: os *gays*, as travestis, as lésbicas, os *gays-machos*, as transexuais e os *michês*. Essas reportagens deixavam bem claros o gênero e os lugares sociais desses indivíduos.

Algumas abordagens feitas pelo *Lampião* estavam envolvidas por insinuações que nos remetem ao prazer sexual. A sexualização dos corpos, por meio da linguagem, de charges, de desenhos e imagens, esteve presente nas edições do jornal. Os corpos e o prazer extraído dos indivíduos ganharam outro sentido, que vai além do saber normatizado: tornaram-se território de contestação política e espaço autônomo que reivindica o prazer; perspectivas que dialogam entre si e produzem movimento no corpo social. Para Foucault (2013), o domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo. Os indivíduos só se tornam conscientes de seus corpos a partir do momento em que há a ação do poder sobre eles, o que, conforme o autor, faz emergir a reivindicação dos seus corpos contra o poder. Os corpos, por tantas vezes domesticados, controlados e interditados, buscam a sua recuperação por meio da resistência e da subversão àquilo a que foram submetidos.

Nesse sentido, algumas reportagens e algumas chamadas de matérias despertaram a nossa atenção, por fazerem referência à relação dos corpos com a política institucional e com o prazer. Destacamos a reportagem intitulada “Que tu tenhas teu corpo” foi capa da edição nº 17:

A anistia hoje reivindicada, seria de fato a mais ampla possível ou estaria se restringindo aos filhos da classe média perseguidos? E os chamados presos-comuns, filhos das massas injustiçadas, cujos crimes na verdade são atos de legítima defesa ou última opção de sobrevivência? Por que foram relegados

ao esquecimento nas cartilhas do progressismo nacional? (LAMPPIÃO, nº 17, p.5, out., 1979).

A Lei de Anistia⁶² foi sancionada em 1979 e beneficiou exilados e presos políticos durante a ditadura militar brasileira. A matéria destacada problematizou a Lei da Anistia, que, indo além dos perseguidos pela ditadura, ampliou e trouxe à superfície problemas que estão presentes até hoje na sociedade brasileira: presídios superlotados, cumprimento de penas maiores do que as prescritas, inexistência dos direitos fundamentais, entre outras questões. A matéria serve-se da fotografia de uma mulher e um homem nus, que ocupa a página inteira. Nesse sentido, os corpos foram problematizados como questões políticas institucionais e sociais.

Em outro título, o jornal chama atenção para a questão do prazer sexual, que sempre foi motivo de preocupação das instituições sociais. A recuperação dos corpos e do prazer foi reivindicação presente no *Lampião da Esquina*, como fica evidente nesse título, “Não fique aí sentado esperando a Revolução, tenha um orgasmo agora!” (LAMPPIÃO, nº 36, p.4, maio, 1981). Rebelar-se contra a moral e o pudor institucionalizado estava na pauta do jornal: “Masturbação, o prazer da maioria” (LAMPPIÃO, nº 31, p.1, dez., 1980). Na época a política dos corpos também teve como mote questões que envolviam o aborto e a pílula anticoncepcional.

A reflexão a respeito dos corpos e seus prazeres foi fértil para pensar a condição na qual estavam os homossexuais com relação ao seu prazer, pois punha em evidência a autonomia dos indivíduos em relação a si. A relação dos corpos de fisiologia comuns foi tema preocupante e de intervenção desde o século XIX, época em que muito se instigou o falar sobre as práticas sexuais dos indivíduos, de que resultou a construção de verdades sobre os corpos e seus prazeres. Foi nesse cenário que Foucault (2006) rompeu com uma hipótese repressiva referente à sexualidade: esta não era proibida, mas produzida por meio de discursos. De acordo com Foucault (2006), o interessante é descortinar sobre de quem se fala, por que se fala e como se fala; só dessa forma poderemos compreender algumas relações sociais que, em um primeiro momento, são forjadas pelo dispositivo da sexualidade. Nessa perspectiva, entendemos a

⁶² Lei da anistia é a denominação popular da Lei nº 6.683, promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo em de 28 de agosto de 1979, após ampla mobilização social, ainda durante a ditadura militar. A lei estabelece que: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com esses, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

construção das homossexualidades e do personagem homossexual, que têm passado, ao longo da história, por processos de regulamentação e normatização. A verdade construída sobre a comunidade homossexual configurou suas sexualidades como negativas e, durante muito tempo, constantes na lista de patologias.

Acreditamos que o *Lampião da Esquina*, na condição de meio de comunicação, foi espaço para o debate em torno das práticas homossexuais, que visavam desconstruir uma verdade e (re)construir outra. Essa tarefa, que não foi realizada apenas pelo jornal, mas também por diversas organizações não governamentais preocupadas com o tema, que participaram do debate, o que pode ser evidenciado pelas abordagens das diversas ONGs divulgadas no/pelo *Lampião*. Ambos os espaços almejavam a possibilidade de entender a homossexualidade como mais uma vertente da sexualidade humana.

CAPÍTULO III

LAMPIÃO DA ESQUINA, A MEMÓRIA DE UM ESPAÇO-TEMPO HUMANO

O termo “imprensa” nomeia os veículos de comunicação de caráter informativo existentes na sociedade, representados pelos jornais, revistas, televisão, rádio, *fanzines* e, com o advento da *internet*, os *blogs* e *web* jornais. Para esta análise, destacamos os periódicos impressos como agentes ativos nas dinâmicas sociais.

De acordo com Luca e Martins (2006), a imprensa periódica se desenvolveu na Europa a partir do século XV após a criação da prensa móvel por Johannes Gutemberg. Os primeiros jornais começaram a ser publicados no Brasil após a chegada da Corte portuguesa em 1808, o que resultou na instalação da tipografia da Imprensa Régia, embora, conforme a autora, anos antes dessa criação já houvesse experiências na produção de impressos em gráficas clandestinas, que podemos reconhecer como os primeiros jornais alternativos. Esse drible com relação ao oficialismo da imprensa portuguesa, a única autorizada a circular pelo território brasileiro, demonstra a vontade de informação local, ou seja, de fazer circular informações cotidianas e políticas da sociedade brasileira da época.

A imprensa periódica é, entre outros meios de comunicação, um veículo de informação, propagação de ideias e agente formador de opinião, o que representa o poder intrínseco da mídia. Por meio dela, podemos enxergar os contornos de uma determinada sociedade, uma vez que, nas folhas impressas, encontramos os discursos moralistas, comportamentais, econômicos, políticos e, conseqüentemente, as transformações, os encontros e desencontros de interesses, as manipulações e os conflitos inscritos na sociedade.

Essa capacidade de refletir o cotidiano sociocultural demonstra que a imprensa escrita é um dos elementos importantes para a compreensão e reconstrução da história. Como fonte ou objeto de investigação, os jornais são suporte de vestígios que falam sobre uma época, guardam as práticas de grupos e oferecem guarida à memória coletiva.

De acordo com Jacques Le Goff (2003), a imprensa e a alfabetização tiveram um papel importante na aceleração e ampliação da memorização do saber; ou seja: a difusão de práticas culturais, antes transmitidas pela *práxis* cotidiana, agora tinham, na imprensa, ferramenta eficiente para a manutenção da sua existência, reconstrução e ressignificação de memórias e até mesmo para o silêncio destas.

A eficiência da circulação de informações pela mídia impressa interfere nos cotidianos das sociedades: diversas realidades e modos de viver são influenciados e, muitas vezes, realidades tradicionais são extintas ou significativamente transformadas. Além disso, memórias podem ser expandidas e preservadas ao longo do tempo e espaço.

Os jornais foram, durante muito tempo, ferramentas de diversos grupos sociais, os quais denunciavam, debatiam, expandiam ideias, criavam redes de solidariedade, conscientizavam e informavam sobre as suas ações e as retaliações que sofriam. Nessas condições, os periódicos tornaram-se suporte de memória para muitos grupos sociais, “cristalizando”, em folhas de papel, ações passadas. Esses vestígios são importantes às intenções de investigação histórica, pois evidenciam os eventos e as experiências no que diz respeito às práticas sociais dos membros de grupos que compõem a sociedade. Portanto, conforme Maurice Halbwachs (2006, p.72), a memória, além de ser um fenômeno individual é, antes de tudo, socialmente construída por meio do coletivo, ou seja, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, [...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”. Marc Bloch (1998, p. 229) também entende que a memória coletiva são “fatos da comunicação entre indivíduos”, ou seja: não basta lembrar ou conservar as representações referentes ao grupo; é necessário transmiti-las a seus membros mais jovens.

Por esse viés, entendemos que a memória histórica (produção historiográfica) é um pequeno segmento da memória coletiva, e os historiadores, fazendo parte da sociedade, do coletivo, são, portanto, produtores e estimuladores de memórias. A esse respeito, Pierre Nora (1981) e Halbwachs (2006) evidenciaram, no entanto, que, por mais que as palavras “memória” e “história” digam respeito ao passado, não podemos concebê-las da mesma forma. Para os autores, a memória é uma experiência vivida física ou afetivamente pelo grupo e suscetível de transformações ao longo do tempo, ou seja, a memória são os resquícios particulares de determinados grupos e sociedades. Já a história, de acordo com Nora (1993), é uma operação intelectual: problematiza, questiona e reflete sobre os grupos sociais e suas memórias, ou seja, produz ou reforça a memória por meio da intervenção investigativa. A história registra, dessacraliza e produz memória. É por esse viés que, nesta pesquisa, compreendemos os vestígios de memória e a função da história.

O *Lampião da Esquina*, jornal eleito para esta pesquisa, fez parte da mídia impressa alternativa durante a ditadura militar no Brasil, *Lampião* circulou por todo o Brasil entre os anos de 1978-1981. Naquele momento, representou e problematizou a comunidade

homossexual, participou ativamente, ao lado de outras esferas da sociedade, como organizações não governamentais, grupos teatrais, a cena literária e cinematográfica, da construção social desses indivíduos. Esses lugares formaram os espaços que habitam a(s) memória(s) dos grupos, os quais, cada um com suas peculiaridades, têm muito a dizer sobre as práticas sociais da época.

O jornal *Lampião da Esquina* é um rastro do movimento homossexual da época, que se mostrou atuante durante um período crítico da sociedade brasileira. A análise desse meio de comunicação possibilita-nos desmistificar uma época em que se cristalizou a dualidade de posições e, conseqüentemente, a produção de duas perspectivas: a dos militares e a da esquerda comunista. Há pelo menos uns 30 anos, as referências à ditadura militar se deram em torno desses dois grupos e do silêncio de outras personagens. A intenção não é reclamar quem tem mais importância, mas democratizar os espaços investigativos, apontando que a movimentação da comunidade homossexual é tão importante para compreender o período como o são a atuação da esquerda tradicional e as práticas dos militares, entre tantos outros atores sociais naquele momento.

Nesse sentido, a busca da memória do grupo vem favorecer a inserção desses sujeitos na memória desses anos conturbados da história brasileira. Pela perspectiva dos homossexuais, que levantaram questões sobre as sexualidades, os corpos e as identidades de gênero não predominantes, podemos expandir nosso olhar a outras dinâmicas sociais do período. Desse modo, tal abordagem também é necessária para que possamos compreender a realidade contemporânea das problemáticas referentes às sexualidades.

3.1 A vontade de memória

Algo que nos chamou atenção ao folharmos as páginas do *Lampião da Esquina*, mais especificamente de 12 edições, foi a preocupação, exposta, de demonstrar que o periódico estava fazendo história ou era via para a preservação das transformações que a comunidade homossexual estava provocando naqueles anos. O jornal foi construído, desde o princípio, para, além das necessidades do presente, atender um futuro, o que fica evidente no seguinte trecho: “Nós também estamos fazendo História. LAMPIÃO discute o único tema que ainda é tabu no Brasil: o prazer.” (LAMPIÃO, nº 10, p.15, março, 1979).

Os idealizadores do jornal tinham consciência de que o projeto que estavam desenvolvendo situava-os como precursores de debates ainda obscuros na sociedade brasileira e sabiam da importância das pautas eleitas pelo grupo, quer para o presente, quer para o futuro.

Isso evidencia que a representação do movimento homossexual construída no jornal tinha um objetivo determinado, característica que também é intrínseca da produção jornalística que ocupa um lugar importante como formadora e armazenadora da memória coletiva.

A noção de que a comunidade homossexual estava quebrando paradigmas na época fica clara na preocupação que o jornal demonstrou acerca do destino de toda a produção referente aos homossexuais naquele momento:

MEMÓRIA GUEI. De alguns anos para cá, a Imprensa Brasileira tem dado um certo destaque a Questão Homossexual. Ensaios, entrevistas, matérias, reportagens e contos, têm sido publicados frequentemente em jornais e revistas de norte a sul do país. Para que todo esse material não se perca no tempo e no espaço, o Jornal Lampião resolveu organizar uma Memória de tudo que tenha sido publicado sobre homossexualismo e as ditas minorias. Para isso, pedimos a colaboração dos leitores, que enviem-nos recortes (original ou xerox) desse material com a indicação da fonte e data de publicação. Lampião da Esquina: Caixa Postal 41.031, Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20.400. (LAMPIÃO, n° 24, p.11, maio, 1980).

A ameaça do esquecimento⁶³ foi motivo de preocupação por parte dos idealizadores do jornal, que se tornou um dos primeiros espaços a dar guarida aos vestígios produzidos no entorno da comunidade homossexual até o início da década de 1980. Nesse sentido, preservar a memória do grupo tornou-se estratégia que, conforme Michael Pollak (1989), está estreitamente ligada ao sentimento de identidade e de pertencimento social. Tanto o acúmulo de vestígios materiais ou simbólicos de um tempo como a consolidação de identidades são estratégias políticas que se formam conforme as necessidades do presente e que, a qualquer momento, podem ser despertadas dos arquivos como instrumentos de ação.

Por esse viés, podemos compreender a memória como um saber de um tempo, que pode ser hegemônico ou subterrâneo, que possui propósitos numa sociedade mesmo quando as memórias estão silenciadas. Esse saber que dá forma à memória não é espontâneo, mas produzido por um discurso cheio de intenções (o poder), de modo que a memória e a sua conservação não são naturais. É aí que reside o trabalho do historiador: desconstruir as dinâmicas pelas quais a memória se alimenta, se transforma, se cala e se cristaliza.

⁶³ O esquecimento é muitas vezes tratado como uma ameaça à memória, porém Andreas Huyssen (2014) e Joël Candau (2014) chamam nossa atenção para o fato de que o esquecimento faz parte da própria construção da memória; o esquecimento é o que “lapida a memória”, é o que dá forma e sentido à lembrança. “A memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso de restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou membros de um grupo fazem de si próprios” (CANDAU, p.127).

Como informa Nora (1981), os lugares de memória podem ser: os museus, arquivos, casas de cultura, institutos históricos, entre outros, criados para manter viva a memória de um grupo ou uma nação, para manter um vínculo de pertencimento e identificação entre os indivíduos. Tal preocupação decorre do volume de informações que influenciam uma determinada sociedade ou grupo, pois que chegam aos indivíduos causando transformações e ressignificações dentro de uma dinâmica cotidiana que, até o contato com outras realidades, sofria pouca alteração. Portanto, os lugares de memória se justificam pelo medo do esquecimento e pelo que as diversas informações podem causar em determinados núcleos sociais.

Tradicionalmente, esses lugares de memória foram responsabilidade do Estado ou de instituições vinculadas ao Estado, ou seja, universidades, museus, arquivos, entre outras. Portanto, o trabalho de enquadramento da memória, no sentido proposto por Pollak (1989), ou o ato de lembrar ou esquecer, está a cargo de um poder institucional, porém os indivíduos e grupos estão se apoderando da possibilidade de preservar a sua memória, e o poder de escolha daquilo que merece ser cristalizado está também sob responsabilidade dos próprios sujeitos envolvidos com os eventos do passado. É o caso de muitas comunidades no interior do Brasil, que, por iniciativa particular, constroem o seu lugar de memória. Também é o caso da potencialidade que a tecnologia proporciona a esses grupos: o computador e a internet dão condições para o armazenamento de rastros do passado e sua divulgação em larga escala.

A preservação do *Lampião da Esquina* é um exemplo da independência do ato de conservar parte de um passado por meio dos indivíduos envolvidos no ativismo LGBT. Por iniciativa dos membros do grupo, neste caso Luiz Mott e o Grupo Dignidade, o jornal saiu do arquivo e penetrou nas redes cotidianas da comunidade homossexual. Ação que demonstra uma tentativa de democratização da memória, que representa uma estratégia de ação na sociedade. O ato de fazer que o passado seja lembrado pelos integrantes do grupo é uma tática para as ações do presente.

Acreditamos que essa vontade de memória evidenciada em nossa contemporaneidade vai além da aceleração da história proposta por Nora (1981, p. 7), para quem assegurar vestígios do passado é a maneira de reagir à rapidez do presente provocada pelo intenso fluxo de informações:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de

vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo de terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.

Joël Candau (2014) aplaude essa reflexão quando aponta que o desaparecimento da memória a que Nora (1981) se refere corresponde à falência das memórias unitárias. O autor observa a multiplicação de memórias particulares que reivindicam sua própria história, fato que explica a ausência de memórias organizadoras em larga escala e a manifestação de diversos grupos para tomar as rédeas de seu passado particular, ação que resulta em memórias fragmentadas. Afirma o pesquisador: “As memórias contemporâneas seriam mosaicos sem unidade, feitas de fragmentos das grandes memórias organizadoras que foram despedaçadas, de pedaços compostos, restos divergentes, traços heterogêneos, testemunhos opostos, vestígios incoerentes.” (CANDAUI, 2014, p.188).

Portanto, essa vontade de memória justifica-se pela autonomia assumida pelos indivíduos pertencentes a grupos específicos em preservar os vestígios por eles produzidos ao longo do tempo. Ou seja: os sujeitos tomam a frente do seu próprio passado, conservando ou criando os monumentos que contemplam realidades e práticas do passado de uma região, de uma comunidade/grupo ou até de algum personagem representativo de uma determinada sociedade.

A construção da memória, de um grupo ou Estado, sempre tem propósitos específicos para cada caso, mas geralmente estes são referentes às esferas políticas ou culturais. Ostentar uma memória coletiva e fazê-la prevalecer em relação às demais é sinônimo de poder; demonstra como o grupo está coeso e, por isso, forte. Nessas condições, fazer prevalecer e impor, nas relações hierárquicas ou verticais, uma memória coletiva é silenciar as demais, ou seja, uma forma de subjugar (o poder) o “outro”. Já nas relações sociais horizontais, a tentativa de legitimar uma memória coletiva justifica-se por acomodar uma determinada memória no corpo social. Nesse sentido, cada sociedade vai lidar de forma específica com a sua memória e sua aceção, como bem nos mostra Jacques Le Goff (2003), no livro *História e Memória*.

Além do sentido oferecido por Halbwachs (2006), para quem a função principal da memória coletiva seria manter a coesão e a continuidade dos grupos, propomos-nos compreender a memória no que se refere à identificação entre os sujeitos que, por meio da escolha (LE GOFF, 2003), em um determinado tempo e espaço, constroem sua memória. Ou seja: concebemos a constituição de uma memória coletiva numa perspectiva descontínua, que obedece às necessidades de momentos específicos das sociedades. Para desvendar os motivos

da existência ou inexistência de determinadas memórias, é necessário pensar no que Foucault (2013) propõe: fazer da história uma contramemória, ou seja, analisar a memória por meio da desnaturalização e da desconstrução dos seus barulhos e silêncios em determinadas épocas, buscar o não dito sobre o passado.

A relação entre memória e identidade é algo consolidado nas análises dos autores utilizados para esta reflexão, como Nora (1981); Le Goff (2003); Candau (2014); Halbwachs (2006); Pollak (1992). A identidade, no sentido de identificação entre os atores sociais, é instrumento de aproximação entre os indivíduos, e essa identificação produz memórias. Nessa perspectiva, entendemos o *Lampião da Esquina* como um jornal que resultou de um período específico da sociedade brasileira, quando esforços referentes à construção da imagem de um grupo foram potencializados. E isso indica uma movimentação significativa da comunidade homossexual, que foi interrompida com o advento da Aids na década de 1980. A imagem do homossexual ligou-se à Aids; expressões como “câncer gay” foram difundidas no mundo, e esses indivíduos foram silenciados mais uma vez. Após 30 anos, a questão homossexual (re)emerge na sociedade e, com ela, parte de um passado ressignificado que vem servir a propósitos do presente.

A comunidade homossexual do século XXI está emergindo, assumindo-se e reivindicando lugar legítimo na sociedade brasileira e mundial. São projetos que objetivam, desde a circulação em lugares públicos comuns a todos, a espaços nas esferas de proteção do Estado, por meio de leis que assegurem sua integridade física e moral. Essa movimentação também provoca reivindicações de um passado, de um lugar ativo na história, de uma memória coletiva que vai além da conquista em si, mas como o próprio instrumento de poder na contemporaneidade.

3.2 *Lampião* no século XXI

Como refletimos até agora, entendemos que a memória coletiva é construída em um determinado tempo e espaço, os quais são específicos, descontínuos e podem ser ressignificados em outras realidades sociais distintas daquela em que foram produzidos. Por meio da escolha, consciente ou inconsciente, cada lembrança⁶⁴ é eleita ou esquecida pelo coletivo. Outra

⁶⁴ De acordo com Maurice Halbwachs (2006), as lembranças são as construções feitas por nós de determinados fatos ou objetos, os quais se tornam provas de certos acontecimentos. Ou seja: o fato vivo se transforma em imagens e, conseqüentemente, em lembranças.

característica da emergência de memórias diz respeito à realidade vivenciada por determinados grupos na sociedade, o que vai potencializar o retraimento ou o transbordamento das memórias que envolvem o coletivo. Nesse sentido, o aparecimento de memórias subalternas faz aflorarem conflitos entre memórias estabelecidas; estas construídas e impostas por meio das relações de poder e que se tornam organizadoras da ordem social. Essas memórias paralelas desestabilizam, fragmentam e provocam movimento nas identidades estabelecidas, o que impulsiona a construção de novas identidades.

Nessa perspectiva, vamos analisar um jornal que, entre tantos outros suportes, reflete a realidade da comunidade homossexual em um momento específico da história brasileira. *Lampião* fez parte de uma produção intensa de materiais direcionados ao público homossexual do início da década de 1960 até o início de 1980. A partir das décadas de 1980 e 1990, evidenciamos outra realidade referente às dinâmicas homossexuais: o silêncio e o monopólio discursivo sobre esses sujeitos transformou a realidade social do grupo. Por fim, tratamos do reaparecimento público do personagem homossexual, com outra roupagem, nos primeiros anos do século XXI.

Partimos mais especificamente do ano de 1961, quando o grupo Turma OK⁶⁵ foi fundado na Lapa/RJ. Por meio desse grupo, foram publicados alguns boletins que refletiam a dinâmica social dos homossexuais da época, tais como: *Snob* (1963-1969), *Darling* (1968) e *Gente Gay* (1976-1978). No ano de 1962, funcionou na cidade do Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Imprensa *Gay*, que foi dirigida por Agildo Bezerra Guimarães e Anuar Farah, que foi fechada pelo regime militar anos mais tarde. Conforme o próprio *Lampião*, circularam no Rio de Janeiro, entre os anos de 1960-1970, aproximadamente quinze títulos que refletiam a questão homossexual. A imprensa homossexual também foi ativa na cidade de Salvador, onde, conforme Marcus Antônio Assis Lima (2007), circularam os seguintes títulos: *Fatos e Fofocas* (1963-1967), *Zéfiro* (1967), *Baby* (1968) e *Little Darling* (1970).

Além da produção periódica alternativa, a produção artística foi potencializada como instrumento de reflexão sobre as sexualidades inerentes à sociedade da época. Um bom exemplo é o do grupo teatral chamado *Dzi Croquettes* (1970). O grupo, formado por homens, homossexuais, que se travestiam de mulher, colocava em xeque os padrões referentes à sexualidade da época. O principal objetivo do grupo era questionar, de forma debochada e irônica, a realidade comportamental e política do cenário brasileiro do período. A ideia principal

⁶⁵ Segundo os próprios participantes, a Turma Ok é uma confraria *gay*, o mais antigo coletivo *gay* no Brasil, que está ainda em atividade.

da trupe era: “Não somos mulheres, não somos homens, nós somos gente!”⁶⁶; claro questionamento sobre as questões dos gêneros feminino e masculino.

Na música, o álbum dos Secos & Molhados (1973) foi destaque no que diz respeito aos questionamentos comportamentais da época. Desde as indumentárias dos integrantes, que abusavam na maquiagem, nas roupas exóticas, nos acessórios e na exposição dos corpos seminus, até as letras provocativas, como a música “O vira”, temos claros exemplos de que a temática sobre as sexualidades estava ganhando cada vez mais espaço por meio da arte.

Nas artes plásticas, destacamos Darcy Penteado, que, em 1973, apresentou sua arte em telas numa exposição onde os corpos nus emanavam provocações ao conservadorismo da época. Mais tarde, Penteado compartilhou sua arte nas folhas do *Lampião da Esquina*, na condição de um dos principais ilustradores do jornal, que, sempre com traços simples, conseguia sugerir mensagens que evidenciavam as homossexualidades.

Nos espaços acadêmicos, o professor Peter Fry foi um dos primeiros estudiosos a contribuir com o debate sobre as homossexualidades na década de 1970. Ele inspirou uma geração de pesquisadores, entre os quais destacamos: Carmen Dora Guimarães, Luiz Mott, Edward MacRae, James N. Green, Nestor Perlongher, Richard Parker e Veriano Terto Júnior. Todos esses estudiosos foram precursores de reflexões que abarcavam o sujeito homossexual não mais como anormal ou patológico, mas como indivíduo inserido na sociedade, cujas problemáticas o colocavam em posição marginal e estigmatizada.

Nesse mesmo período, o movimento feminista brasileiro começava a questionar o papel da mulher na sociedade. De acordo com Joana Maria Pedro (2010, p.115), a Segunda Onda do Feminismo⁶⁷ começou a despontar na América Latina. No caso do Brasil, a autora destaca que,

O feminismo que surgiu durante a ditadura militar no Brasil, esteve diretamente envolvido com grupos de esquerda. Salvo raras exceções, a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo, nesse período, participava de grupos de resistência, era simpatizante ou tinha familiar envolvido nestas lutas.

Os estudos feministas que começaram a se configurar a partir da década de 1970 foram de extrema importância para o (re)pensar a questão homossexual, isso porque o movimento

⁶⁶ Trecho extraído do documentário *Dzi Croquettes*, dirigido por Tatiana Issa e Raphael Alvarez em 2009.

⁶⁷ Costuma-se chamar de feminismo de “Segunda Onda” o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo e ao prazer e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. É assim chamado para se diferenciar do que é considerado como “Primeira Onda” do feminismo, movimento que esteve centrado na reivindicação de direitos políticos para a mulher— como o de votar e ser votada (ou eleita). Há discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo. (PEDRO, 2010, p.115).

feminista daquele período trouxe para o debate questões relacionadas ao corpo e ao prazer, que eram uma das principais pautas do movimento homossexual da época, como como podemos evidenciar em nossas reflexões sobre *Lampião da Esquina*.

No final dos anos de 1970, organizações não governamentais direcionadas para o público homossexual se formaram. Os coletivos Somos, Eros e Libertos são os primeiros a se organizar no final da década de 1970, incentivando a formação de outros em diversas cidades brasileiras. Essas ONGs representavam a comunidade homossexual nos debates sobre as minorias e promoviam encontros para reflexão sobre a situação a que estavam expostos os sujeitos homossexuais.

O sujeito homossexual marcava presença na grande mídia, mais especificamente no jornal *Última Hora*, na cidade de São Paulo, em 1976. Esse periódico deu guarida à “Coluna do meio”, que teve como idealizador o jornalista Celso Curi. Foi o primeiro espaço oficial direcionado ao público homossexual, porém, em decorrência da pressão de grupos econômicos que sustentavam o jornal e de questionamentos dos próprios leitores, o espaço foi extinto. E o jornalista responsável pela coluna sofreu investigação policial por atentado ao pudor.

Esses são alguns traços que marcaram a comunidade homossexual entre as décadas de 1960-1970, quando se podia constatar a existência de uma movimentação significativa sobre as questões referentes às homossexualidades. Uma produção reflexiva estava em formação, expandindo e fortalecendo o grupo, porém a chegada dos anos 1980 influenciou o processo pelo qual o grupo se constituía no que diz respeito ao espaço público.

O início dos anos de 1980 foi marcado pela eclosão da epidemia da Aids no mundo, que acreditamos ter sido um fato que influenciou o processo de formação da comunidade homossexual, iniciado desde a década de 1960. Nos primeiros anos da descoberta da Aids, o sujeito mais atingido moralmente pela doença foi o homossexual, como podemos evidenciar pelos termos utilizados à época para se referir à epidemia: “câncer gay” ou “peste gay”. Essa representação da Aids como uma doença específica e proliferada pelo público homossexual provocou uma repulsa social, que se justificava pelo receio de uma epidemia. Só um pouco mais de um ano após a identificação dos primeiros casos se constatou que todos os seres humanos estavam vulneráveis à síndrome, porém a associação do vírus aos homossexuais já estava consolidada no imaginário popular.

Por outro lado, tal situação provocou cada vez mais uma aproximação do Estado à comunidade homossexual. A parceria com o poder público foi acionada para o combate da Aids e conscientização do grupo quanto ao risco de uma epidemia. Vale lembrar que o Estado

investiu na conscientização de todo o corpo social, independente de gênero e “orientação” sexual, principalmente no que diz respeito a publicidade do uso de preservativo nas relações sexuais. Na esteira de Foucault (1988), podemos descrever essa intervenção como uma ação biopolítica, ou seja, uma série de intervenções e controles reguladores direcionados à comunidade homossexual, sob a justificativa de preservação da saúde do corpo social. Tal ação potencializou a criação da categoria LGBT e de políticas públicas específicas direcionadas à saúde do grupo. Nesse cenário, merecem menção as ponderações de Miskolci (2011, p. 50):

Em suma, a epidemia de HIV/aids foi um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade como um todo, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades. Nesse novo contexto, o dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo.

A *heteronormatividade*⁶⁸, uma das principais estratégias de regulação e controle produzidas pelo *dispositivo de sexualidade*⁶⁹ no final da década de 1980, com o advento da epidemia da Aids, passaria a normatizar, conforme Richard Miskolci (2009), as práticas homossexuais: a pressão social vai além de uma *heterossexualidade compulsória*⁷⁰ (o indivíduo é forçado a ser heterossexual); o objetivo é influenciar as relações afetivas homossexuais para que sigam os padrões heterossexuais, sendo a monogamia a base dos relacionamentos.

Conforme Júlio Assis Simões e Regina Facchici, o final dos anos 1980 e início 1990 configurou sob novas roupagens o movimento LGBT: agora influenciado pela presença da biopolítica, receberia financiamento de projetos direcionados à comunidade homossexual, faria que o grupo assumisse formas diferentes da imagem potencializada nos anos 1970. Essa

⁶⁸ Para Miskolci (2012), a heteronormatividade é a nova ordem sexual do século XXI; seus principais preceitos são um modelo de vida afetiva coerente com o modelo heterossexual (monogâmico), e uma identidade de gênero coerente com o sexo (ser homossexual sem parecer *gay* ou *lésbica*); é “uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico ‘sexualidades’ que evidencia seu objetivo”: formar todos para ser heterossexuais ou organizar “suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”. (MISKOLCI, 2009, p. 157). O autor acredita que, a partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) da homossexualidade, é visível o início de uma investida *heteronormativa* na vida da população homossexual.

⁶⁹ Segundo Judith Revel (2005), a expressão *dispositivo de sexualidade* é central para a compreensão do pensamento de Michel Foucault. O conceito abarca um conjunto heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, que agem nos corpos, nos órgãos sexuais, nos prazeres, nas relações de aliança, nas relações interindividuais, entre outros setores.

⁷⁰ Judith Butler (2003) esclarece que tal norma faz referência à obrigatoriedade dos indivíduos de ser heterossexuais: todos que desviem desse princípio são considerados anormais ou doentes que precisam de ajuda médica. A maior manifestação da heterossexualidade compulsória é a prática da homofobia, ou seja, a repulsa e o preconceito contra os homossexuais, expressos pela violência física ou moral.

aproximação com o poder público tornou legítimo, ainda que de forma tímida, o movimento LGBT na sociedade da década de 1990, de acordo com Simões e Facchini (2009, p.61 e 62):

A partir dos anos 1990, podemos identificar a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, bem como com a formação de quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. Esse novo formato sedimentou-se, em boa parte, por meio da experiência das ONGs-Aids, nas quais atuaram muitos militantes vindos do período anterior, bem como outros recrutados nesse momento. Grupos e associações ganham acesso a recursos e infraestrutura, mas a demanda pelos financiamentos governamentais e internacionais passou a produzir também um ambiente bastante competitivo, em que as disputas se exercitam não apenas nos fóruns da militância, mas nos grupos e listas de discussão da internet, cada vez mais numerosos.

Na percepção dos autores, a principal forma de ação do grupo LGBT foram as ONGs, que, junto ao poder público, propuseram ações e solicitaram investimentos. Outro fator que contribuiu para a organização de associações foram as preocupações com as (novas) identidades. Só o fato da criação da categoria LGBT⁷¹ evidencia a preocupação do grupo em deixar claro que a comunidade homossexual era composta de subgrupos distintos, o que refletiu na diversidade de ONGs e associações. Eventos direcionados ao lazer/política, como a Parada do Orgulho *Gay* e o Miss *Gay/Transexual/Travesti*, também foram criados na década de 1990. Percebemos que a movimentação homossexual do final do século XX diferenciou-se muito das décadas de 1960 e 1970, que atuaram de forma completamente autônoma, com objetivos menos institucionais e mais voltados para a existência pública desses indivíduos e as problemáticas inerentes às práticas entre eles e a sociedade.

A primeira década do século XXI vai mostrar-se ainda mais plural. As questões referentes às identidades de gêneros, “orientação” sexual e política institucional começariam a provocar um profundo debate, que se vem refletindo nos espaços públicos, provocando uma intensa discussão em vários âmbitos da sociedade, segundo Simões e Facchini (2009, p.18):

As reivindicações do movimento LGBT têm ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito

⁷¹ LGBT ou LGBTTT, se refere à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, é muito utilizado no Brasil do século XXI, contudo na história recente LGBT encontramos outros termos que foram utilizados como GLS; GLBS; GLBT; LGBTS; LGBTTIA; e, LGBTI. Este último é a sigla mais utilizada por entidades governamentais como a ONU.

nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos através do judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comunidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans.

As mídias sociais desempenham papel importante na ampliação da reflexão acerca das problemáticas e reivindicações da comunidade LGBT. Por meio de *sites* e *blogs* especializados ou ecléticos, as informações referentes às homossexualidades chegam ao grande público. Revistas em formato digital, como: *Coletivo Geni*, *Revista Memória LGBT*, canal no *YouTube Põe na Roda*, [*SSEX BBOX*] são quatro entre tantos outros espaços disponíveis na *web* para se discutirem questões voltadas para as relações de identidade de gênero e “orientação” sexual. Na maioria das vezes, esses *blogs* são criados de forma independente e com a colaboração de muitos usuários de diversas áreas.

Acreditamos que o computador e a *internet* se tornaram ferramentas de interação que possibilitaram um intenso fluxo de informações, que alteraram a dinâmica das relações sociais, em especial da categoria LGBT. De acordo com Manuel Castells (2005), a tecnologia da comunicação e informação não determina a sociedade, mas ela é a sociedade; isso porque é a sociedade que dá forma à tecnologia conforme as suas necessidades e interesses. A tecnologia não tem vida própria; ela precisa do raciocínio e da engenhosidade dos seres humanos para se tornar produtora de dinâmicas sociais; caso contrário, seria um projeto fracassado.

Conforme o autor, as redes de tecnologia estão potencializando de forma distinta as dinâmicas no que diz respeito às redes sociais, que, como Castells (2005) destacou, sempre existiram. A configuração na qual as redes de tecnologia se moldaram (e continuam se moldando) gira em torno da descentralização e autonomia dos indivíduos, os quais são produtores de conhecimento e compartilhadores de informação. Essa nova vertente de interação das redes possibilita novas dinâmicas sociais, conforme identificamos com relação ao movimento no espaço público em que está inserida a categoria LGBT, entre outros segmentos sociais.

Por meio das tecnologias da informação, a comunidade LGBT está ampliando a reflexão referente às homossexualidades, o que, conseqüentemente, constrói terreno seguro para as suas ações políticas e sociais. Nessas condições de produção, as tecnologias da informação, além de

promoverem um debate intenso acerca das sexualidades, estão possibilitando a construção e a divulgação de uma memória LGBT.

Por esse viés, evidenciamos a intensa disponibilidade, na *web*, de artigos, livros, dissertações e teses acadêmicas voltadas para a investigação de questões referentes às homossexualidades; o compartilhamento de materiais audiovisuais que evocam o passado da comunidade LGBT, por meio de filmes e documentários; a criação e divulgação de espaços específicos da memória LGBT, das quais destacamos projetos já concretizados como: a criação da Rede LGBT de Museologia Social, ocorrida no último Fórum Nacional de Museus (2012); o Museu da Sexualidade (Salvador, Bahia), criado pelo Grupo *Gay* da Bahia (GGB), em setembro de 2008, primeira instituição de memória do país que abarca o tema da sexualidade; e, as exposições *Sim, estou vivendo: Registros fotográficos de uma sociedade plural e do babado* e *Registros de uma sociedade plural e homofóbica*, promovidas pelo Museu da Bandeiras (IBRAM-Minc), primeiro espaço federal a contemplar a questão LGBT em suas exposições temporárias. Entre os projetos em andamento: a inclusão da comunidade LGBT, no Museu do Círio de Nazaré (Pará), o que se justifica pela participação do grupo no fim da procissão do Círio, quando ocorre a festa das Filhas das Chiquita; o reconhecimento de espaços e festas de sociabilidade LGBT na qualidade de patrimônio nacional, tal qual o Cabaret Casanova (Lapa, RJ), a mais antiga casa noturna do gênero em funcionamento no Brasil, e as Paradas *Gay* em diversas cidades brasileiras.

O trabalho de evocação do passado ainda pode ser evidenciado na emergência do *Lampião da Esquina*, que, além de estar disponível para *download* na *internet* a quem estiver interessado, está presente em muitas discussões pertinentes à comunidade LGBT, em publicações acadêmicas, midiáticas e autônomas. *Lampião* tornou-se uma das referências de um passado, que está sendo reivindicado nos últimos anos pelo grupo. O jornal faz parte de uma memória que está em transbordamento e construindo-se conforme os interesses conscientes e inconscientes não apenas do grupo, mas da sociedade como um todo. Nesse processo, há o trabalho de seleção e interpretação que dará forma ao passado da comunidade LGBT conforme os seus objetivos do presente.

Na perspectiva segundo a qual a construção da memória é instrumento das dinâmicas saber/poder potencializado pelas relações do presente, entendemos que as ações provocadas pela comunidade LGBT no início do século XXI desencadearam uma vontade intensa de memória. Essa busca de um passado comum do grupo justifica-se em dois pontos. O primeiro corresponde à construção de uma memória comum no sentido de coesão dos membros do grupo

por meio da identificação de um passado. Halbwachs (2006) utiliza o termo “comunidade afetiva” para descrever a utilização da memória como estratégia de identificação entre os membros de um determinado grupo. O segundo refere-se à alocação de um grupo em um passado em que foi silenciado e marginalizado, ao questionamento de uma memória dominante. A proposta da incorporação de personagens ausentes numa primeira produção discursiva de um passado é identificada por Foucault (2006) como um trabalho de contramemória.

Essas duas direções que a memória pode percorrer levam-nos à seguinte reflexão: a construção da memória LGBT possui objetivo certo, de legitimar as ações e reivindicações da comunidade no presente, por meio da coesão, pela identificação dos indivíduos e do reconhecimento das ações do grupo em um determinado período histórico. Nesse sentido, entendemos a memória como uma produção discursiva e instrumento nas relações de poder que envolvem o grupo na sociedade do século XXI. Conforme Pollak (1989, p. 5), “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]”. Portanto, a produção da memória LGBT não é estática, mas está em constante movimento e diálogo com os diversos segmentos sociais; e sua cristalização ocorrerá após intensas negociações nas esferas institucionais da sociedade.

Evidenciamos que a atuação do *Lampião da Esquina*, durante a ditadura militar brasileira, vem sendo mencionada em livros⁷², teses⁷³, dissertações⁷⁴, monografia⁷⁵ e em diversos espaços, especializados ou não. A última menção ao jornal foi na Comissão da Verdade⁷⁶, quando foram mencionadas as perseguições contra a população LGBT durante o período militar. Nesse sentido, *Lampião* é evocado, pois foi alvo da ditadura, sofreu inquérito, foi investigado e seus idealizadores perseguidos por quase um ano, acusados de atentado ao pudor.

⁷² COELHO, V., *Lampião da Esquina: porta voz dos homossexuais (1978-1981)*.; SIMÕES, A. C., *E havia um Lampião na Esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980)*.; GREEN, J., QUINALHA, R. *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e as busca pela verdade*.

⁷³ BRAYNER, A. R. A., *Lampião: um bandido social?: análise discursiva da revista Lampião da Esquina*.

⁷⁴ BANDEIRA, M. L. G. *Será que ele é? Sobre quando o Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa*.; HEEREN, J. A. C. *O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião*.

⁷⁵ MOSQUEIRA, D. S. B., *Acorda Maria Bonita: representações femininas nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981)*.

⁷⁶ Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que tem por objetivo investigar violações de direitos humanos consideradas graves e ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil, executadas por agentes do Estado. No dia 29/03/2014, foi realizada uma audiência pública sobre “Ditadura e homossexualidade no Brasil” no Memorial da Resistência, sede do antigo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) na cidade de São Paulo, momento em que refletiram sobre a perseguição que a comunidade homossexual sofreu no período de 1964-1985. O debate contou com a presença da Marisa Fernandes, professora da PUC-SP e militante LGBT, e com o professor brasileiro James Green e militante LGBT.

Tal ação rompe com a ideia maniqueísta de que a ditadura militar brasileira foi composta basicamente pela direita (militares) e a esquerda (comunistas), possibilitando desnudar a ação de outros grupos que questionaram o regime militar, não apenas pelo viés da esquerda tradicional, mas também por meio da problematização dos padrões comportamentais existentes à época. As ações da comunidade homossexual das décadas de 1960 e 1970 refletiram a política pelo viés da sexualidade: ao problematizarem o corpo, o desejo e o prazer, acabavam problematizando o corpo social como um todo em todas as instâncias de poder.

É evidente que os estudos sobre o período da ditadura militar brasileira negligenciaram, em sua maioria, a existência ativa do movimento homossexual durante o governo militar. As pesquisas acadêmicas voltadas para esse período ainda continuam colaborando para uma representação binária desse passado, entre esquerda *versus* direita. Mesmo com os esforços de uma parcela de pesquisadores interessados pela diversidade de indivíduos que resistiram à ditadura, continuamos reproduzindo uma perspectiva dualista das forças atuantes no período.

Ainda destacamos as ações da própria comunidade LGBT, que, por meio de esforços particulares, ou seja, longe de todas as esferas do poder público, têm procurado desnudar o passado do grupo de forma estratégica para a legitimação de suas práticas reivindicatórias do presente. A memória, para além da afirmação identitária, evidencia um instrumento de resistência. De acordo com Pollak (1989), essas memórias clandestinas submetidas a um longo silêncio estão longe de serem esquecidas; mesmo no subterrâneo, conduzem o seu trabalho de subversão porque não se deixam esquecer e, de maneira sutil, reconstróem-se e emergem no corpo social, em momentos propícios, como instrumento para legitimar-se e, conseqüentemente, exigir os seus interesses.

Estamos presenciando, no século XXI, uma significativa atuação e avanços da comunidade LGBT na sociedade, especialmente no que diz respeito a reivindicações de direitos junto ao poder público. Muitas conquistas foram concretizadas nesse início do século XXI, tais como o casamento civil homoafetivo desde 2013, que garante os direitos aos envolvidos em caso de morte ou divórcio; e a implantação, desde 2008, do processo transexualizador⁷⁷ no Sistema Único de Saúde (SUS), vale lembrar que este ainda é um processo muito burocrático e exige muita paciência dos envolvidos. Também está a caminho a legitimação da utilização do nome social pelo qual as pessoas que se classificam como trans⁷⁸ preferem ser chamadas pelos

⁷⁷ O processo cirúrgico de adequação do corpo biológico à identidade de gênero do indivíduo.

⁷⁸ A expressão “trans*” é um termo “guarda-chuva”, utilizado por algumas das pessoas que se declaram em situações de trânsito identitário de gênero. As pessoas trans*, em maioria, podem ser consideradas sujeitos que vivenciam experiências entre gêneros. Por terem um gênero atribuído na gestação ou nascimento que não as contempla (feminino/masculino) e pelo fato de se identificarem com um gênero distinto desse, vivenciam

órgãos públicos e, conseqüentemente, pela sociedade. Até o momento, estabelecimentos de ensino público poderão, mediante a solicitação dos envolvidos, utilizar o nome social. Contudo, o reconhecimento das Travestis e Transexuais como pertencentes ao gênero feminino ainda são barradas numa simples ida ao banheiro. Nesse cenário, evidenciamos que, ao mesmo tempo em que existe um empenho por parte do grupo para concretizar seus direitos, há um trabalho de reconstrução e exposição de um passado no qual a população LGBT esteve ativa, anunciando, em momentos históricos específicos, sua atuação na sociedade.

Entendemos o jornal *Lampião da Esquina* como parte de um passado ativo; não o único, mas um dos mais expressivos e que está sendo convocado constantemente por pesquisas acadêmicas, pela comunidade LGBT e pelo poder público. A lembrança frequente do jornal pode ser justificada pela circulação contínua em três anos consecutivos, pelo forte trabalho ativista desempenhado pelo periódico à época e pelo considerável prestígio de seus idealizadores, que, em sua maioria, eram intelectuais estabelecidos profissionalmente. Esses elementos fazem de *Lampião da Esquina* uma das mais expressivas fontes do passado recente, no qual se tornou evidência concreta da participação dos indivíduos homossexuais nas redes de relações que têm composto a sociedade brasileira.

experiências entre gêneros. Estão entre o gênero de atribuição e o de identificação. (MARANHÃO FILHO, 2002, p. 91).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a pesquisa aqui desenvolvida como mais um olhar direcionado ao *Lampião da Esquina*, entre tantas investigações em que o jornal foi protagonista, o que deixa evidente a importância do jornal como testemunho de um passado que envolve indivíduos que a história negligenciou por tanto tempo. É notável que, nos últimos anos, a academia vem lançando questionamentos às masculinidades, que ultrapassaram os limites do homem branco, viril, heterossexual, monogâmico, heroico e protagonista de todas as dinâmicas sociais. A própria manifestação da população homossexual, que começou a reivindicar espaço na sociedade desde a década de 1960, por meio dos seus corpos e prazeres, levantou questionamentos em torno dos padrões heteronormativos e nos apontou tantas outras possibilidades de arranjos sexuais/afetivos/identitários. É nesse sentido que esta investigação procurou trilhar, na tentativa de desmistificar as verdades construídas sobre o ser masculino.

Esta dissertação evidenciou algumas interpretações levantadas após a análise do jornal *Lampião da Esquina*. Entre elas, destacamos o discurso do jornal, cujo principal objetivo era o questionamento do modo como a grande mídia jornalística abordava a *heterossexualidade compulsória*, expressando sua posição e demonstrando outras maneiras de se conceber a sexualidade humana. Consequentemente, ao questionar as relações sexuais e afetivas tradicionais, *Lampião* estimulou a reflexão sobre o movimento homossexual que estava se formando naqueles anos, o que pode ser evidenciado pela forte participação dos envolvidos com o jornal em encontros, congressos e organizações não governamentais que se articularam entre os anos de 1978-1981.

É muito claro que o período que se estende entre os anos de 1960 e 1970 abrigava uma sociedade com indícios *heteronormativos*, com a despatologização da homossexualidade na década de 1970. A partir do final da década de 1980, depois da descoberta da Aids, o Estado viu-se na obrigação de se aproximar de diversos segmentos sociais, entre eles a população homossexual, para a promoção de políticas públicas para a saúde do corpo social e prevenção a uma possível epidemia da Aids. Na década de 1990, encontramos uma maior investida da *heteronormatividade*: seja homossexual, mas siga as normas heterossexuais, aja de acordo com a sua fisiologia, case, pratique a monogamia e tenha filhos. Nessa perspectiva, compreendemos que o jornal atuou dentro de uma sociedade em transição no que diz respeito à população homossexual: de uma ordem de base *heterossexualidade compulsória* para *heteronormativa*.

O jornal assumiu o seu espaço, na condição de mídia impressa alternativa. Nos últimos anos da ditadura militar brasileira, *Lampião* foi uma alternativa para a reformulação da representação dos indivíduos da população homossexual, na tentativa de desmistificar a imagem desqualificada e negativa do grupo. Todo o esforço do jornal referente à desconstrução do personagem homossexual tradicional estimulou a construção de identidades e pluralidade na comunidade homossexual, como fica evidente no uso de expressões e no estabelecimento de territórios físicos que se tornaram referência do grupo até hoje.

O jornal *Lampião da Esquina* foi um segmento da mídia impressa alternativa da época que questionou a ditadura militar pelo viés da sexualidade, fazendo, dos seus corpos, prazeres e arranjos afetivos, espaço de enfrentamento político. Ao questionar os padrões sexuais e afetivos, também questionava os padrões políticos tradicionais tão bem representados pelos militares. Essa abordagem desmistifica a dicotomia de lutas do período ligado à direita (militares) e à esquerda (comunista).

Por fim, evidenciamos significativas referências ao *Lampião* no século XXI; é o jornal dos anos 1970 consolidando-se como principal testemunho do passado do movimento LGBT brasileiro. Isso reflete a própria organização do movimento contemporâneo, que tem buscado legitimar as ações do passado e localizar os sujeitos homossexuais como participantes ativos da História do Brasil. O jornal é, sem sombra de dúvida, um dos importantes vestígios que dá guarida às dinâmicas sociais desencadeadas no âmbito da sexualidade. A memória tão reivindicada por grande parte da população LGBT na contemporaneidade é uma evidência da importância da legitimação desses indivíduos como participantes ativos da história, o que demonstra o poder da memória como instrumento de ação do presente. Além disso, a memória torna-se o elo entre os indivíduos; ela os une como iguais no que diz respeito ao preconceito que têm sofrido. Ou seja: a consolidação da memória é instrumento de luta.

O periódico, em virtude de sua volumosa variedade de temas, oferece-nos muitas possibilidades de análise, muitas das quais inviáveis para um projeto de mestrado. Portanto, muitas questões podem ter ficado em aberto ou ser passíveis de outras interpretações, o que pode ser um convite para pesquisas futuras sobre o jornal *Lampião da Esquina*.

FONTE

Periódico:

Todas as edições do jornal *Lampião da Esquina*, entre os anos de 1978-1981. Todas as edições citadas na pesquisa estão devidamente descritas no corpo do texto.

Audiovisual:

Dzi Croquettes. Direção: Tatiana Issa e Raphael Alvarez. Canal Brasil e Tria Productions, 2009. Digital (1h50m).

Meu Amigo Claudia. Direção: Dácio Pinheiro. Independente, 2013. Digital (1h20min).

Resistir é Preciso. Direção: Ricardo Carvalho. Tc Filmes e Instituto Vladimir Herzog, 2012. Digital (10 episódios de 25min cada).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: LUCA, T.; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 233-247.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. O mini dicionário da língua portuguesa. 6ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 4ª impressão, Curitiba, 2005.
- BLOCH, Marc. Apologia da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente. In: _____. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BRASIL. Decreto-lei 1.077. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11077.htm>. Acesso em 26 de maio de 2015, às 22h54min.
- BRASIL. Lei 5.250. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm>. Acesso em 26 de maio de 2015, às 22h54min.
- BRASIL. Lei nº 6.683. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 26 de maio de 2015, às 22h54min.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARDOSO, Ciro; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 568-590.
- CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-567.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CARDOSO, Gustavo; _____ (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005, p.17-30.
- _____. Manuel. Paraísos comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. *O poder da identidade II*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-92.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 1997.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, N. James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Paulo: Ufscar, 2014. p. 27-52.
- FACCHICI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, nº47, 2004. p. 29-60.

_____. Prezada censura: cartas ao regime militar. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, dez., 2002. p.251-286.

FIGUEIREDO, Luciano R.. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 568-598.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

_____. *A ordem do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982. p. 87-115.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Paulo: Ufscar, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUYSSSEEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1991.

_____. Mídia e democracia no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. K.; FISCHMAN, Roseli (Orgs.). *Mídia e tolerância*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo. 2002. p. 39-50.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Marcus Antônio Assis. *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 01 jun. 2014.

LOPES, José R. de Lima. Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia. In: GREEN, N. James; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Paulo: Ufscar, 2014. p. 273-299.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARCUSE, Herbert. Tolerância repressiva. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo*, São Leopoldo, v. 12, p. 28-58, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>>. Acesso em: 22/06/2015.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de A. Inclusão de travestis e transexuais através do nome social e mudança de pronome: diálogos iniciais com Karen Schwach. In: *Revista de História Oral – FFCH/USP*, São Paulo, ano 06, n. 11, jan./jul. 2002. p.89-116.

MISKOLCI, Richard. A teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normatização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

- _____. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, A. F. S., SABATINE, T. T., MAGALHÃES, B. R. (orgs). *Michel Foucault, sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária, 2011, p.47-68.
- _____. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. In: Série Cadernos da Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora – UFOP, 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* PUC-SP, São Paulo, 1981. p. 7-28.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: _____ e WOFF, C. S. (orgs). *Gêneros, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.115-137.
- PERLONGHER, Néstor. *Negócio de michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO, Marco Aurélio M. P. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006. p. 193-312.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p. 200-212.
- RENÉ, Rémond. Do político. In: _____ (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 2000.
- RODRIGUES, Caê Jorge. Um lampião iluminando as esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, N. James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Paulo: Ufscar, 2014. p. 83-123
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- SILVA, Juremir Machado. *1964: golpe midiático-civil-militar*. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TRAVASSOS, Tarcísia. Aspectos funcionais e organizacionais do gênero capa de jornal. In: *Revista Encontros de Vista*, Pernambuco, n. 8, 2011, p. 104-120.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: da colônia à atualidade*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.
- VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ANEXO I



LAMPIÃO

Edição experimental - Número zero

abril, 1978 - Circulação restrita

Homo eroticus

Um ensaio de

DARCY PENTEADO



CELSO CURI

processado.
Mas qual é
o crime
deste rapaz?

Duelo de machões
Nureyev
VS Cássius Clay

Exclusivo
García Lorca
também assume

Uma noite no Cinema Iris

Colaboram neste número:

João Silvério	Francisco	Iaponi	Aguinaldo
Trevisan	Bittencourt	Araújo	Silva
Gasparino	Clóvis	Adão	João Antônio
Damata	Marques	Acosta	Mascarenhas

Lampião da Esquina edição experimental, abril de 1978.

ANEXO II



Lampião da Esquina edição de 23 de abril de 1980

ANEXO III

LAMPIÃO
Rio de Janeiro, maio de 1981 — Cr\$ 60,00
Lectura para maiores de 18 anos **da esquina**

Ano 3/Nº **36**

E A NOSSA PEGAÇÃO, COMO É QUE FICA?

A PRACA É DAS BICHAS

Mas querem lotear a veia TIRADENTES

TODOS NIUS!

...e mais **5** bofes!

Ney Mattogrosso & Zé Rodrix & O Incrível Hulk

LAMPIÃO agora tem **3** anos

PARAPLÊGICOS TAMBÉM AMAM

SAIBA COMO É A TRANSA DELES... E EXPERIMENTE

Lampião da Esquina edição 36, de maio de 1981.